

RELATÓRIO E CONTAS

2018



ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração / 03

Órgãos Sociais / 04

Relatório do Conselho de Administração / 05

Introdução / 06

Missão / 06

Enquadramento Macroeconómico / 06

Atividade da Caravela / 12

Capital Social e Resultado / 24

Perspetivas de Evolução para 2019 / 24

Considerações Finais / 25

Relatório do Governo Societário / 26

Política de Remunerações dos Colaboradores / 33

Demonstrações Financeiras / 36

Posição Financeira / 37

Ganhos e Perdas / 39

Variações do Capital Próprio / 42

Rendimento Integral / 44

Fluxos de Caixa / 46

Anexo às Demonstrações Financeiras / 48

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal de Contas

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O setor segurador, tal como a sociedade, tem vindo a ser influenciado por um conjunto de novas tendências que marcam o século XXI. O espaço do mercado digital, as problemáticas da proteção de dados e da *cybersegurança*, o *big data* e a inteligência artificial aplicada a inúmeros processos de interação têm marcado a evolução recente.

O projeto “Caravela Digital 2020” tem integrado todas essas tendências e procurado a simbiose entre os padrões seculares do setor segurador e os novos paradigmas sócio-culturais em voga.

A viagem iniciada no final de 2014 teve mais um marco importante neste ano, no seu caminho interminável rumo à eternidade.

Na viagem da Caravela no decurso do ano 2018 foram alcançados um conjunto de realizações que merecem destaque:

- O crescimento do volume de negócios atingiu os 24%. Os crescimentos obtidos no período 2015-2018 permitiram que os prémios brutos emitidos atingissem os 59,5m€, ou seja, o triplo do volume de negócios do ano 2014.

- Este crescimento tem vindo a ser atingido com uma forte preocupação de equilíbrio técnico. A rentabilidade obtida em 2018 possibilitou que o rácio combinado se situasse nos 96%, o melhor rácio de sempre desde a existência da companhia.

- O projeto “Caravela Digital 2020” teve um conjunto de concretizações das quais destacamos o novo site da Caravela e a área de Cliente.

Estas realizações têm como principais artifices o conjunto de colaboradores da Caravela que com a sua dedicação e empenho têm sabido contornar os obstáculos que vão aparecendo na rota.

Uma palavra de destaque aos empresários da mediação de seguros que temos connosco na nossa viagem, e que são cada vez mais e com maior vínculo de pertença ao projeto.

Também às empresas prestadoras de serviços o nosso agradecimento pois souberam não só interpretar o modelo operacional “Caravela Digital 2020”, mas têm contribuído com inovação e qualidade de serviço para a melhoria da “Experiência do Cliente”.

Agradecemos à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões a colaboração e as sugestões apresentadas no acompanhamento da atividade da Companhia.

Uma palavra final de apreço aos acionistas da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. pelo apoio que têm dado ao projeto, cujo objetivo maior é proporcionar aos clientes uma nova experiência no que respeita a seguros, marcada pela inovação e pela resposta aos novos desafios.

A viagem continua...

Luis Cervantes

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente - Nuno Miguel Marques dos Santos Horta

Vice-Presidente - Nuno Miguel Novais Grangeon Cárcomo Lobo

Secretário - Bruno Miguel dos Anjos Almeida Monteiro

Conselho de Administração

Presidente - Luís Filipe Sampaio Cervantes

Vice-Presidente - António Manuel Nestor Ribeiro

Vice-Presidente - Mário Nuno dos Santos Ferreira

Vogal - José Paulo de Castro Trigo

Vogal - Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa

Conselho Fiscal

Presidente - Manuel Augusto Lopes de Lemos

Vogal - Humberto Manuel Martins Carneiro

Vogal - Armando Luís Vieira de Magalhães - ROC nº 676

Vogal Suplente - Bernardo José Ferreira Reis

Revisores Oficiais de Contas

Efetivo - Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. - SROC nº 51,
representada por Fernando Jorge Marques Vieira - ROC nº 564

Suplente - Paulo Jorge Damião Pereira - ROC nº 1219



RELATÓRIO E CONTAS

Relatório do Conselho de Administração



1. Introdução

A Caravela - Companhia de Seguros, S.A. é uma sociedade comercial que se dedica ao exercício da atividade de seguro e resseguro do ramo Não Vida.

O seu capital social é detido na totalidade, desde novembro de 2014, por acionistas portugueses, tendo encetado, desde essa altura, um caminho de recuperação consistente, nas vertentes económicas e sociais, baseado em atributos claros: conhecimento, inovação, simplicidade, clareza, proximidade e DNA português.

A sua estratégia está focada nas áreas dos clientes particulares e nas pequenas e médias empresas, onde é disponibilizada uma oferta especializada, com as propostas que melhor se adaptam às necessidades de cada um desses nossos clientes.

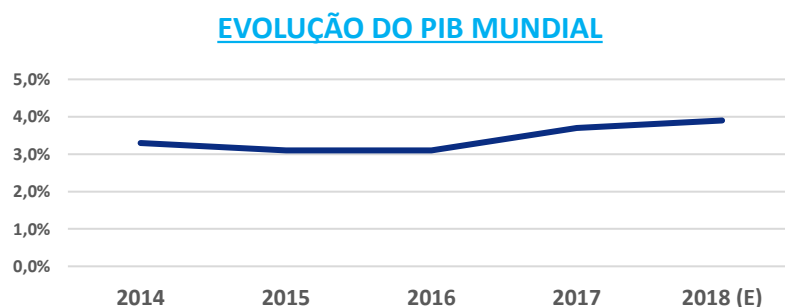
2. Missão

A Caravela defende valores fundamentais como sejam o profissionalismo, a integridade, a qualidade, a confiança, o rigor e a dedicação, assentes em parcerias com a mediação de qualidade e com todos os seus fornecedores e colaboradores sob o signo de sentimentos de pertença e partilha, para bem servir a sociedade na importante área da assunção de riscos.

3. Enquadramento Macroeconómico

3.1. Conjuntura Internacional¹

Em 2018, a economia global continuou a evidenciar uma evolução positiva, registando um crescimento na ordem dos 3,9% no Produto Interno Bruto (PIB), apesar de um desempenho mais fraco nalgumas economias da Europa e da Ásia:



O comércio mundial registou um abrandamento mais acentuado do que a atividade económica, ainda assim com resultados positivos no crescimento durante o ano. Esta evolução é consistente com a posição de maturação do ciclo económico e de decréscimo gradual dos estímulos de política monetária e orçamental nas principais economias avançadas, que se traduz numa moderação da atividade económica e, em particular, do investimento e das exportações, com destaque para os EUA e a China.

¹ Fonte:

Fundo Monetário Internacional (Janeiro 2019) – “World Economic Outlook Update, January 2019” Disponível em <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2019/01/11/weo-update-january-2019>

European Central Bank (No. 8 dezembro 2018) – “Economic Bulletin”. Disponível em <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/ecbu/eb201808.en.pdf?432086776247c2ae18646606b5c441d1>. Economic and monetary developments (pp.2)

Particularizando algumas das principais economias, deve destacar-se:

⇒ O abrandamento do crescimento económico do Reino Unido situado em 1,4% em 2018, face aos 1,8% de 2017;

⇒ Nos EUA, as previsões apontam para um aumento do PIB de 2,9% na sua economia, mais 0,7pp do que no período homólogo;

⇒ A economia japonesa desacelerou um pouco -0,9%, principalmente devido a fatores relacionados com os desastres naturais.

Os países em desenvolvimento e os mercados emergentes continuam a ser os que mais contribuíram para o crescimento do PIB global, +4,6%, enquanto as economias avançadas tiveram um menor impacto, +2,3%.

Os resultados da Zona Euro registaram um abrandamento mais acentuado, com um crescimento de cerca de +1,9% em 2018, face aos +2,4% de 2017, apesar de alavancados por fatores favoráveis, nomeadamente por um forte investimento ligado a fundos da UE, por gastos dos consumidores, pelo aumento da procura externa e pelas melhorias no mercado de trabalho.

De entre os países que mais contribuíram para o crescimento da economia da área do euro, através do aumento da procura interna e procura externa, salientam-se a Alemanha e a França ambas com +1,5% e também a Espanha com +2,5%.

Para o ano de 2019, prevê-se que o crescimento global diminua para +3,5% devido aos desafios políticos que as principais economias deverão enfrentar ao longo do ano, sendo de seguir a *performance* das economias da Alemanha (após a introdução de novos padrões de emissões de combustível para automóveis), da Itália, da França e da Turquia, bem como o andamento do comércio internacional e das atividades manufatureiras; adicionalmente, é de realçar o aumento das tensões comerciais entre os EUA e a China aquando do anúncio das tarifas sobre exportações de ambos os países e que afetarão negativamente os fluxos de comércio.

Estima-se, para o próximo ano, um decréscimo de -4pp no crescimento da economia dos EUA, ou seja, apenas +2,5%, que pode ser consequência do efeito das medidas protecionistas recentemente anunciadas.

Contrariamente, no Reino Unido está previsto um crescimento da economia que atingirá +1,5%, num ano que será marcado pela saída da União Europeia e que poderá ter como consequência o adiamento de decisões de investimento com implicações no comércio com a União.

A economia do Japão deverá crescer para +1,1% no próximo ano, suportada por apoios fiscais adicionais.

O crescimento económico dos países emergentes e dos países em desenvolvimento deve atenuar em 2019 - de +4,6% em 2018 para +4,5%, recuperando em 2020 - destacando-se as economias emergentes e em desenvolvimento da Ásia que deverão abrandar, apesar do estímulo fiscal chinês que deverá compensar parte do impacto das tarifas mais altas nos EUA. Alguns dos países com maior crescimento serão a Índia (fruto dos preços mais baixos do petróleo e de um ritmo mais lento de aperto monetário), a Indonésia e o Brasil. Relativamente ao crescimento das economias avançadas, este deverá sofrer uma queda de +2,3% para +2% em 2019, principalmente devido às revisões menos positivas na área do euro, onde se prevê um crescimento de apenas +1,7%, para o próximo ano.

Para o período 2020-2021, as previsões apontam para uma estabilidade no crescimento económico.

3.2. Conjuntura Nacional²

O ano de 2018 em Portugal foi marcado pela contínua resiliência da economia, apoiada pelo crescimento da atividade económica, pela melhoria das condições no mercado de trabalho e pela melhoria significativa da posição externa.

Estes fatores contribuíram para um crescimento da economia nacional, embora se tenha evidenciado um abrandamento relativamente ao ano anterior, em linha com a área do euro. As previsões mais recentes estimam um crescimento do PIB português em 2018 situando-o em +2,1%, o que representa um decréscimo de -0,7pp, face aos +2,8% de 2017, e também relativamente às últimas estimativas do governo que rondavam os +2,3%. Ainda assim, para 2018, o crescimento previsto para a economia portuguesa supera as projeções feitas para a Zona Euro, que apontam para um acréscimo de +1,9%, tal como referido anteriormente:



A desaceleração no ritmo de crescimento do investimento e das exportações são dois fatores essenciais na explicação do abrandamento no crescimento económico, embora estes apresentem níveis bastante favoráveis em 2018.

² Fonte:

Banco de Portugal (dezembro 2018) – “Boletim Económico”. Disponível em https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_dez2018_p.pdf. Projeções para a economia portuguesa:2018-2021 (pp.7)

European Central Bank (No. 8 December 2018) – “Economic Bulletin”. Disponível em <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/ecbu/eb201808.en.pdf?432086776247c2ae18646606b5c441d1>. Economic and monetary developments (pp.2)

Ministério das Finanças – “Relatório do Orçamento do Estado 2019”. Disponível em

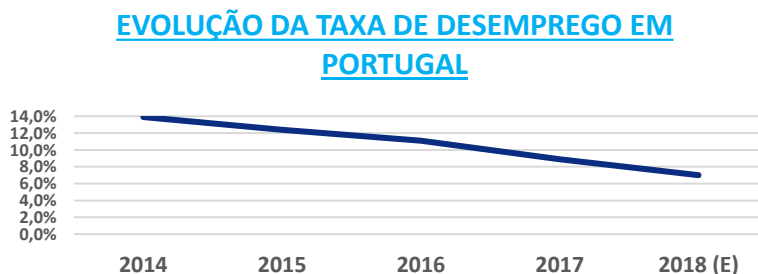
http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679595842774f6a63334e7a637664326c756157357059326c6864476c3259584d7657456c4a535339305a58683062334d76634842734d5455324c56684a53556c664d6a49756347526d&fich=pp1156-XIII_22.pdf&Inline=true. Economia Portuguesa: Evolução Recente e Perspetivas para 2019 (pp.47)

A evolução das exportações reflete um menor dinamismo da procura externa mas, contrariamente, o consumo público não desacelerou comparativamente a 2017, estimando-se que esta rubrica tenha evoluído favoravelmente cerca de 0,5pp, isto é passando de +0,2% em 2017, para +0,7% em 2018 influenciado pelo aumento do número de funcionários públicos e pelo impacto no consumo intermédio de despesas relacionadas com os incêndios que marcaram o ano de 2017.

A procura externa teve um menor impacto na procura global, apontando as previsões para um resultado negativo pois as exportações apresentam uma menor influência no saldo, com cerca de +3,6%, ao passo que as importações se situaram nos +4,1%.

Relativamente ao mercado de trabalho, no final do ano 2018, a Zona Euro registou um aumento do nível de emprego situado nos +2,6%.

Embora com um crescimento mais baixo, no panorama nacional as projeções apontam para um abrandamento no crescimento da empregabilidade que passou para +2,2% em 2018, face aos +3,3% de 2017, o que se reflete no contínuo decréscimo da taxa de desemprego, embora mais moderado que nos últimos anos. Segundo o Banco de Portugal, a evolução no setor privado contribuiu para o crescimento do emprego, traduzindo-se numa taxa de desemprego de cerca de 7,0% (face a 8,9% em 2017) que, pela primeira vez desde 2005, é inferior às projeções registadas na área do euro (8,1%, o registo mais baixo desde 2008):



A taxa de inflação, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou um decréscimo de 1pp, tendo-se situado nos +1,5%, em resultado de uma trajetória ligeiramente ascendente da componente não energética.

Para 2019, as previsões apontam para um crescimento do PIB mais moderado, que deve estabilizar nos +1,8%, com um contributo cada vez menor das exportações; o crescimento da economia será menor comparativamente ao ano anterior - +2,8% e +2,1% em 2017 e 2018, respetivamente - proveniente de uma desaceleração de todas as componentes da procura global.

A procura externa vai ter um saldo negativo pelo facto de as importações serem mais elevadas que as exportações, +4,7% e +3,7% respetivamente.

Analisando a procura interna, a formação bruta de capital fixo (FBCF) vai continuar a ser a variável mais dinâmica, +6,6% sendo o consumo público a de menor crescimento, +0,1%.

A evolução da economia deverá ser acompanhada pela melhoria no mercado de trabalho, prevendo-se que a taxa de desemprego continue a diminuir até aos +6,2%.

A taxa de inflação deverá apresentar uma evolução moderada, ligeiramente ascendente, com contributo praticamente nulo dos preços dos bens energéticos e que revela uma tendência de ligeiro aumento dos preços em Portugal, excluindo os bens voláteis (bens alimentares e energéticos), nos próximos 3 anos; existe, ainda, um risco ascendente para a inflação provocado pelo inevitável aumento do salário mínimo nacional em 2019.

3.3. Sistema Financeiro³

Em 2018 verificou-se alguma volatilidade nos mercados financeiros, consequência do efeito das medidas protecionistas anunciadas e aplicadas pelos EUA, assim como do ciclo de normalização da política monetária naquele país e da revisão das projeções para o crescimento da economia a nível global.

No mercado obrigacionista, verificou-se se um aumento das taxas de juro de política monetária nos EUA e no Reino Unido, o que se traduziu na subida das taxas de rendibilidade da dívida pública.

Relativamente à Zona Euro, a comodidade continuou a caracterizar as condições monetárias e financeiras; a incerteza política que se fez sentir em Itália foi um dos fatores responsáveis pelos períodos de instabilidade das taxas de juro de dívida pública, sendo que o diferencial de rendibilidade da dívida pública italiana aumentou significativamente face à dívida da Alemanha, tendo contribuído também para um alargamento noutros países da área do euro, embora de forma limitada.

Para 2019, as projeções apontam para uma estabilidade nas taxas de juro diretoras da política monetária, pelo menos durante o primeiro semestre. A taxa de juro de curto prazo deverá sofrer um ligeiro aumento no futuro, embora em níveis historicamente baixos, estando situada nos -0,3% em 2018 e com previsões de subida só para 2021, de +0,3%, com base na redução gradual do impacto dos estímulos não convencionais adotados nos últimos anos pelo BCE.

Em Portugal, a taxa de juro implícita da dívida pública portuguesa situou-se abaixo de +3,0%.

Com o efeito das políticas de *Quantitative Easing* realizadas pelo BCE, as taxas de financiamento continuam historicamente baixas.

A evolução da taxa de câmbio do euro em 2018 teve como principal destaque a tendência de depreciação das moedas das economias de mercado emergentes, com exceção da moeda da China, e de apreciação das moedas das economias avançadas, especialmente do dólar norte-americano. Em 2018, registou-se uma apreciação do euro em termos nominais efetivos situada em +2,4%, estando prevista para 2019, uma depreciação de -0,7%, sendo que a variação da taxa de câmbio efetiva tende para zero ao longo do horizonte em análise.

³ Fonte

Banco de Portugal (dezembro 2018) – “Boletim Económico”. Disponível em https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_dez2018_p.pdf. Projeções para a economia portuguesa:2018-2021 (pp.7)

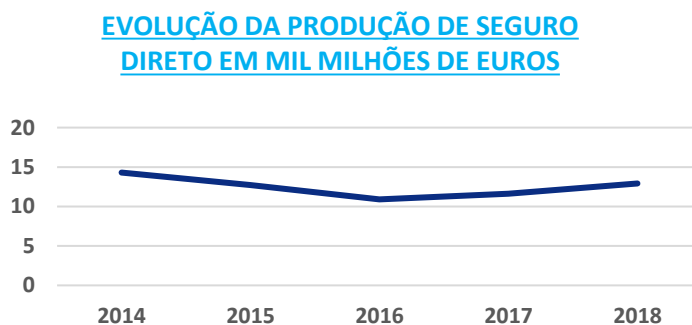
Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) (Janeiro 2019) – “Produção de seguro direto em Portugal cresceu 11,7% em 2018”. Disponível em <https://www.asf.com.pt/NR/exeres/6C632C4A-EF81-4788-8955-9E91486CC45D.htm>

Diário de Notícias (Janeiro 2019) – “Portugal coloca 1.750 ME em dívida a seis e 12 meses a juros mais baixos”. Disponível em <https://www.dn.pt/lusa/interior/portugal-coloca-1750-me-em-divida-a-seis-e-12-meses-a-juros-mais-baixos-10446247.html>

A primeira ida ao mercado de 2019 na emissão de dívida a curto prazo, foi marcada pela colocação de 1.250 milhões de euros em Bilhetes de Tesouro a 12 meses, a uma taxa de juro média de -0,360%, e 500 milhões de euros em Bilhetes de Tesouro a seis meses, a uma taxa de juro média de -0,399%.

3.4. Tendências do setor segurador e perspetivas de evolução⁴

No ano de 2018, o setor segurador português registou um crescimento de cerca de 12% no volume da produção de seguro direto (mais de 12,9 mil milhões de euros em 2018, face a cerca de 10,7 mil milhões de euros em 2017):



Esta evolução teve um forte contributo do Ramo Vida, onde se verificou uma variação positiva de +14,5%, face a 2017, representando agora 63% do total da produção do setor.

É de realçar o papel dos Planos Poupança Reforma (PPR), uma vez que registaram um crescimento na ordem dos +55,5% e onde as contribuições atingiram um total de 3,5 mil milhões de euros, o valor mais alto de sempre nesta modalidade; verificou-se um crescimento nos seguros de vida não ligados a fundos de investimentos, enquanto que os seguros ligados a fundos de investimento sofreram um decréscimo.

No mercado Não Vida, o volume da produção de seguro direto foi de 4,8 mil milhões de euros tendo tido uma variação positiva de +7,4% relativamente ao ano anterior, e também um maior crescimento em relação àquele mesmo ano que tinha sido de +7%. Refira-se que este crescimento foi o maior desde 2004.

A taxa de sinistralidade Não Vida atenuou-se em 2018, passando de 68,6% para 66,0%.

Analisando os principais ramos Não Vida, deve registar-se:

⇒ O ramo Automóvel continua a ser o mais representativo em Não Vida (35,6%), finalizando o ano com uma oscilação positiva de +6,7%. A sinistralidade agravou-se, face a 2017, tendo passado de +64,9% para +67,5%;

⇒ No ramo Doença registou-se um crescimento de +7,4%, seguindo a tendência de 2017, embora num ritmo mais lento e representando 16,7% dos prémios brutos emitidos do ramo Não Vida. A taxa de sinistralidade manteve-se estável, passando de 71,1% em 2017 para +71,6% em 2018;

⇒ O ramo Acidentes de Trabalho foi o que mais cresceu em Não Vida, acompanhando a tendência de desenvolvimento da atividade económica em Portugal, com uma variação positiva de +13,5% e uma

⁴ Fonte:

APS – Base de dados, da Segurdata, a 2018.12

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) (Janeiro 2019) – “Produção de seguro direto em Portugal cresceu 11,7% em 2018”.

Disponível em <https://www.asf.com.pt/NR/exeres/6C632C4A-EF81-4788-8955-9E91486CC45D.htm>

uma melhoria da taxa de sinistralidade, que se situou em +78,0% face aos +89,0% registados em 2017. No final de 2018 representava 16,6% do total do mercado Não Vida;

⇒ Em Incêndio e Outros Danos, verificou-se um crescimento na ordem dos +5,4%, superior aos anos anteriores, sendo que nos seguros de Riscos Múltiplos verificou-se igual trajetória ascendente, +5,4%, representando mais 2,6pp do que em 2017; um dos motivos fundamentais para este crescimento será o objetivo de consolidar a resposta à falta de proteção das empresas e dos particulares que estes produtos oferecem, de forma a colmatar as necessidades que resultaram dos acontecimentos extraordinários vividos nos últimos anos, onde se destacam os incêndios. A nível de sinistralidade, este Ramo atingiu em 2018 uma taxa de +60,1%, valor inferior ao de 2017 que foi de +73,2%;

⇒ O ramo Responsabilidade Civil apresentou um crescimento de +3,8%, enquanto que a sua sinistralidade se fixou em 32,6%, face aos 36,8% em 2017.

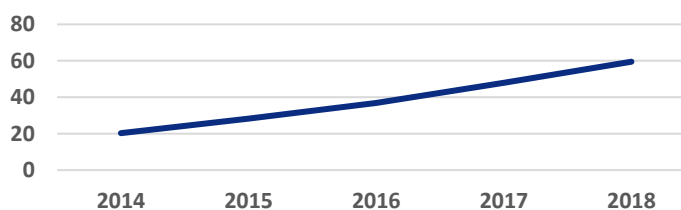
4. Atividade da Caravela

4.1. Principais Indicadores

Desde 2015 a atividade da Caravela tem-se saldado num êxito significativo não só ao nível dos diversos indicadores de gestão, mas também, e conseqüentemente, dos resultados.

No exercício em análise, os prémios brutos emitidos de seguro direto (PBE), líquidos de estornos e anulações, apresentaram um forte crescimento de +24,0%, mantendo a tendência dos últimos anos e fechando o exercício em 59.495 milhares de euros.

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE SEGURO DIRETO EM MILHÕES DE EUROS



Enquanto isso, a variação da taxa de sinistralidade, líquida de resseguro, apresentou um ligeiro acréscimo de +1,6%, face ao ano anterior.

O resultado líquido foi de 3.064 milhares de euros, representando 5,1% dos prémios brutos emitidos e um aumento de +110,7% relativamente a 2017, dando assim continuidade à recuperação económica da Companhia.

Quanto ao rácio combinado verifica-se uma melhoria do mesmo, com um decréscimo de -6,1%, face a 2017, com contribuições positivas quer do rácio técnico com -0,9%, quer do rácio de exploração que

registou -5,3% face ao ano anterior e que continuará, ao longo do corrente ano, a exigir um controlo contínuo.

No quadro seguinte discriminam-se os principais indicadores da Companhia:

INDICADORES SINTÉTICOS

U: Milhares de euros

	2018	2017	VAR % 18/17
Balanço			
Ativo líquido	80 204	74 127	8,2%
Capital próprio	19 435	16 900	15,0%
Provisão para prémios não adquiridos	12 419	9 604	29,3%
Provisão para sinistros	39 380	36 807	7,0%
Provisão para sinistros líquidos de resseguro	26 586	27 671	-3,9%
Provisões técnicas	52 427	48 012	9,2%
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	59 495	47 973	24,0%
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	41 430	33 784	22,6%
Custos com sinistros de seguro direto	36 717	31 296	17,3%
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	26 188	21 008	24,7%
Custos Operacionais	17 083	15 880	7,6%
Rendimentos	1 090	1 592	-31,6%
Resultado líquido	3 064	1 454	110,7%
Indicadores			
Prémios brutos emitidos / nº de empregados	531	461	15,2%
Taxa de sinistralidade de seguro direto	66,0%	66,9%	-1,3%
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	63,2%	62,2%	1,6%
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	5,1%	3,0%	69,9%
Provisões para sinistros / prémios brutos emitidos	66,2%	76,7%	-13,7%
Provisões técnicas / prémios brutos emitidos	88,1%	100,1%	-12,0%
Resultado líquido / capital próprio	15,8%	8,6%	83,3%
Resultado líquido / capital social	15,7%	7,4%	110,7%
Rácio combinado	96,0%	102,2%	-6,1%

É de notar, quanto às componentes do balanço, a redução do peso das provisões técnicas, que representam agora 88,1% dos prémios brutos emitidos de seguro direto, realçando-se a forte influência do crescimento da Companhia para a diminuição deste rácio, face a 2017.

4.2. Gestão Técnica

4.2.1. Produção e Apólices

Conforme mencionado anteriormente, a Caravela encerrou o exercício de 2018 com um volume de PBE de 59.495 milhares de euros, o que representa um acréscimo de produção de 11.523 milhares de euros, +24,0%, relativamente ao valor apurado em 2017.

Este crescimento orgânico e consolidado, ao longo dos últimos quatro anos, tem-se orientado por uma análise rigorosa e criteriosa na subscrição de riscos, sustentada nos segmentos de particulares e de pequenas empresas, privilegiando assim, a rentabilidade do negócio.

Esta excelente *performance* foi transversal a todos os ramos, verificando-se, no entanto, que os ramos que mais contribuíram para a dinamização do crescimento, foram os ramos obrigatórios - Acidentes de Trabalho com +26,6% e Automóvel com +26,5%.

Embora com crescimentos muito similares, no caso do ramo Acidentes de Trabalho o crescimento é sustentado, basicamente, pelos ajustamentos tarifários efetuados ao longo do ano, enquanto que no caso do ramo Automóvel, este valor, além dos ajustamentos tarifários, está também alicerçado no forte incremento da produção nova:

PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO (VARIAÇÃO)

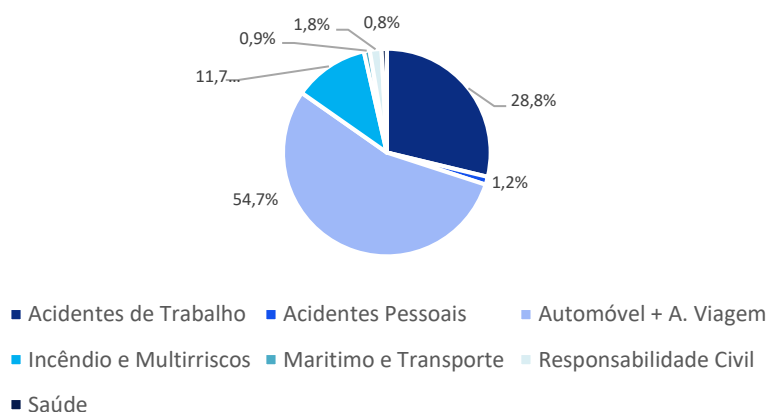
U: Euro

RAMOS	Δ	2018	Δ	2017
Acidentes de Trabalho	26,6%	17 114 178	39,7%	13 522 198
Acidentes Pessoais	14,5%	737 694	7,5%	644 419
Automóvel	26,5%	32 561 172	28,2%	25 748 872
Incêndio e Multiriscos	11,5%	6 964 133	23,6%	6 248 014
Marítimo e Transportes	12,0%	542 284	10,2%	484 215
Responsabilidade Civil	13,2%	1 087 145	30,2%	960 254
Saúde	34,0%	488 772	6,0%	364 645
TOTAL	24,0%	59 495 379	29,9%	47 972 617

Relativamente à estrutura da carteira, a Caravela apresenta a mesma tendência da distribuição de 2017, tendo havido um ligeiro aumento do peso dos ramos de Acidentes de Trabalho e Automóvel (incluindo Assistência em Viagem), continuando este último a ser o ramo com maior peso, 54,7%.

No gráfico da página seguinte, é apresentada essa mesma estrutura a 31 de dezembro de 2018:

ESTRUTURA DA CARTEIRA EM % (2018)



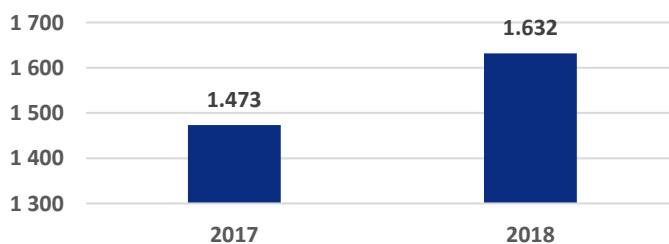
Com um aumento geral do número de apólices em carteira, alinhado com a estratégia direcionada para o segmento de negócio de particulares e pequenas empresas, o ramo Automóvel continua a ser, de forma destacada, o ramo com maior peso no número de apólices em carteira com 76,4%, seguido do ramo Incêndio e Multiriscos com 15,7%, totalizando, estes dois ramos 92,1% das apólices em carteira na Caravela.

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA EM NÚMERO DE APÓLICES

RAMOS	2018	Peso	2017	Peso
Acidentes de Trabalho	7 436	4,1%	7 316	4,8%
Acidentes Pessoais	1 608	0,9%	1 591	1,0%
Automóvel	139 604	76,4%	114 140	74,5%
Incêndio e Multiriscos	28 772	15,7%	25 129	16,4%
Marítimo e Transportes	886	0,5%	734	0,5%
Responsabilidade Civil	4 022	2,2%	3 896	2,5%
Saúde	459	0,3%	409	0,3%
TOTAL	182 787	100,0%	153 215	100,0%

Esta evolução levou, obviamente, a uma melhoria significativa no que diz à análise da relação apólice por trabalhador.

APÓLICES POR TRABALHADOR



4.2.2. Sinistros

No ano de 2018, os custos com sinistros totalizaram 36.717 milhares de euros, antes de imputação de custos, representando um aumento de +17,3 % (5.421 milhares de euros) em comparação com o exercício anterior.

O aumento verificado, resulta principalmente da evolução do ramo Automóvel com +28,8% (4.455 milhares de euros em valor absoluto), e dos ramos de Incêndio e Outros Danos com +70,3 % (2.101 milhares de euros em valor absoluto).

Fator determinante para o aumento verificado nos ramos de Incêndio e Outro Danos, foram as ocorrências de eventos anormais, nomeadamente as tempestades ocorridas em março, os incêndios de agosto na serra de Monchique, no Algarve, e a tempestade Leslie verificada em outubro.

Nos ramos de Acidentes, os custos com sinistros registaram uma redução de -4,8%, cifrando-se a 31 de dezembro, nos 595 milhares de euros em valor absoluto.

Quanto aos ramos menos representativos, verificou-se uma redução nos custos em Responsabilidade Civil Geral de -215,5% e um aumento em Mercadorias e Transportes de +6,1 %.

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DE SINISTROS POR RAMO

			U: Euro
Custos com Sinistros de Seguro Direto	2018	2017	Δ
Acidentes	11 865 547	12 460 249	-4,8%
Incêndio e Outros Danos	5 089 690	2 988 682	70,3%
Automóvel	19 934 847	15 480 232	28,8%
Responsabilidade Civil Geral	-292 692	253 439	-215,5%
Mercadorias e Transportes	119 771	112 927	6,1%
Total	36 717 164	31 295 530	17,3%

Estes valores conduziram a uma taxa de sinistralidade geral de +66,0%, ou seja -0,9pp abaixo do verificado em 2017, que se havia fixado em 66,9%.

TAXA DE SINISTRALIDADE POR RAMO

Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos	2018	2017	Δ
Acidentes	66,9%	88,1%	-24,0%
Incêndio e Outros Danos	76,1%	49,6%	53,3%
Automóvel	68,4%	62,3%	9,9%
Responsabilidade Civil Geral	-27,9%	27,2%	-202,4%
Mercadorias e Transportes	22,7%	24,1%	-5,8%
Total	66,0%	66,9%	-1,3%

Em 2018, o número total de sinistros abertos registou um aumento de +10,1 % em relação a 2017, com especial incidência no ramo Automóvel com +11,3 % e nos ramos de Incêndio e Outros Danos com +26,9 %.

Nos ramos de Acidentes verificou-se um ligeiro decréscimo no número de sinistros abertos, que apresentaram uma redução de -2,4%.

Os ramos menos representativos, embora com pouco relevo dado o reduzido número de sinistros registados, apresentaram oscilações em Responsabilidade Civil Geral de +33,1% e Mercadorias e Transportes de -37,0 %.

SINISTROS ABERTOS

Processos Abertos por Segmento	2018	2017	Δ
Acidentes	4 546	4 659	-2,4%
Incêndio e Outros Danos	2 881	2 270	26,9%
Automóvel	15 687	14 095	11,3%
Responsabilidade Civil Geral	370	278	33,1%
Mercadorias e Transportes	46	73	-37,0%
Total	23 530	21 375	10,1%

Tendo-se registado um aumento de +19,3 % nas apólices em vigor, a nível de sinistros esse crescimento não ocorreu em igual proporção, facto que contribuiu para a redução da taxa de frequência de sinistralidade.

Assim, a Companhia registou no final do ano, uma frequência de sinistros global de +14,0%, enquanto que no ramo Automóvel, segmento mais representativo, se quedou nos 12,4%.

FREQUÊNCIA DE SINISTROS*

Frequência de Sinistralidade por Segmento	2018	2017	Δ
Acidentes	48,3%	50,2%	-3,7%
Incêndio e Outros Danos	10,7%	9,8%	9,6%
Automóvel	12,4%	13,0%	-5,0%
Responsabilidade Civil Geral	9,3%	7,5%	23,8%
Mercadorias e Transportes	5,7%	11,3%	-49,9%
Total	14,0%	14,7%	-4,9%

*Calculada sobre o número de apólices

Deve, ainda, referir-se que sendo o tratamento de sinistros uma das principais áreas de avaliação de satisfação dos clientes de uma companhia de seguros, já que representa a sua capacidade de resposta às ocorrências que se vão verificando, a aposta que a Caravela tem desenvolvido na melhoria dos seus

processos e procedimentos levou a que o Departamento de Gestão de Reclamações tenha registado apenas 90 reclamações referentes a esta área, ou seja menos 69 que em 2017.

4.2.3. Resseguro

Na política de resseguro da Caravela existem Tratados de Resseguro Proporcional e Não Proporcional, assim como Resseguro Facultativo e outras modalidades adequadas à proteção dos riscos aceites.

O programa de resseguro, aprovado pela Caravela para o ano de 2018, não sofreu qualquer alteração na sua estrutura quando comparado com o ano anterior, verificando-se apenas algumas alterações ao nível dos Resseguradores envolvidos.

No que respeita aos tratados proporcionais, que englobam os ramos de Incêndio e Outros Danos, Marítimo, Mercadorias Transportadas e Engenharia, manteve-se a retenção na quota-parte e o limite de excedente.

Relativamente aos Tratados de Excesso de Perdas, que cobrem os ramos de Automóvel, Acidentes Pessoais, Acidentes de Trabalho e Responsabilidade Civil Geral não sofreram qualquer alteração, nem ao nível da prioridade nem na sua capacidade, à exceção do Tratado de CAT, cujo limite por evento aumentou para 7.400.000 €, em excedente de 600.000 €.

Os Resseguradores envolvidos são selecionados tendo em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, assim como a sua prestação de serviços, acompanhamento e disponibilidade apresentada.

Com estes pressupostos, foi decidido manter a Nacional Re como líder, na totalidade dos tratados, com 40% de participação.

Desta forma, nas renovações dos tratados, o *rating* mínimo exigido a um Ressegurador é de “A-”, de acordo com as agências de notação S&P e/ou AM Best. No quadro abaixo é apresentado o leque dos principais resseguradores, bem como o respetivo *rating* a 31/12/2018.

RESSEGURADORES

RESSEGURO 2018	
Ressegurador	Rating S&P
Nacional	A
Covea	A+
CCR	A-
Devk	A+
Hannover	AA-
Helvetia	A
R+V	AA-

4.3. Gestão Financeira

4.3.1. Investimentos Financeiros

Os Investimentos financeiros, nomeadamente, os Ativos Mobiliários, cresceram 294 milhares de euros em 2018, traduzindo um crescimento de +1%, face a 2017.

A gestão dos ativos financeiros, em parceria com a *OFI Asset Management*, tem vindo a ser executada de acordo com a política de investimentos da Companhia, orientando-se tal como nos anos anteriores, por critérios de prudência, segurança e liquidez e no respeito pelas recomendações quer da EIOPA quer da Autoridade de Supervisão nacional.

É apresentado no quadro seguinte o resumo da situação, registada a 31 de dezembro de 2018:

CARTEIRA DE ATIVOS

U: Milhares de euros

CARTEIRA DE ACTIVOS	2018			2017			Δ
	VALOR	%	%	VALOR	%	%	
1. INVESTIMENTO REPRODUTIVO							
Ativos Mobiliários							
Dívida Pública (1)	17 780	33%	32%	16 944	31%	30%	5%
Obrigações Diversas (1)	32 367	60%	57%	29 964	56%	53%	8%
Ações e Fundos de Investimentos	1 438	3%	3%	507	1%	1%	184%
Empréstimos Concedidos	252	0%	0%	252	0%	0%	0%
Liquidez (2)	2 178	4%	4%	6 158	11%	11%	-65%
Sub-total	54 015	100%	96%	53 824	100%	96%	0%
Outros Ativos não Mobiliários							
Imóveis	1 232		2%	1 361		2%	-9%
Sub-total	1 232		2%	1 361		2%	-9%
TOTAL (1)	55 247		98%	55 185		98%	0%
2. INVESTIMENTO OPERACIONAL							
Equipamento, Mobiliário e Material	1 125		2%	892		2%	26%
TOTAL (2)	1 125		2%	892		2%	26%
TOTAL (1) + (2)	56 371		100%	56 078		100%	1%

Obsv:

(1) Valorização com juros decorridos

(2) Depósitos a Prazo e à Ordem com juros decorridos e Fundos de Tesouraria

A exposição a títulos de dívida pública aumentou +5%, face a 2017, enquanto a exposição à dívida *Corporate* aumentou o seu peso em +8% no total dos ativos mobiliários. Esta exposição em aplicações *Corporate*, deve-se, essencialmente, ao cumprimento da estratégia de alocação de ativos definida na política de investimentos.

A liquidez, entre Depósitos à Ordem, Depósitos a Prazo e Fundos de Tesouraria, diminuiu cerca de 65%, face a 2017, estando em linha com os parâmetros de risco e gestão de capital.

4.3.2. Resultados dos Investimentos Financeiros

U: Milhares de euros

	2018	2017	Δ
Rendimentos de investimentos	489	579	-15,4%
Ganhos ou perdas de investimentos	600	1 013	-40,8%
MARGEM FINANCEIRA	1 090	1 592	-31,6%

Os resultados financeiros apresentam, em 2018, um decréscimo, face ao período homólogo, de 502 milhares de euros -31,6%, devido essencialmente a uma menor realização de mais-valias.

Os rendimentos gerados apresentam um decréscimo de -15,4%, em resultado das condições menos favoráveis do mercado.

Realce para o facto de não se ter registado qualquer imparidade durante os últimos quatro anos em ativos financeiros, demonstrando a elevada prudência na escolha das aplicações que compõem a carteira de investimentos da Caravela.

Relativamente à taxa de rentabilidade, a carteira total de ativos registou uma remuneração média positiva de +1,6%, ou seja -0,3pp que no ano anterior.

4.4. Custos de Exploração

4.4.1. Custos por Natureza a Imputar

O total de custos por natureza a imputar, atingiu os 9.086 milhares de euros, o que representa um ligeiro aumento de +1,0% face a 2017, devido essencialmente, a um aumento de Impostos e Taxas e dos Custos com Pessoal.

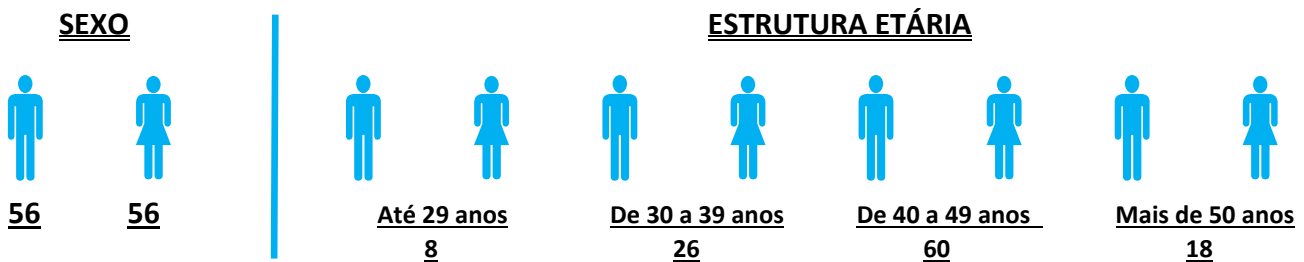
CUSTOS POR NATUREZA

(U: milhares de euros)

Custos por Natureza	2018	2017	Δ
Custos com o Pessoal	5 244	5 150	1,8%
Fornecimentos e Serviços Externos	2 993	3 077	-2,7%
Impostos e Taxas	529	374	41,3%
Amortizações do Exercício	154	116	32,6%
Provisões para Riscos e Encargos	0	0	-
Juros Suportados	3	2	97,6%
Comissões	163	278	-41,2%
Total	9 086	8 997	1,0%

4.4.2. Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal passou de 104 para 112 efetivos. Destes 112, 56 são do sexo masculino e 56 do sexo feminino:



Salienta-se o aumento de 15,2% do rácio de prémios de seguro direto por trabalhador efetivo do quadro de pessoal devido, essencialmente, ao crescimento da produção:

	2018	2017	
<i>Efetivos no início do período</i>	103	104	-1,0%
<i>Entradas</i>	16	6	166,7%
<i>Saídas</i>	7	6	0,1%
Efetivos no final do período	112	104	8,7%

	2018	2017	
Prémios brutos emitidos / nº de empregados	531	461	15,2%

U: Milhares de euros

4.5. Governance

Em 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR) que adotou um novo regime de Solvência, data esta definida na Lei nº 147/2015, de 9 de setembro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009.

Como já foi frisado em anos anteriores, a entrada em vigor do regime de Solvência II elevou de modo muito significativo a exigência de resposta quer em matéria de *compliance* quer em matéria de *disclosure*, imposta às Companhias de Seguros. Adicionalmente mantém-se, face à Norma Regulamentar nº 8/2016-R, de 16 de agosto, alterada pela Norma Regulamentar nº 1/2018-R, de 11 de janeiro, a exigência de prestação de informação de índole contabilística, estatística e comportamental, em conformidade com RJASR.

No domínio da Solvência II, no decurso de 2018, foram desenvolvidas várias ações, das quais se destacam:

- ⇒ Participação nas sessões da Subcomissão “Gestão de Riscos, Solvência e Atuariado” da Comissão Técnica “Economia e Finanças” da Associação Portuguesa de Seguradores;
- ⇒ Participação no inquérito promovido pela EIOPA no âmbito do projeto “SCR Review” relativo às participações estratégicas e às medidas de volume do risco de prémio;
- ⇒ Participação no inquérito promovido pela EIOPA no âmbito do projeto “LTG Review” relativo ao regime transitório do risco acionista;
- ⇒ Envio à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) do conjunto de reportes quantitativos (QRT – *Quantitative Reporting Templates*) definidos pelo EIOPA e geridos pelas entidades de supervisão, referentes à posição de final de ano com data de referência de 31 de dezembro de 2017 e numa base trimestral para o último trimestre de 2017 e os três primeiros trimestres de 2018;
- ⇒ Reporte à ASF do Relatório Periódico de Supervisão relativo ao ano de 2017, previsto no artigo 35.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 21.º do Regime Jurídico de Acesso à Atividade Seguradora e Resseguradora e nos artigos 304º a 314º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, com estrutura e conteúdo identificado nesse regulamento;
- ⇒ Divulgação pública do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira relativo ao ano de 2017, previsto nos artigos 51.º a 56.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 83.º do Regime Jurídico de Acesso à Atividade Seguradora e Ressegurador e nos artigos 290.º a 303º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão;
- ⇒ Reporte à ASF do Relatório de Progresso do Regime Transitório relativo às Provisões técnicas, previsto no n.º 5º do artigo 26.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, integrado no Relatório Periódico de Supervisão relativo ao ano de 2017;
- ⇒ Conclusão do Projeto de construção de *Datawarehouse* que permita responder aos requisitos de solvência II de Pilar I e III;
- ⇒ Conclusão do Projeto de implementação de ferramentas de solvência II de Pilar I e III;
- ⇒ Reporte à ASF do registo das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave e do atuário responsável, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Norma Regulamentar N.º 3/2017-R, de 18 de maio;
- ⇒ Reporte à ASF do Relatório ORSA 2018, referente ao quadriénio 2018-2021.

4.6. Margem de Solvência

A estratégia de crescimento da Caravela traz consigo maiores requisitos de capital que a Companhia deverá acomodar através de uma sucessiva melhoria dos Fundos Próprios. Essa melhoria passará, essencialmente, por um crescimento orgânico que permita atingir um rácio dos custos de exploração equilibrado, por uma manutenção das políticas de Subscrição e de Investimentos, sendo o crescimento do risco de Subscrição e de Mercado justificado pelo crescimento do volume da carteira, e por uma distribuição de lucros condicionado ao nível mínimo de solvência estabelecido na política de apetite ao risco.

A Companhia estimou os rácios de Solvência (SCR) e de capital mínimo (MCR) para o dia 31 de dezembro de 2018 e para o dia 1 de janeiro de 2019, utilizando as medidas transitórias e de longo prazo autorizadas pela ASF.

No quadro seguinte, são apresentados os fundos próprios elegíveis e os requisitos de capital de Solvência II, em cada uma daquelas datas:

REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA

U: Milhares euros

	31.12.2017	31.12.2018	01.01.2019
Fundos Próprios Elegíveis	17 948	17 426	17 352
Capital Social	19 566	19 566	19 566
Requisito de Capital de Solvência	10 333	12 013	12 033
Ajustamento por Impostos	-2 453	-2 984	-2 964
Risco Operacional	1 546	1 668	1 668
Requisito de Capital de Base	11 241	13 329	13 329
Efeito de diversificação	-4 886	-5 691	-5 691
Soma das componentes de risco	16 126	19 020	19 020
Risco de Mercado	2 843	3 104	3 104
Risco de incumprimento da contraparte	1 213	1 242	1 242
Risco de subscrição saúde	3 529	4 291	4 291
Risco de subscrição não vida	8 542	10 383	10 383
Rácio de Solvência	173,7%	145,1%	144,2%

Os fundos próprios elegíveis e os requisitos de capital para cálculo do rácio do capital mínimo de solvência (MCR), nas mesmas datas são os seguintes:

REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO EXIGIDO

U: Milhares euros

	31.12.2017	31.12.2018	01.01.2019
Fundos Próprios Elegíveis	17 144	16 122	16 029
Requisito de Capital Mínimo	4 650	5 406	5 415
Rácio de Capital Mínimo	368,7%	298,2%	296,0%

4.7. Capital Social e Resultado

4.7.1. Evolução do Capital Social

A 31 de dezembro de 2018 o capital social da Caravela era de 19.566.101,96 euros, representado por 41.109.472 ações sem valor nominal.

4.7.2. Resultado do Exercício de 2018

O resultado bruto apurado no final de 2018 foi de 3.536.220,42 euros, o qual deduzido do imposto sobre o rendimento estimado, no montante de 472.691,67 euros, conduziu ao resultado líquido de 3.063.528,75 euros, confirmando a evolução positiva verificada nos últimos anos e atingindo um valor superior ao orçamento previamente elaborado que era de 2.995.516,00 euros.

O Conselho de Administração entende dever propor a seguinte aplicação do valor apurado:

- ⇒ 1.500.000,00 euros para Distribuição de Dividendos;
- ⇒ 306.352,88 euros (10 % do Resultado Líquido) para a conta de Reserva Legal;
- ⇒ 1.257.175,87 euros, valor restante, para a conta de Reservas Livres.

Com a aprovação da aplicação dos resultados nos termos propostos, o Capital Próprio da Companhia fixar-se-à em 17.953.288,34 euros.

5. Perspetivas de Evolução para 2019

Consolidado o crescimento com um nível positivo de resultados, a Caravela continuará a procurar a sua afirmação no mercado segurador com um plano de negócios que está em curso, desenhado com base nas seguintes vertentes:

- ⇒ Desenvolvimento de novas linhas de negócio;
- ⇒ Alargamento da oferta de produtos de elevada especialização;
- ⇒ Dinamização crescente da rede de agentes e investimento nas competências internas da Companhia;
- ⇒ Continuação da atual política comercial de modo a ter acesso a melhores riscos aumentando a penetração geográfica sem deteriorar o risco médio da carteira;
- ⇒ Criação de parcerias, através de investimento financeiro numa lógica de *venture capital*, com *insurtechs* e desenvolvimento de competências internas na área de IT;
- ⇒ Manter a abordagem conservadora nos investimentos, minimizando a volatilidade da carteira de investimentos financeiros e pressões sobre os rácios de solvência.

Além dos objetivos definidos nos pontos anteriores, existem vários novos projetos que visam, principalmente, tornar a Caravela numa Companhia de referência no mercado segurador português.

6. Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento a todos os Clientes, Agentes e Resseguradores, bem como a todos os Colaboradores, pela sua participação ativa e construtiva na vida da Companhia.

Regista igualmente, com apreço, a ação do Conselho Fiscal no acompanhamento e aconselhamento concedidos no decorrer do exercício.

O Conselho de Administração agradece à Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões todo o apoio recebido, bem como à Associação Portuguesa de Seguradores pelo trabalho desenvolvido em prol do mercado segurador português.

Finalmente, ao concluir este relatório, o Conselho de Administração expressa aos Senhores Acionistas o seu reconhecimento pelo apoio e confiança demonstrados na equipa de gestão da Companhia durante o exercício agora terminado.

Lisboa, 4 de março de 2019

O Conselho de Administração,

Luís Cervantes
Presidente

António Nestor Ribeiro
Vice-Presidente

Mário Ferreira
Vice-Presidente

Paulo Trigo
Vogal

Gonçalo Ramos e Costa
Vogal



RELATÓRIO E CONTAS

Relatório do Governo Societário

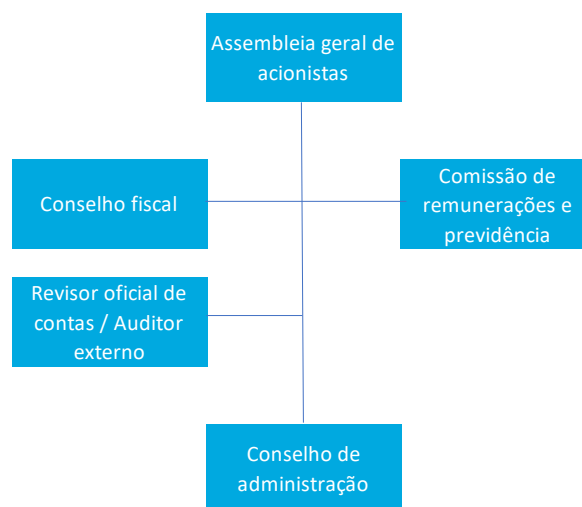


1. Estrutura de Governo

O modelo de governo da sociedade que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização segue o tradicional modelo latino e é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade, pelos seguintes órgãos sociais:

- ⇒ A Assembleia Geral
- ⇒ O Conselho de Administração
- ⇒ O Conselho Fiscal
- ⇒ Revisor Oficial de Contas / Auditor Externo

O organigrama abaixo, apresenta essa estrutura organizacional:



Ainda de acordo com os Estatutos da Sociedade a gestão corrente é assegurada por um Conselho de Administração composto por três a nove membros eleitos por períodos quadrienais, sendo permitida a sua reeleição.

O atual Conselho de Administração que tem um mandato de 2017 a 2020, é composto por cinco administradores, sendo um deles Presidente, dois Vice-presidentes e outros dois Vogais.

Compete ao Conselho de Administração gerir os negócios da sociedade com os mais amplos poderes, podendo criar, por sua iniciativa e decisão conselhos de natureza consultiva.

A fiscalização dos atos da administração é exercida por um Conselho Fiscal composto por três membros independentes sendo um deles Revisor Oficial de Contas, com mandatos iguais aos do Conselho de Administração, sendo também reelegíveis.

As remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são fixadas por uma Comissão de Remunerações e Previdência, composta por três membros eleitos pelos acionistas, podendo ser reelegíveis.

2. Identificação de composição dos Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Nuno Miguel Marques dos Santos Horta

Vice-Presidente: Nuno Miguel Novais Grangeon Cárcomo Lobo

Secretário: Bruno Miguel dos Anjos Almeida Monteiro

Conselho de Administração:

Presidente: Luís Filipe Sampaio Cervantes

Vice-Presidente: António Manuel Nestor Ribeiro

Vice-Presidente: Mário Nuno dos Santos Ferreira

Vogal: José Paulo de Castro Trigo

Vogal: Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa

Conselho Fiscal:

Presidente: Manuel Augusto Lopes de Lemos

Vogal: Humberto Manuel Martins Carneiro

Vogal: Armando Luís Vieira de Magalhães, ROC n.º 676

Suplente: Bernardo José Ferreira Reis

Revisor Oficial de Contas:

Efetivo: Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., SROC n.º 51,
representada por Fernando Marques Vieira, ROC n.º 564

Suplente: Paulo Jorge Damião Pereira, ROC n.º 1219

3. Qualificação profissional dos membros do Conselho de Administração e atividade exercida nos últimos anos

Luís Cervantes – Presidente

Qualificação académica:

Licenciado em Economia

Pós-Graduação em Gestão de Riscos e Produtos Derivados

Atividade nos últimos anos:

Diretor BES (1993-2005)

Administrador Crediflash (2004-2006)

Assessor de Administração da companhia de seguros Tranquilidade (2005-2006)

Membro do Conselho Executivo da companhia de seguros AXA Portugal (2006-2010)

Membro do Conselho Executivo da companhia de seguros Seguro Direto Gere (2008)

Administrador da Sabseg Seguros (2010-2017)

Presidente do Conselho de Administração da AAA-SGPS, S.A. (novembro 2016-junho 2017)

Presidente do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2017-)

António Nestor Ribeiro - Vice-Presidente

Qualificação académica:

Licenciado em Engenharia de Sistemas e Informática

Mestre em Informática - Sistemas distribuídos, Arquitetura de Computadores e Comunicações por Computador

Doutorado em Informática - Fundamentos da Computação

Atividade nos últimos anos:

Diretor Adjunto do curso da Licenciatura em Engenharia Informática (2008-2010)

Membro da Comissão de Curso da Licenciatura em Ciências da Computação (2008-2010)

Membro do Conselho Pedagógico da Escola de Engenharia (2010-2013)

Diretor da Licenciatura em Engenharia Informática (2010-2013)

Diretor Adjunto do Departamento de Informática (2012-2016)

Membro da Comissão Diretiva do Departamento de Informática (2010-2016)

Professor auxiliar da Universidade do Minho

Administrador fundador da MobiComp (-2008)

Co-fundador da iMobileMagic (2011-2016)

Vice-presidente do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2014-)

Mário Ferreira – Vice-Presidente

Qualificação académica:

Licenciado em Turismo e gestão de Empresas Turísticas

Atividade nos últimos anos:

Administrador – CEO do Grupo Douro Azul

Administrador da AAA-SGPS, S.A. (fevereiro a junho 2017)

Vice-presidente do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A.- Companhia de Seguros, S.A. (2017-)

Paulo Trigo – Administrador

Qualificação académica:

Licenciado em Engenharia Civil

Pós-graduado em Engenharia e Segurança Industrial

Cursos de Analista de riscos, Técnico de Prevenção e Segurança e Técnico de Prevenção de Incêndios em empresas industriais

Atividade nos últimos anos:

Diretor do Gabinete de Análise de Riscos na Tranquilidade (1990-1998)

Diretor coordenador da Direção de Exploração Regional Norte na Tranquilidade (1998-2005)

Diretor coordenador da Direção de Grandes Clientes da Tranquilidade (2005-2014)

Administrador delegado da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2014-2017)

Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2017-)

Gonçalo Ramos e Costa – Administrador

Qualificação académica:

Licenciado em Administração de Empresas

Atividade nos últimos anos:

Gestor de Marketing na Lusitânia (1993-1998)

Diretor de Marketing na Lusitânia (1998-2001)

Administrador-delegado da Moçambique-Companhia de Seguros S.A. com sede em Maputo (2001-2004)

Administrador da Moçambique-Companhia de Seguros, S.A. (2004-2014)

Diretor coordenador da Direção Financeira, Administrativa e de Património da Lusitânia (2007-2014)

Diretor Geral da AAA - SGPS (2014-2017)

Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2014-)

4. Composição da Comissão de Remunerações e Previdência

A Comissão de Remunerações e Previdência é composta por dois elementos:

Presidente: António Nestor Ribeiro

Vogal: Nuno dos Santos Horta

Vogal: Jorge Nelson Ferreira Aguiar Quintas

O Presidente da Comissão de Remunerações e Previdência é membro não remunerado do órgão de administração e não tem qualquer vínculo familiar a algum dos restantes membros.

5. Remunerações

A fixação das remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização segue a política de remuneração aprovada pela Comissão de Remunerações e Previdência.

Os membros dos órgãos de administração poderão beneficiar, para além da remuneração fixa, de remuneração variável atribuída em função dos resultados líquidos da Companhia.

A Comissão de Remunerações e Previdência deve reunir em sessão plenária, sempre que seja necessária a discussão e fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é estabelecida no contrato de prestação de serviços e obedece à prática corrente do mercado.

6. Remunerações auferidas pelos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (nos termos do art.º 29º da lei n.º 28/2009 de 19 de setembro)

As remunerações base dos membros dos órgãos de administração e fiscalização são apresentadas no quadro seguinte:

6.1. Agregado

U: Euro

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total Anual
Conselho de Administração	505 060,00 €	80 684,00 €	585 744,00 €
Conselho Fiscal	10 800,00 €	- €	10 800,00 €
TOTAL	515 860,00 €	80 684,00 €	596 544,00 €

6.2. Individual

U: Euro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total Anual
Luís Filipe Sampaio Cervantes	177 460,00 €	29 074,00 €	206 534,00 €
Gonçalo Lopes da Costa de R. e Costa	164 150,00 €	21 805,00 €	185 955,00 €
José Paulo Castro Trigo	163 450,00 €	21 805,00 €	185 255,00 €
Mário Nuno dos Santos Ferreira	8 000,00 €	- €	8 000,00 €
TOTAL	513 060,00 €	72 684,00 €	585 744,00 €

U: Euro

CONSELHO FISCAL	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total Anual
Manuel Augusto Lopes de Lemos	7 200,00 €	- €	7 200,00 €
Armando Luís Vieira de Magalhães	3 600,00 €	- €	3 600,00 €
TOTAL	10 800,00 €	- €	10 800,00 €

7. Remuneração do Auditor/Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas legalmente com base nos artigos 59º e 60º do DL nº 487/99, de 16 de novembro, alterados pelo D.L. nº 224/2008 de 20 de novembro. Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal. Os valores pagos em 2017, incluindo o IVA foram os seguintes:

<i>U: Euro</i>	
Descrição dos Honorários MAZARS	Valor
Solvência II	18 450
Revisão Oficial Contas	58 425
TOTAL	76 875

8. Participação dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização no Capital da Seguradora (Art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Membros do Conselho de Administração com participação no capital da Caravela – Companhia de Seguros, S.A.:

NOME	Nº AÇÕES DETIDAS A 31/12/2018
Luís Filipe Sampaio Cervantes (participação através da Ancoras de Jupiter Unipessoal, Lda.)	3 288 760
Mário Nuno dos Santos Ferreira (participação através da International Trade Winds Holding Ltd.)	3 288 760
António Manuel Nestor Ribeiro (participação através da Blue Wave, S.A.)	1 541 606

RELATÓRIO E CONTAS

Política de Remuneração dos Colaboradores



1. Enquadramento legal

A política de remunerações dos trabalhadores da Caravela – Companhia de Seguros, S.A. é baseada no cumprimento da legislação em vigor, principalmente:

⇒ Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril (Divulgação de informação relativa à política de remuneração das empresas de seguros e sociedades gestoras de fundos de pensões);

⇒ Circular n.º 6/2010, de 1 de abril (Política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões);

⇒ Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015;

⇒ Orientações da EIOPA relativas ao sistema de governação das Empresas de Seguros.

Essa política de compensação remuneratória tem como base um prudente e adequado controlo, de forma a evitar situações de conflito de interesses, sendo coerente com a política de crescimento e rentabilidade definida pelos acionistas da sociedade.

2. Competência

A política de remuneração dos trabalhadores deve ser proposta pelo Departamento de Recursos Humanos, para posterior aprovação do Conselho de Administração, sendo revista anualmente.

3. Divulgação

A política de remuneração é divulgada nas várias áreas em que a lei e o normativo em vigor o obriga.

4. Componentes da remuneração

Os colaboradores da Caravela poderão beneficiar, para além da remuneração fixa, de remuneração variável, que assentará nos seguintes pressupostos:

⇒ No equilíbrio entre as duas remunerações, de forma a um planeamento fácil e claro da parte variável;

⇒ No facto de a remuneração variável resultar de um sistema de objetivos, e desempenho que integra objetivos individuais e de equipa.

5. Outros benefícios

Além do mencionado anteriormente, os colaboradores da Caravela auferem também os seguintes benefícios:

- ⇒ Seguro de Acidentes de Trabalho;
- ⇒ Seguro de Saúde;
- ⇒ Seguro de Vida;
- ⇒ Planos Individuais de Reforma (PIR).

RELATÓRIO E CONTAS

Demonstrações Financeiras Demonstração da Posição Financeira



DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (1/2)

Notas do Anexo	Demonstração da Posição Financeira em 31.12.2018	Valores em euros			
		Exercício	Exercício anterior		
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ACTIVO				
6	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 095 016,40		2 095 016,40	1 337 716,34
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00		0,00	0,00
	Activos financeiros detidos para negociação	0,00		0,00	0,00
	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00		0,00	0,00
	Derivados de cobertura	0,00		0,00	0,00
5	Activos disponíveis para venda	52 472 763,13	384 404,44	52 088 358,69	52 156 793,77
3.2.2	Empréstimos e contas a receber	1 926 379,66	0,00	1 926 379,66	1 667 512,73
	Depósitos junto de empresas cedentes	0,00		0,00	0,00
3.2.2	Outros depósitos	1 674 818,02		1 674 818,02	1 415 951,09
3.2.2	Empréstimos concedidos	251 561,64		251 561,64	251 561,64
	Contas a receber	0,00		0,00	0,00
	Outros	0,00		0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade	0,00		0,00	0,00
3.3.1-7	Terrenos e edifícios	1 231 882,32	0,00	1 231 882,32	1 361 174,82
	Terrenos e edifícios de uso próprio	0,00		0,00	0,00
3.3.1-7	Terrenos e edifícios de rendimento	1 231 882,32		1 231 882,32	1 361 174,82
8	Outros activos tangíveis	1 124 678,74	812 782,83	311 895,91	157 495,70
	Inventários	40 626,31		40 626,31	15 584,62
	Goodwill	0,00		0,00	0,00
3.4-10	Outros activos intangíveis	2 622 189,69	1 199 428,40	1 422 761,29	369 820,91
	Provisões técnicas de resseguro cedido	14 108 081,30	0,00	14 108 081,30	10 896 048,83
4.1.2-4.1.3	Provisão para prémios não adquiridos	1 313 581,87		1 313 581,87	1 760 689,14
	Provisão matemática do ramo vida	0,00		0,00	0,00
4.1.1-4.1.3	Provisão para sinistros	12 794 499,43		12 794 499,43	9 135 359,69
	Provisão para participação nos resultados	0,00		0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa	0,00		0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira	0,00		0,00	0,00
	Outras provisões técnicas	0,00		0,00	0,00
	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	0,00		0,00	0,00
3.9.1-11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	5 621 719,81	362 617,44	5 259 102,37	4 627 282,41
3.8.1-3.8.2-3.9.1-11	Contas a receber por operações de seguro directo	4 817 628,24	253 255,73	4 564 372,51	4 255 629,55
3.9.1-4.4-11	Contas a receber por outras operações de resseguro	414 389,44	39 444,24	374 945,20	247 370,43
3.8.2-3.9.1-11	Contas a receber por outras operações	389 702,13	69 917,47	319 784,66	124 282,43
20	Activos por impostos	1 512 319,30	0,00	1 512 319,30	1 396 790,76
20	Activos por impostos correntes	343 995,70		343 995,70	164 977,07
20	Activos por impostos diferidos	1 168 323,60		1 168 323,60	1 231 813,69
3.9.3	Acréscimos e diferimentos	207 218,83		207 218,83	140 743,37
	Outros elementos do activo	0,00		0,00	0,00
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0,00		0,00	0,00
	TOTAL ACTIVO	82 962 875,49	2 759 233,11	80 203 642,38	74 126 964,26

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

António Nestor Ribeiro

Mário Ferreira

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (2/2)

		Valores em euros	
Notas do Anexo	Demonstração da Posição Financeira em 31.12.2018	Exercício	Exercício anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
4.1.3	Provisões técnicas	52 426 629,48	48 011 939,85
3.7.1-4.1.2-4.1.3	Provisão para prémios não adquiridos	12 419 425,38	9 603 855,36
	Provisão matemática do ramo vida	0,00	0,00
4.1.3	Provisão para sinistros	39 380 391,93	36 806 764,87
	De vida	0,00	0,00
4.1.3	De acidentes de trabalho	20 815 272,83	16 936 691,89
4.1.3	De outros ramos	18 565 119,10	19 870 072,98
	Provisão para participação nos resultados	0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa	0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira	0,00	0,00
3.7.4-4.1.3	Provisão para desvios de sinistralidade	206 759,41	180 247,73
3.7.3-4.1.3	Provisão para riscos em curso	420 052,76	1 421 071,89
	Outras provisões técnicas	0,00	0,00
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	0,00	0,00
3.2.3.	Outros passivos financeiros	796 929,41	1 060 033,76
	Derivados de cobertura	0,00	0,00
	Passivos subordinados	0,00	0,00
3.2.3	Depósitos recebidos de resseguradores	796 929,41	1 060 033,76
	Outros	0,00	0,00
3.6-19	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	132 997,52	117 260,82
3.9.2	Outros credores por operações de seguros e outras operações	4 119 757,27	4 899 551,56
3.9.2	Contas a pagar por operações de seguro directo	2 488 430,25	2 133 950,70
3.9.2	Contas a pagar por outras operações de resseguro	986 030,28	1 859 145,26
3.9.2	Contas a pagar por outras operações	645 296,74	906 455,60
20	Passivos por impostos	2 132 954,62	1 547 730,17
20	Passivos por impostos correntes	2 132 954,62	1 398 520,02
20	Passivos por impostos diferidos	0,00	149 210,15
3.9.3	Acréscimos e diferimentos	1 159 085,74	1 590 180,87
	Outras Provisões	0,00	0,00
	Outros elementos do passivo	0,00	0,00
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	0,00	0,00
	TOTAL PASSIVO	60 768 354,04	57 226 697,03
	CAPITAL PRÓPRIO		
21	Capital	19 566 101,96	19 566 101,96
	(Acções Próprias)	0,00	0,00
	Outros instrumentos de capital	0,00	0,00
22	Reservas de reavaliação	-18 789,14	663 156,21
22	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	-18 789,14	663 156,21
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	0,00	0,00
	Por revalorização de activos intangíveis	0,00	0,00
	Por revalorização de outros activos tangíveis	0,00	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	0,00	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	0,00	0,00
	De diferenças de câmbio	0,00	0,00
22	Reserva por impostos diferidos	4 227,56	-149 210,15
21-22	Outras reservas	2 663 835,09	2 518 464,05
21	Resultados transitados	-5 843 615,88	-7 151 955,26
	Resultado do exercício	3 063 528,75	1 453 710,42
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	19 435 288,34	16 900 267,23
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	80 203 642,38	74 126 964,26

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

António Nestor Ribeiro

Mário Ferreira

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

RELATÓRIO E CONTAS

Demonstrações Financeiras Conta de Ganhos e Perdas



CONTAS DE GANHOS E PERDAS (1/2)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas em 31.12.2018	Exercício				Valores em euros
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	Exercício anterior
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro		41 498 109,28		41 498 109,28	33 784 122,53
	Prémios brutos emitidos		59 495 378,96		59 495 378,96	47 972 616,91
	Prémios de resseguro cedido		13 725 024,54		13 725 024,54	13 144 064,82
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)		3 893 728,15		3 893 728,15	1 189 920,00
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		-378 516,99		-378 516,99	145 490,44
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		0,00		0,00	0,00
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro		28 107 607,12		28 107 607,12	23 238 451,50
4.1.1	Montantes pagos		29 446 850,01		29 446 850,01	23 946 748,01
4.1.1	Montantes brutos		35 708 947,56		35 708 947,56	29 906 625,83
4.1.1	Parte dos resseguradores		6 262 097,55		6 262 097,55	5 959 877,82
4.1.1	Provisão para sinistros (variação)		-1 339 242,89		-1 339 242,89	-708 296,51
4.1.1	Montante bruto		2 928 089,73		2 928 089,73	3 618 875,04
4.1.1	Parte dos resseguradores		4 267 332,62		4 267 332,62	4 327 171,55
4.1.3	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro		-974 507,45		-974 507,45	-1 124 175,29
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro				0,00	0,00
	Montante bruto				0,00	0,00
	Parte dos resseguradores				0,00	0,00
	Participação nos resultados, líquida de resseguro		0,00		0,00	0,00
17	Custos e gastos de exploração líquidos		11 729 456,60		11 729 456,60	11 283 152,83
17	Custos de aquisição		12 530 583,85		12 530 583,85	10 884 793,84
17	Custos de aquisição diferidos (variação)		-1 009 567,84		-1 009 567,84	-237 794,58
17	Gastos administrativos		2 416 226,82		2 416 226,82	2 565 153,04
	Comissões e participação nos resultados de resseguro		2 207 786,23		2 207 786,23	1 928 999,47
13	Rendimentos		489 298,24	0,00	489 298,24	578 669,00
13	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		489 298,24	0,00	489 298,24	495 269,00
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros		0,00	0,00	0,00	83 400,00
3.9.5	Gastos financeiros		216 128,67	0,00	216 128,67	199 826,44
3.9.5	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		216 128,67	0,00	216 128,67	199 826,44
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros		0,00	0,00	0,00	0,00

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

António Nestor Ribeiro

Mário Ferreira

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

CONTAS DE GANHOS E PERDAS (2/2)

		Valores em euros				
Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas em 31.12.2018	Exercício			Exercício anterior	
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica		Total
14	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		323 625,04	0,00	323 625,04	906 267,59
14	De activos disponíveis para venda		323 625,04	0,00	323 625,04	906 267,59
	De empréstimos e contas a receber		0,00	0,00	0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade		0,00	0,00	0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		0,00	0,00	0,00	0,00
	De outros		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-24 292,50	0,00	-24 292,50	0,00
15	Perdas de imparidade (líquidas reversão)		-300 967,33	0,00	-300 967,33	-107 005,70
15	De activos disponíveis para venda		-300 967,33	0,00	-300 967,33	-107 005,70
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		0,00	0,00	0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade		0,00	0,00	0,00	0,00
	De outros		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras provisões (variação)		0,00	0,00	0,00	0,00
3.9.4	Outros rendimentos/gastos		0,00	27 197,97	27 197,97	-78 792,70
	<i>Goodwill</i> negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos e perdas de activos não correntes não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		0,00	0,00	0,00	0,00
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		3 509 022,45	27 197,97	3 536 220,42	1 700 016,64
20	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes		0,00	404 974,02	404 974,02	222 229,94
20	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos		0,00	67 717,65	67 717,65	24 076,28
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3 509 022,45	-445 493,70	3 063 528,75	1 453 710,42

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

António Nestor Ribeiro

Mário Ferreira

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

RELATÓRIO E CONTAS

**Demonstrações Financeiras
Demonstração de Variações
do Capital Próprio**



DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

										2018
										Valores em euros
Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reserva de reavaliação por ajustam. justo valor activos financeiros disponíveis para venda	Reserva de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
	Demonstração da posição financeira a 31-12-2017	19 566 101,96	663 156,21	0,00	-149 210,15	1 147 828,65	1 370 635,40	-7 151 955,26	1 453 710,42	16 900 267,23
	Correcções de erros (IAS 8)									0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)									0,00
21	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	19 566 101,96	663 156,21	0,00	-149 210,15	1 147 828,65	1 370 635,40	-7 151 955,26	1 453 710,42	16 900 267,23
	Aumentos/reduções de capital									0,00
22	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		-681 945,35							-681 945,35
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio									0,00
22	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				153 437,71					153 437,71
22	Aumentos de reservas por aplicação de resultados					145 371,04			-145 371,04	0,00
	Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio									0,00
21	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras rubricas							1 308 339,38	-1 308 339,38	0,00
	Total das variações do capital próprio	0,00	-681 945,35	0,00	153 437,71	145 371,04	0,00	1 308 339,38	-1 453 710,42	-528 507,64
21	Resultado líquido do período								3 063 528,75	3 063 528,75
	Distribuição antecipada de lucros									0,00
	Demonstração da posição financeira a 31-12-2018	19 566 101,96	-18 789,14	0,00	4 227,56	1 293 199,69	1 370 635,40	-5 843 615,88	3 063 528,75	19 435 288,34

										2017
										Valores em euros
Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reserva de reavaliação por ajustam. justo valor activos financeiros disponíveis para venda	Reserva de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
	Demonstração da posição financeira a 31-12-2016	13 566 000,00	170 228,41	0,00	-38 301,39	1 117 579,65	1 370 635,40	-7 424 194,96	302 488,70	9 064 435,81
	Correcções de erros (IAS 8)									0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)									0,00
21	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	13 566 000,00	170 228,41	0,00	-38 301,39	1 117 579,65	1 370 635,40	-7 424 194,96	302 488,70	9 064 435,81
	Aumentos/reduções de capital	6 000 101,96								6 000 101,96
22	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		492 927,80							492 927,80
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio									0,00
22	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				-110 908,76					-110 908,76
22	Aumentos de reservas por aplicação de resultados					30 249,00			-30 249,00	0,00
	Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio									0,00
21	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras rubricas							272 239,70	-272 239,70	0,00
	Total das variações do capital próprio	6 000 101,96	492 927,80	0,00	-110 908,76	30 249,00	0,00	272 239,70	-302 488,70	6 382 121,00
21	Resultado líquido do período								1 453 710,42	1 453 710,42
	Distribuição antecipada de lucros									0,00
	Demonstração da posição financeira a 31-12-2017	19 566 101,96	663 156,21	0,00	-149 210,15	1 147 828,65	1 370 635,40	-7 151 955,26	1 453 710,42	16 900 267,23

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

António Nestor Ribeiro

Mário Ferreira

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

RELATÓRIO E CONTAS

Demonstrações Financeiras Demonstração do Rendimento Integral



DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Valores em euros

<i>Notas do Anexo</i>	<i>Total</i>	
	<i>Exercício</i>	<i>Exercício anterior</i>
Resultado líquido do exercício	3 063 528,75	1 453 710,42
Outro rendimento integral do exercício	-528 507,64	382 019,04
Activos financeiros disponíveis para venda	-681 945,35	492 927,80
22 Ganhos e perdas líquidos	-681 945,35	492 927,80
Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	0,00	0,00
Imparidade	0,00	0,00
Alienação	0,00	0,00
22 Impostos	-153 437,71	110 908,76
Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Outros movimentos	0,00	0,00
Total do rendimento integral líquido de impostos	2 535 021,11	1 835 729,46

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

António Nestor Ribeiro

Mário Ferreira

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

RELATÓRIO E CONTAS

Demonstrações Financeiras
Demonstração dos
Fluxos de Caixa



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores em euros

	2018		2017	
Actividades Operacionais:				
Recebimento de clientes	60 872 734		49 008 336	
Pagamentos a fornecedores	-4 081 213		-2 626 951	
Pagamentos ao pessoal	-5 313 073		-5 053 405	
Contribuições para o fundo de pensões	-44 716		-39 525	
Fluxo gerado pelas operações	51 433 732	51 433 732	41 288 455	41 288 455
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-218 010		-137 549	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional:				
Pagamentos de sinistros	-33 789 074		-23 811 451	
Recebimentos/pagamentos de resseguro	-5 455 210		-5 581 860	
Recebimentos/pagamentos de co-seguro	-43 860		463 215	
Recebimentos/pagamentos de outros impostos e taxas	-7 772 857		-6 623 732	
Outros recebimentos/pagamentos	-4 361 715		-3 618 353	
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	-206 994	-206 994	1 978 725	1 978 725
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	0		0	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-55 437	-55 437	-59 948	-59 948
Fluxo das actividades operacionais (1)	-55 437	-262 431	-59 948	1 918 777
Actividades de Investimento:				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	22 262 544		61 518 065	
Activos Tangíveis	0		0	
Activos Intangíveis	0		0	
Subsídios de investimento	0		0	
Juros e proveitos similares	987 168		1 227 986	
Dividendos	0		15 752	
Outros recebimentos relativos à actividade de investimento	53 250	23 302 962	70 463	62 832 266
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	21 736 977		68 916 882	
Activos Tangíveis	53 645		100 521	
Activos Intangíveis	50 127		244 168	
Outros pagamentos relativos à actividade de investimento	98 731	21 939 480	18 185	69 279 756
Fluxo das actividades de investimento (2)	98 731	1 363 482	-6 447 490	
Actividades de Financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	0		0	
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissã	0		6 000 102	
Subsídios e doações	0		0	
Venda de acções próprias	0		0	
Cobertura de prejuízos	0		0	
Outros recebimentos relativos à actividade de financiamento	0	0	0	6 000 102
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	0		0	
Amortização de contratos de locação financeira	73 457		0	
Juros e custos similares	3 097		0	
Dividendos	0		0	
Redução de capital e prestações suplementares	0		0	
Aquisição de acções próprias	0		0	
Outros pagamentos relativos à actividade de financiamento	11 193	87 747	191 880	191 880
Fluxo das actividades de financiamento (3)	11 193	-87 747	191 880	5 808 222
Variações de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		1 013 304		1 279 509
Efeito das diferenças de câmbio		0		0
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 752 704		1 473 195
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 766 008		2 752 704

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

António Nestor Ribeiro

Mário Ferreira

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

RELATÓRIO E CONTAS

Anexo às Demonstrações Financeiras



1. Informações Gerais

A CARAVELA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A., adiante designada por Caravela ou Companhia, é uma sociedade anónima registada com o NIPC 503 640 549, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, que resultou da alteração da denominação social da Macif Portugal - Companhia de Seguros, S.A. em 8 de janeiro de 2015, conforme registo efetuado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa.

A Companhia foi constituída em 1996 sob a denominação social de Euresap – Euresa Portugal Companhia de Seguros S.A., que foi alterada no ano de 2001 para Companhia de Seguros Sagres, S.A. e no ano de 2010 para Macif Portugal – Companhia de Seguros, S.A.; A 12 de novembro de 2014 foi adquirida na sua totalidade pela Sociedade AAA, SGPS, S.A.

No dia 26 de junho de 2017 teve lugar a transmissão das 26.600.000 ações do Acionista AAA, SGPS, S.A., representativas de 100% do capital social, a diversos Acionistas e, adicionalmente, foi efetuado um aumento de capital, no montante de 6.000.101,96€, através da emissão de 14.509.472 novas ações ao valor unitário de 0,413530€.

Com sede em Lisboa, na Avenida Casal Ribeiro, nº 14, a Caravela dispõe de escritórios no Porto, Leiria e Faro, exercendo a atividade de seguros e resseguros dos ramos Não Vida, mediante a autorização nº 1133 concedida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Em volume de prémios do seguro direto, a Caravela registou um aumento de 24,0% face ao ano anterior, sendo o ramo Automóvel o que continua a ter maior significado, representando 49,6% do volume total de prémios (48,7% em 2017), seguido do ramo de Acidentes de Trabalho com 28,8% (28,2% em 2017).

Todos os valores do presente Anexo às Demonstrações Financeiras estão expressos em euros, com arredondamento à unidade.

As Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2018 foram analisadas pelo Conselho de Administração em reunião do dia 11 de fevereiro de 2019.

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras vão ser submetidos para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, em 21 de março de 2019.

2. Informação por Segmentos

A totalidade do negócio da Companhia é proveniente de contratos de seguro dos ramos Não Vida celebrados em Portugal, pelo que existe apenas um Segmento Geográfico, sendo a distribuição por linhas de negócios em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentada de seguida:

2018								
U:Euro								
Rúbrica	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo e Transportes	Mercadorias Transportadas	R.Civil Geral	Diversos	TOTAL
Prémios brutos emitidos	18 335 225	6 943 809	29 478 945	295 491	245 196	1 079 594	3 117 119	59 495 379
Prémios resseguro cedido	6 776 510	5 368 793	1 094 381	249 762	164 136	71 443	0	13 725 025
Prémios brutos adquiridos	18 198 605	6 669 987	26 468 415	284 406	241 647	1 048 057	2 690 534	55 601 651
Prémios brutos adquiridos de resseguro	6 749 957	5 171 496	1 094 381	241 840	158 450	71 443	615 975	14 103 542
Resultado dos Investimentos	333 353	85 862	408 798	896	1 105	18 683	24 772	873 469
Custos com sinistros brutos	12 428 572	5 215 049	19 209 806	64 809	56 989	-273 168	1 934 981	38 637 037
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros	5 817 965	4 605 931	73 284	53 186	55 766	72 688	-149 390	10 529 430
Variação de outras provisões técnicas	-46 928	10 833	-1 187 134	2 600	1 971	0	312 741	-905 917
Custos e gastos de exploração brutos	3 235 498	1 935 760	7 807 467	70 089	75 903	295 282	448 652	13 868 653
Comissões e participação nos resultados de resseguro	580 722	1 544 047	-45 251	65 367	54 692	8 210	0	2 207 786
Outros rendimentos/gastos técnicos	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado técnico	2 563 546	572 690	-19 275	24 516	59 897	1 054 081	-746 433	3 509 022
Outros rendimentos/gastos não técnicos								27 198
Resultado não técnico								27 198
Resultado antes de impostos								3 536 220
Provisões técnicas de seguro directo	21 825 156	5 442 637	25 683 721	58 781	73 951	1 135 549	1 683 795	55 903 589

2017								
U:Euro								
Rúbrica	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo e Transportes	Mercadorias Transportadas	R.Civil Geral	Diversos	TOTAL
Prémios brutos emitidos	14 524 372	6 230 092	23 371 157	263 793	219 352	953 705	2 410 146	47 972 617
Prémios resseguro cedido	5 496 694	4 685 150	838 320	228 202	139 949	27 281	1 728 469	13 144 065
Prémios brutos adquiridos	14 502 392	6 005 372	22 515 304	254 152	213 596	929 211	2 362 670	46 782 697
Prémios brutos adquiridos de resseguro	5 485 175	4 590 008	838 320	223 848	140 073	27 281	1 693 869	12 998 574
Resultado dos Investimentos	355 109	140 631	805 550	1 108	2 652	58 213	28 853	1 392 116
Custos com sinistros brutos	13 281 424	3 127 214	15 449 643	27 777	88 431	274 843	1 276 169	33 525 501
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros	4 913 053	3 387 460	658 375	16 463	69 521	-33 964	1 276 142	10 287 049
Variação de outras provisões técnicas	33 604	-111 823	-903 586	0	19	-30 389	-112 000	-1 124 175
Custos e gastos de exploração brutos	3 343 881	2 034 664	6 986 536	63 044	82 355	313 512	388 162	13 212 152
Comissões e participação nos resultados de resseguro	546 438	1 279 288	0	57 492	44 871	911	0	1 928 999
Outros rendimentos/gastos técnicos	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado técnico	-1 827 092	1 172 687	1 608 316	14 545	19 762	369 124	421 467	1 778 809
Outros rendimentos/gastos não técnicos								-78 793
Resultado não técnico								-78 793
Resultado antes de impostos								1 700 017
Provisões técnicas de seguro directo	17 990 345	4 513 116	25 021 090	38 462	84 764	1 753 893	1 009 071	50 410 742

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

No decorrer do período de 2018 foram efetuadas alterações em determinadas normas contabilísticas, nomeadamente:

- **IFRS 2 – “Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações”**

Esta alteração clarifica as bases de mensuração das transações de pagamentos baseados em ações que são liquidadas financeiramente *cash-settled*, assim como a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente *cash-settled* para liquidado com capital próprio *equity-settled*. Uma alteração adicional é a introdução de uma exceção aos princípios da IFRS 2, a qual passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio *equity-settled*, quando o empregador seja obrigado a reter um montante do valor do plano para pagamento do imposto a que o trabalhador está sujeito, e pagar a quantia à autoridade fiscal.

⇒ Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2018/289 de 26 de fevereiro.

⇒ Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

- **IFRS 4 - “Contratos de Seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)”:**

Esta alteração atribui a opção de reconhecimento em Outro rendimento integral, por oposição ao reconhecimento em resultados do período, da volatilidade que resulte da aplicação da IFRS 9, antes da entrada em vigor da IFRS 17 – “Contratos de seguro” (opção concedida às entidades que negociam contratos de seguro). As entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora podem recorrer ainda a uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021, a qual é opcional e aplicável às demonstrações financeiras consolidadas de um Grupo, quando este inclui uma entidade seguradora, conforme *carve in* da União Europeia.

⇒ Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2017/1988 de 3 de novembro.

⇒ Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

- **IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”:**

A IFRS 9 substitui a IAS 39 – ‘Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração’ e introduz alterações no que se refere:

(i) introduzindo uma simplificação na classificação com base no modelo de negócio definido pela gestão;

(ii) ao reconhecimento da componente de *own credit risk* na mensuração voluntária de passivos ao justo valor;

(iii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber, com base no modelo de perdas estimada sem substituição do modelo de perdas incorridas; e

(iv) às regras da contabilidade de cobertura, que se pretende que estejam mais alinhadas com o racional económico da cobertura de riscos definido pela Gestão.

Os princípios aplicáveis ao desreconhecimento dos ativos financeiros mantêm-se sem alterações.

⇒ Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2016/2067 de 22 de novembro.

⇒ Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

● IFRS 15 – “Rédito de contratos com clientes”:

Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços a clientes, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”. Esta norma prevê ainda o tratamento específico para transações como: contratos à consignação, acordos de recompra, direito de devolução, concessões de licenças, garantias, agenciamento, etc.

⇒ Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2016/1905 de 22 de novembro.

⇒ Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

● IFRS 15 – ‘Rédito de contratos com clientes - Clarificações’

Esta alteração corresponde a clarificações introduzidas à IFRS 15 e referem-se a indicações adicionais a seguir na:

(i) determinação das obrigações de desempenho de um contrato;

(ii) determinação do momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual;

(iii) identificação dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente; e

(iv) seleção dos novos regimes transitórios previstos para a adoção da IFRS 15.

⇒ Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2017/1987 de 31 de outubro.

⇒ Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

● IAS 40 - “Transferência de propriedades de investimento”:

Esta alteração clarifica que a transferência de ativos só pode ser efetuada (de e para a categoria de propriedades de investimento) quando existe evidência da sua alteração de uso, sendo que a alteração de intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência.

⇒ Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2018/400 de 14 de março.

⇒ Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

Ciclo anual de melhorias 2014-2016

● IFRS 1 – ‘Primeira adoção das IFRS’

Esta melhoria elimina as isenções temporárias previstas na transição para a IFRS 7 (divulgações respeitantes ao período comparativo e transferências de ativos financeiros), IFRS 10 (disposições transitórias respeitantes a entidades de investimento) e IAS 19 (informação comparativa relativa à análise de sensibilidade das obrigações de benefícios definidos), uma vez que estas já não são aplicáveis ao abrigo das respetivas normas.

⇒ Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2018/182 de 7 de fevereiro.

⇒ Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

● IAS 12 – ‘Divulgações de interesses noutras entidades’

Esta melhoria clarifica que o âmbito da IFRS 12 inclui participações financeiras em subsidiárias, associadas e/ou empreendimentos conjuntos que fazem parte de grupos detidos para alienação (no âmbito da IFRS 5) e que a isenção da IFRS 12 respeita apenas à divulgação de informação financeira resumida destas entidades.

⇒ Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2018/182 de 7 de fevereiro.

⇒ Data de eficácia: Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

● IAS 28 - “Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos”:

Esta melhoria clarifica que os investimentos em associadas ou empreendimentos conjuntos detidos por uma sociedade de capital de risco podem ser mensurados ao justo valor de acordo com a IFRS 9, de forma individual. A melhoria esclarece ainda que uma entidade que não é uma entidade de investimento, mas que detém investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos que são entidades de investimento, pode manter a mensuração ao justo valor da participação que essas associadas ou empreendimentos conjuntos têm nas suas próprias subsidiárias, na aplicação do método da equivalência patrimonial.

⇒ Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2018/182 de 7 de fevereiro.

⇒ Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

Novas interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2018**● IFRIC 22 – ‘Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada’**

A IFRIC 22 corresponde a uma interpretação à IAS 21 – ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’, referindo-se à determinação da ‘data da transação’ quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. Assim, o valor total de uma transação denominada em moeda estrangeira será determinado consoante a taxa de câmbio aplicável à data do adiantamento e à data da realização efetiva da transação, pela obtenção do direito ou satisfação da obrigação associados.

Esta interpretação inclui 3 modelos de transição que são similares aos previstos para a IFRS 15.

⇒ Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2018/519 de 28 de março.

⇒ Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

Novas normas e alterações às normas endossadas pela União Europeia, mas ainda não efetivas**● IFRS 9 – ‘Elementos de pré-pagamento com compensação negativa’**

Esta alteração permite a classificação/mensuração de ativos financeiros ao custo amortizado mesmo que incluam condições que permitem o pagamento antecipado por um valor de contraprestação inferior ao valor nominal (“compensação negativa”), tratando-se de uma isenção aos requisitos previstos na IFRS 9 para a classificação de ativos financeiros ao custo amortizado.

Adicionalmente, também é clarificado quando se verifique uma modificação às condições de um passivo financeiro que não dê origem ao desreconhecimento, a diferença de mensuração tem de ser registada de imediato nos resultados do exercício.

⇒ Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2018/498 de 22 de março.

⇒ Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.

● IFRS 16 – ‘Locações’

A IFRS 16 substitui a IAS 17 – “Locações” e as interpretações associadas, com impacto significativo na contabilização efetuada pelos locatários que passam a ser obrigados a reconhecer para todos os contratos de locação, um passivo de locação correspondente aos pagamentos futuros das rendas da locação e um ativo relativo ao “direito de uso”.

Estão previstas isenções a este tratamento contabilístico para as locações de curto prazo (< 12 meses) e de ativos de baixo valor (< 5.000 USD). A definição de um contrato de locação também foi revista, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”. No que se refere ao regime de transição, a IFRS 16 pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva simplificada.

⇒ Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2017/1986 de 31 de outubro.

⇒ Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019, sendo permitida a adoção antecipada.

Novas interpretações endossadas pela União Europeia, mas ainda não efetivas

● IFRIC 23 – ‘Incertezas relativas ao tratamento do imposto sobre o rendimento’

A IFRIC 23 corresponde a uma interpretação à IAS 12 – ‘Imposto sobre o Rendimento’, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal.

Em caso de incerteza quanto à posição da Administração Fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por impostos sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – ‘Provisões, passivos e ativos contingentes’, com base na estimativa do valor esperado ou do valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.

⇒ Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2018/1595 de 23 de outubro.

⇒ Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.

Alterações às normas publicadas pelo IASB, ainda não endossadas pela União Europeia

● IFRIC 19 – ‘Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos’

Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade:

(i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e

(ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação, qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto de *asset ceiling*. O impacto no *asset ceiling* é sempre registado no Outro rendimento integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício.

⇒ Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.

⇒ Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.

● IAS 28 – ‘Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos’

Esta melhoria clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9. Esta clarificação determina que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estejam sujeitos às regras de imparidade da IFRS 9 (modelo das 3 fases das perdas esperadas), antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimento conjunto, quando existam indicadores de imparidade.

⇒ Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso

⇒ Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.

Alterações às IFRS pela publicação da nova Estrutura Conceptual

Resultante da publicação da nova Estrutura Conceptual o IASB introduziu alterações ao texto de várias normas e interpretações: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar sobre a aplicação ou não das novas definições de ativo/passivo e gasto/rendimento, para além de algumas das características de informação financeira.

Estas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticável.

- ⇒ Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso
- ⇒ Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020.

● IFRS 3 – ‘Definição de Negócio’

Esta alteração constitui uma revisão da definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas.

Passam a ser ainda permitidos ‘testes de concentração’ os quais quando positivos isentam a entidade de avaliação adicional, sobre se se trata da aquisição de um ativo ou de um negócio. No âmbito do teste de concentração, se parte significativa do justo valor dos ativos adquiridos correspondera um único ativo, os ativos adquiridos não constituem um negócio.

- ⇒ Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso
- ⇒ Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020.

● IAS 1 e IAS 8 – ‘Definição de Material’

Estas alterações introduzem uma modificação ao conceito de material, fazendo parte do projeto mais alargado do *Disclosure Initiative* do IASB. São efetuadas clarificações, quanto à referência a informações pouco claras, constituindo situações em que o seu efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo.

São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de “principais utilizadores das demonstrações financeiras”, sendo estes definidos como ‘atuais e futuros investidores, financiadores e credores’ que

dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

- ⇒ Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso
- ⇒ Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020.

Ciclo anual de melhorias 2015-2017

● IAS 23 – ‘Custos de empréstimos obtidos’

Esta melhoria clarifica que na determinação da taxa de média ponderada dos custos de empréstimos genéricos obtidos, para capitalização nos ativos qualificáveis, devem ser incluídos os custos dos empréstimos obtidos especificamente para financiar ativos qualificáveis, quando os ativos específicos já se encontrem na condição de uso pretendido.

- ⇒ Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.
- ⇒ Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.

● IAS 12 – ‘Impostos sobre o rendimento’

Esta melhoria clarifica que o impacto fiscal da distribuição de dividendos deve ser reconhecido na data em que é registada a responsabilidade de pagar, devendo ser reconhecido por contrapartida de resultados do exercício, outro rendimento integral ou capital próprio consoante onde a entidade registou originalmente a transação ou evento que deu origem aos dividendos.

- ⇒ Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.
- ⇒ Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.

● IFRS 3 – ‘Concentrações de atividades empresariais’ e IFRS 11 – ‘Acordos conjuntos’

Estas melhorias clarificam que:

i) na obtenção de controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta, os interesses detidos anteriormente pelo investidor são remensurados ao justo valor;

ii) um investidor numa operação conjunta (não exerce controlo conjunto) que obtém controlo conjunto numa operação conjunta que é um negócio, não remensura o interesse detido anteriormente.

- ⇒ Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.

⇒ Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.

Novas normas publicadas pelo IASB, ainda não endossadas pela União Europeia

● IFRS 17 – ‘Contratos de seguro’

A IFRS 17 substitui a IFRS 4 – “Contratos de seguro”, a norma que vigora de forma interina desde 2004. A IFRS 17 é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. Para os contratos de serviços de taxa fixa, cujo principal objetivo é a prestação de serviços, as entidades têm a opção de contabilizar de acordo com a IFRS 17 ou a IFRS 15. Tal como previsto na IFRS 4, é permitido que os contratos de garantia financeira sejam incluídos no âmbito da IFRS 17 desde que a entidade os tenha explicitamente classificado como contratos de seguro. Os contratos de seguros em que a entidade é a detentora da apólice de seguro não estão no âmbito da IFRS 17 (exceção feita ao resseguro cedido). A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo *building block approach* ou simplificado *premium allocation approach*. O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

⇒ Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.

⇒ Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021.

As Demonstrações Financeiras da Caravela em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas de acordo com o que estabelece o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma Regulamentar n.º 10/2016-R de 15 de setembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Os valores das contas do Balanço e da Conta de Ganhos e Perdas dos exercícios de 2018 e 2017 são comparáveis entre si, encontrando-se as Demonstrações Financeiras preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), com exceção da IFRS 4-Contratos de Seguro, em que apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos de seguro.

Os custos e os proveitos são reconhecidos no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, que se encontram registados ao valor de mercado.

Sendo os prémios de seguro direto reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros registados aquando da participação, são realizadas determinadas

especializações de acordo com as políticas contabilísticas a seguir especificadas, e que foram aplicadas de forma consistente para os períodos indicados.

3.1. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Em termos da Demonstração dos Fluxos de Caixa os valores registados no Balanço, e que incluem os valores em caixa e as disponibilidades à ordem em bancos, são facilmente convertíveis em numerário.

3.2. Instrumentos Financeiros

3.2.1. Ativos financeiros disponíveis para venda

A Caravela classifica os seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial e de acordo com a intenção que lhes está subjacente, nomeadamente em “Ativos Financeiros Disponíveis para Venda”, que são ativos que a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado e não classificados como investimentos a deter até à maturidade.

São ativos inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, incluindo os custos de transação, sendo que as variações subsequentes do justo valor são reconhecidas na Reserva de Reavaliação em capital próprio.

O justo valor corresponde ao valor pelo qual estes ativos podem ser transacionados em condições normais de mercados ativos.

No momento da alienação ou do reconhecimento de imparidade, as variações constatadas face ao justo valor são registadas em custos ou proveitos do exercício, por contrapartida de capitais próprios.

A Companhia adota o critério de reconhecimento de imparidades sempre que se registre uma desvalorização continuada de mais de 180 dias ou uma desvalorização de valor significativo, quando superior a 30% da respetiva cotação, no caso dos instrumentos de capital.

Nos instrumentos de dívida é reconhecida imparidade quando existe uma significativa dificuldade financeira do emitente, tornando-se provável um processo de falência ou uma quebra de contrato por incumprimento nos pagamentos de juro ou de capital.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que as mais-valias potenciais que ocorram após o reconhecimento de perdas por imparidades são registadas em Reserva de Reavaliação e quando posteriormente sejam apuradas menos-valias potenciais considera-se que existe imparidade, que serão consideradas em resultados do exercício.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em resultados do exercício e são especializados de acordo com o tempo decorrido até à data do fim do exercício, sendo calculados pelo método da taxa efetiva e registados em Rendimentos, onde igualmente são reconhecidos os dividendos de instrumentos de capital no momento em que é conhecido o direito da Companhia ao recebimento.

3.2.2. Empréstimos e Contas a receber

Compreende ativos financeiros não cotados num mercado ativo, que incluem os depósitos a prazo em instituições de crédito, afetos a contratos de seguro, reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, que corresponde ao seu valor nominal, e os empréstimos concedidos.

O saldo das rubricas Outros Depósitos e Empréstimos Concedidos em 31 de dezembro de 2018, por prazo de vencimento, é o seguinte:

				U:Euro
Outros depósitos e Empréstimos Concedidos	Início	Vencimento	Prazo (dias)	Valor *
Depósitos a Prazo:				
Millennium BCP	28.12.2018	29.06.2019	183	500 002
Banco Carregosa	19.07.2018	19.07.2019	365	250 555
Banco Santander	21.06.2018	23.06.2019	367	500 269
				1 250 826
Outros Depósitos Afectos às Carteiras de Investimentos:				
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria				4 002
Banco Português Gestão				249 527
Caceis Investor Services				170 463
				423 992
Empréstimos Concedidos:				
Mobility 24				251 562
				251 562
				1 175 823

* - Inclui juros decorridos

3.2.3. Passivos Financeiros

São constituídos por depósitos recebidos de resseguradores, com a seguinte decomposição, por ano:

		U:Euro	
		2018	2017
Depósitos recebidos de Resseguradores			
Prémios		0	0
Sinistros		796 929	1 060 034
		796 929	1 060 034
Total de balanço		796 929	1 060 034

3.3. Terrenos e Edifícios

3.3.1. De rendimento

A Companhia adquiriu dois imóveis no dia 15 de julho de 2016, constituídos por:

⇒ Uma fração autónoma designada pelas letras “CC” – rés-do-chão – loja 1, do prédio urbano situado na Rua José Galhardo, n.ºs 1, 3A, 3B e Rua Agostinho Neto, n.º 7, freguesia do Lumiar, concelho de Lisboa, em regime de propriedade horizontal, pelo preço de 120.000 euros;

⇒ As frações autónomas designadas pelas letras “V”, “X”, “Z”, “AA”, “AB”, “AC” e “AD”, que fazem parte do prédio urbano situado na Praça Conde de Agrolongo, n.ºs 161 a 183, freguesia de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), concelho de Braga, pelo preço global de 1.140.000 euros.

No dia 9 de abril de 2018 a Companhia vendeu a fração autónoma designada pelas letras “CC”, correspondente à loja 1 do prédio situado em Lisboa, à empresa Jodrax – Comércio de Equipamentos de Escritório, Lda., pelo montante de 105.000 mil euros.

Este imóvel foi classificado como propriedade de rendimento, valorizado nos termos da IAS 40.

3.4. Outros Ativos Tangíveis e Intangíveis

No momento do reconhecimento inicial destes ativos a Caravela capitaliza o valor de aquisição e os encargos suportados e que sejam necessários para que os bens entrem em funcionamento, de acordo com a IAS 16.

A vida útil dos bens tangíveis varia em função do tempo estimado de obtenção de benefícios económicos futuros, sendo os bens gradualmente amortizados durante esses períodos.

Os custos incorridos com a aquisição dos bens intangíveis (*software*), bem como as despesas com a sua implementação, são igualmente capitalizados, e são amortizados linearmente, durante o período de vida

útil estimado de três anos, e pelo período de seis anos para as aquisições ocorridas a partir do exercício de 2015.

Os custos com a manutenção do *software*, quando incorridos, são reconhecidos diretamente em Resultados como custo do exercício.

Todos estes bens são revertidos no momento da alienação, ou no momento em que deixem de produzir benefícios económicos, sendo o ganho ou perda apurados reconhecidos diretamente em Resultados.

A Companhia procedeu à verificação da possível perda por imparidade deste tipo de bens, de acordo com o que estipula a IAS 36 e a IAS 38, tendo concluído que este grupo de ativos está devidamente

valorizado à data do encerramento do exercício, continuando a proporcionar os benefícios económicos deles esperados.

A Caravela procedeu ao abate de alguns ativos fixos tangíveis no exercício, no montante global de 34.164 euros, por se encontrarem em estado obsoleto, e que estavam totalmente depreciados.

3.5. Imposto sobre Lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de IRC à taxa de 21% acrescida de 1,5% de derrama, imposto corrente calculado com base no lucro tributável do exercício e após dedução de prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores e suscetíveis dessa dedução.

Dado que o lucro tributável normalmente difere do resultado contabilístico, são calculados impostos diferidos com impacto no imposto a pagar ou a recuperar nos anos seguintes e que correspondem a diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, entre os valores de balanço e a respetiva base fiscal, e que normalmente são calculados à taxa em vigor à data do balanço.

O imposto diferido na Companhia corresponde a valias potenciais e imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda, bem como a imposto diferido ativo por prejuízos fiscais, na medida em que a Administração estimou no exercício de 2014, e confirmou neste exercício, que se prevê continuarem a existir lucros tributáveis nos exercícios seguintes, suficientes para absorverem essas diferenças temporárias dedutíveis.

3.6. Benefícios dos Empregados

Explicitam-se, de seguida, os benefícios atribuídos aos trabalhadores:

Plano de Pensões de Benefício Definido

A Caravela mantém o compromisso, desde o ano de 2003, de conceder a três colaboradores que estavam na atividade em 22 de junho de 1995 e de acordo com o CCT 2008, prestações pecuniárias para complementos de reformas atribuídas pela Segurança Social, anteriormente através da Adesão Coletiva nº 70 ao “Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia”, e a partir de julho de 2017 do “Plano de Pensões Aberto Zurich Vida Empresas” da Zurich Vida S.A. (Fundo nº 287).

Este Plano de Pensões, que está a cargo da Caravela, é aplicável aos colaboradores mencionados, bem como aos reformados que se encontrem a receber uma pensão paga pelo Fundo, que no caso da Caravela, diz respeito apenas a um ex-administrador que atingiu a idade legal de reforma.

Na nota 19 encontram-se divulgadas informações adicionais.

Plano de Pensões de Contribuição Definida (PIR)

O veículo de financiamento afeto a este Plano é o “Plano de Pensões Aberto Zurich Vida Empresas” da Zurich Vida, S.A. (Fundo nº 287), que se aplica de uma forma homogénea a todos os colaboradores da Companhia não considerados no Plano descrito anteriormente.

Este Fundo está constituído de acordo com as regras definidas na cláusula 50ª e seguintes do ACT 2016, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.4, de 29 de janeiro, tendo a Companhia efetuado as contribuições necessárias para o Plano à data de 31 de dezembro, no valor total de 51.306 euros.

Na nota 19 encontram-se divulgadas informações adicionais.

Prémio de Permanência

De acordo com a cláusula 42ª do ACT 2016, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego nº 4, de 29 de janeiro, verificados os requisitos mencionados naquela cláusula, sempre que o trabalhador, complete um ou mais múltiplos de cinco anos de serviço na Companhia, tem direito a receber um prémio único correspondente a 50% do seu ordenado mensal, em expressão monetária, ou em espécie (concessão de dias de licença com retribuição).

3.7. Provisões Técnicas do Seguro Direto e do Resseguro Cedido

Nas páginas seguintes são descritas as diversas Provisões Técnicas do ramo Não Vida, com os respetivos valores.

3.7.1. Provisão para Prémios não Adquiridos do Seguro Direto

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício com vigência após essa data e destina-se a cobrir os riscos assumidos pela Companhia desde o final do exercício até à data de vencimento dos respetivos contratos de seguro, atingindo o valor total de 15.896.385 euros antes da dedução dos custos de aquisição diferidos (em 2017 o valor desta provisão era de 12.002.657 euros).

A provisão é calculada por aplicação do método *pro-rata temporis*, para cada prémio emitido de cada contrato em vigor e para todos os ramos, deduzida dos custos de aquisição também imputáveis a exercícios seguintes na mesma proporção dos prémios.

3.7.2. Provisão para Sinistros do Seguro Direto

A provisão para sinistros corresponde ao valor estimado dos encargos com sinistros decorrentes dos contratos de seguro, quer tenham sido declarados ou não à data do encerramento, e que se encontram por regularizar, incluindo a responsabilidade estimada por sinistros ocorridos no período e ainda não participados (IBNR), ou já participados mas insuficientemente provisionados (IBNER).

Inclui ainda os custos administrativos a incorrer com a regularização futura de sinistros em gestão ou ainda não participados.

Estas provisões são revistas regularmente, à medida que as responsabilidades da Companhia vão sendo liquidadas, de forma a que seja mantido um nível de provisionamento adequado ou seja compatível com as responsabilidades existentes.

O seu valor estimado no exercício foi de 39.380.392 euros, que se compara com 36.806.765 euros em 2017; neste valor está incluindo o montante de 591.638 euros, 644.602 euros em 2017, de provisão para despesas futuras com a gestão de sinistros já ocorridos.

3.7.3. Provisão para Riscos em Curso

A Provisão para Riscos em Curso corresponde ao montante necessário para fazer face a possíveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício, que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras.

O montante desta provisão é igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis a exercícios seguintes (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, pela soma dos rácios de sinistralidade, de despesas e de cedência, subtraindo o rácio de investimentos, deduzida de uma unidade, sendo a provisão para riscos em curso constituída e/ou reforçada sempre que a referida soma dos rácios seja superior a “1”.

Apurou-se, assim, neste exercício, uma provisão de balanço no valor de 420.053 euros, face aos 1.421.072 euros de 2017; este valor representa em 2018, 1% dos prémios adquiridos que compara com 3% em 2017.

3.7.4. Provisão para Desvios de Sinistralidade

Esta provisão é constituída para fazer face ao risco de Fenómenos Sísmicos nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja a possibilidade de maiores oscilações – ramos de Incêndio, Multi-Riscos Habitação e Atividades Comerciais e Associativas.

É calculada pela aplicação de um fator de risco, definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

O valor registado para esta provisão no final de 2018 foi de 206.759 euros, (180.248 euros em 2017).

3.7.5. Provisão Matemática

As provisões matemáticas determinam o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia e são calculadas com base em métodos atuariais, nos termos da legislação em vigor.

Para as pensões não remíveis a Caravela aplica a tábua de mortalidade TV 88/90, com uma taxa técnica de juro de 2,70% (em 2017 a taxa aplicada foi de 2,85%) e encargos de gestão de 4%.

Para as pensões remíveis a tábua aplicada é a TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e 0% de encargos de gestão.

3.7.6. Provisões Técnicas do Resseguro Cedido

Compreende a Provisão para Sinistros e a Provisão para Prémios não Adquiridos, determinadas pela aplicação dos critérios anteriormente descritos para o seguro direto, tendo em conta os tipos de tratados de resseguro e as condições neles expressas, como percentagens de cedência e outras cláusulas, e corresponde à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia.

3.8. Ajustamentos e Especializações

3.8.1. Ajustamentos de Recibos por Cobrar

Os ajustamentos efetuados tiveram por objetivo reduzir do montante total dos prémios em cobrança, o valor estimado de realização.

Os recibos emitidos e não cobrados no final do ano são refletidos na rubrica “Contas a receber por operações de seguro direto” e o valor do ajustamento é apresentado a deduzir no ativo do balanço.

O regime do pagamento dos prémios de seguros previsto no Regime Jurídico do Contrato de Seguro aprovado pelo D.L. n.º 72/2008 de 16 de abril, alterado pela Lei nº 147/2015, de 9 de Setembro, determina que o não pagamento do prémio inicial na data do vencimento, ou da fração inicial, implica a resolução automática do contrato com efeito à data da sua celebração e que essa falta de pagamento nas anuidades subsequentes impedem a prorrogação desses contratos, daí resultando que contabilisticamente esses prémios sejam anulados no momento em que não foram cobrados.

O valor apurado dos ajustamentos de balanço de 2018 foi de 115.476 euros - 110.518 euros em 2017-equivalente a 0,2% dos prémios brutos emitidos líquidos de estornos e anulações (0,2% também em 2017).

3.8.2. Ajustamentos de Créditos de Cobrança Duvidosa

O saldo global das rubricas “mediadores de seguros” e “outros devedores” regista uma diminuição de 3.289 euros no exercício (redução de 17.751 euros e reforço de 14.462 euros) sendo o valor global dos ajustamentos à data das Demonstrações Financeiras de 247.141 euros, comparativamente aos 250.430 euros em 2017.

3.8.3. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguros são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos.

À data do encerramento do exercício estes custos atingiram o valor total de 3.476.960 euros, quando em 2017 tinham atingido os 2.398.802 euros.

3.8.4. Remunerações de mediação

São representadas pelo montante contratualmente atribuído aos mediadores, pela angariação e cobrança de prémios de seguro, sendo registadas como custo no momento do processamento dos respetivos recibos de prémio.

Esta rubrica inclui a especialização das comissões de incentivo comercial a pagar aos mediadores no primeiro trimestre do ano seguinte, após o apuramento final dos resultados por mediador, que é efetuado no início do ano seguinte, e desde que se encontrem atingidos os objetivos comerciais de produção, sinistralidade e cobranças que constam dos protocolos celebrados com os mediadores.

Foi reconhecido no exercício o montante de comissões de incentivo de produção, relativas a 2018, a pagar aos mediadores durante o primeiro trimestre de 2019, de 324.632 euros, valor este que se pode comparar com os 547.634 euros em 2017.

3.8.5. Responsabilidade por férias e subsídios de férias

Incluída na rubrica de “Acréscimos e Diferimentos” do passivo corresponde a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do ano e acrescidos de incrementos previstos, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final do exercício, a regularizar posteriormente, por serviços prestados pelos colaboradores até 31 de dezembro de 2018.

3.8.6. Locação Operacional

Os pagamentos efetuados ao abrigo dos contratos de locação operacional de material de transporte, são registados pela Companhia em custos, no período a que respeitam.

A Caravela celebrou no mês de janeiro com o Banco BPI dois contratos de locação financeira, relativos a equipamento de transporte (viaturas), por um período de sessenta meses, à taxa de juro variável de 1,375%, sendo os pagamentos efetuados ao abrigo destes contratos registados pela Companhia em conta de terceiros, os montantes respeitantes ao reembolso do capital, e em custos os juros do período a que respeitam.

Estes ativos estão sujeitos a depreciação, sendo a política de depreciação utilizada, consistente com a de outros ativos depreciáveis que a Companhia possui, sendo a depreciação reconhecida calculada de acordo com a IAS 16.

3.9. Decomposição de Outras rubricas das Demonstrações Financeiras

3.9.1. Outros devedores por operações de seguro:

U:Euro

	2018	2017
Contas a receber por operações do seguro directo:		
Recibos por cobrar:		
- Acidentes de Trabalho	1 175 492	663 426
- Incêndio e Outros Danos	214 192	219 635
- Automóvel	1 054 447	977 144
- Outros Ramos	271 702	249 877
	2 715 833	2 110 082
Reembolsos de Sinistros:		
- Acidentes de Trabalho	657 277	978 698
- Incêndio e Outros Danos	95 352	99 137
- Automóvel	978 509	1 023 734
- Outros Ramos	66 273	50 304
	1 797 410	2 151 873
Mediadores:		
- Contas correntes	192 892	176 387
- Comissões a receber	26 378	32 938
	219 270	209 325
Cosseguradores:		
- Contas correntes	77 930	28 748
- Outros saldos	0	4
	77 930	28 752
Outros:		
- Outros saldos	7 185	7 185
	7 185	7 185
	4 817 628	4 507 216
Ajustamentos de recibos por cobrar	-115 476	-110 518
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-137 779	-141 069
	4 564 373	4 255 630
Contas a receber por operações do resseguro cedido:		
Contas correntes	414 389	286 815
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-39 444	-39 444
	374 945	247 370
Contas a receber por outras operações:		
Pessoal	7 960	6 432
Fundo de Acidentes de Trabalho	3 298	2 084
Outros devedores diversos	378 444	185 685
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-69 917	-69 917
	319 785	124 282
Balço	5 259 102	4 627 282

Os recibos por cobrar apresentaram a seguinte antiguidade em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	U:Euro	
	2018	2017
Até 30 dias	2 525 163	1 889 907
De 31 a 90 dias	90 932	103 169
De 91 a 180 dias	19 489	58 531
De 181 a 360 dias	53 988	51 539
Com mais de 360 dias	26 260	6 937
Total	2 715 833	2 110 082

Os recibos em cobrança há mais de 30 dias respeitam a negócios colocados em co-seguro e a contratos de seguros celebrados com organismos públicos e com municípios, que pela sua natureza têm prazos especiais de pagamento.

3.9.2. Outros credores por operações de seguro

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica regista os seguintes valores:

	U:Euro	
	2018	2017
Contas a pagar por operações do seguro directo:		
Mediadores:		
- Contas correntes	444 760	311 734
- Comissões a pagar	31 238	39 778
	475 997	351 512
Cosseguradores:		
- Contas correntes	115 441	123 899
- Outros saldos	0	23
	115 441	123 922
Tomadores de seguro:		
- Estornos a pagar	215 077	230 007
- Prémios recebidos antecipadamente	1 681 915	1 428 510
	1 896 992	1 658 516
Outros (reembolso sinistros):	0	0
	2 488 430	2 133 951
Contas a pagar por operações do resseguro cedido:		
Contas correntes	986 030	1 859 145
Contas a pagar por outras operações:		
Pessoal	212	441
Fornecedores	511 627	459 602
Outros credores diversos	133 458	446 413
	645 297	906 456
Balanço	4 119 757	4 899 552

3.9.3. Acréscimos e diferimentos

Os acréscimos e diferimentos ativos e passivos apresentaram a composição apresentada nos quadros seguintes, em 31 de dezembro dos 2 últimos exercícios:

	U:Euro	
	2018	2017
Gastos Diferidos:		
Seguros	32 558	29 184
Rendas e alugueres	23 128	23 100
Serviços de informática	99 263	62 400
Quotizações da actividade	0	0
Outros gastos	52 269	26 059
Total de balanço	207 219	140 743

	U:Euro	
	2018	2017
Acréscimos de gastos:		
Juros a liquidar	0	0
Remunerações a liquidar ao pessoal (férias e subsídio)	519 396	655 266
Encargos sobre remunerações a liquidar	128 329	162 095
Bónus a liquidar ao pessoal	0	0
Comissões a pagar	408 758	598 857
Outros acréscimos	102 602	173 962
Total de balanço	1 159 086	1 590 181

A rubrica de “Comissões a pagar”, no valor de 408.758 euros, respeita as comissões de mediação, no valor de 395.958 euros, e a 12.800 euros de comissões bancárias de investimentos, a pagar em 2019.

A rubrica de “Outros acréscimos”, no valor de 102.602 euros, compreende as especializações do ano, de fornecimentos e serviços externos.

3.9.4. Outros rendimentos/gastos/ajustamentos

A decomposição de outros rendimentos, outros gastos e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontra-se discriminada nos quadros apresentados na página seguinte:

U:Euro

	2018	2017
Rendimentos e ganhos não correntes		
Outros (exercícios anteriores)	37 459	148 191
	37 459	148 191
Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros obtidos (mora)	0	0
Outros	14 913	15 870
	14 913	15 870
Outros rendimentos não técnicos		
Regularização de saldos	0	0
Outros (exercícios anteriores)	1 009	27 216
	1 009	27 216
Ganhos benefícios pós-emprego		
Ganhos planos pensões	0	0
	0	0
Gastos e perdas não correntes		
Donativos	-8 353	-4 650
Mecenato	0	-100 355
Multas e penalidades	-207	-1 870
Quotizações diversas	-1 525	-150
Regularização de saldos ex.anteriores	-12 097	-140 060
Dívidas incobráveis	0	0
Outros	0	-12 729
	-22 181	-259 814
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	-301	-1
Outros	-2 031	-1 856
	-2 332	-1 857
Ajustamentos		
De recibos por cobrar	-4 958	-4 184
De outros devedores	3 289	-4 215
	-1 669	-8 399
	27 198	-78 793

3.9.5. Gastos financeiros

Nos exercícios de 2018 e 2017 estes gastos tiveram a seguinte decomposição:

U:Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2018			2017		
	Conta Técnica	Conta Não Técnica	Total	Conta Técnica	Conta Não Técnica	Total
Gastos de investimentos:						
Custos imputados	216 129	0	216 129	199 826	0	199 826
Outros gastos de investimentos	0	0	0	0	0	0
Total	216 129	0	216 129	199 826	0	199 826

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

4.1. Quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro

4.1.1. Provisão para Sinistros

a) O valor das Provisões para Sinistros, a 31 de dezembro de 2018, foi obtido recorrendo a métodos determinísticos e estocásticos ligados ao tratamento estatístico dos triângulos de *run off* correspondentes às indemnizações pagas líquidas de reembolsos cobrados, sem custos imputados à gestão de sinistros e brutas de resseguro.

b) Os valores das provisões foram obtidos de acordo com os seguintes procedimentos:

⇒ Sem deflacionar os montantes das indemnizações já pagas, isto é, sem colocar os seus valores a custos de 2018;

⇒ Não considerando o valor descontado dos pagamentos futuros, nem o seu crescimento por força da inflação.

c) Nos ramos de pequena dimensão o provisionamento é feito casuisticamente com base na informação constante na participação do sinistro e nos relatórios de peritagem.

d) No ramo de Acidentes de Trabalho, acresce a provisão matemática que regista a responsabilidade da Companhia por sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2018 que envolvam pagamentos de pensões, já homologadas pelo Tribunal de Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, bem como a estimativa das responsabilidades com presumíveis incapacidades decorrentes de sinistros que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

Em cumprimento dos critérios de prudência utilizados pela Companhia manteve-se a tábua de mortalidade TV 88/90 no cálculo da Provisão Matemática, com a taxa técnica de juro 2,70%, continuando a assumir-se 4% de encargos.

A remição de Pensões de Acidentes de Trabalho é calculada pela tabela de mortalidade TD 88/90, com taxa técnica de juro de 5,25%, conforme Portaria nº 11/2000, de 13 de janeiro.

A provisão para IBNR, apenas para as pensões, é calculada com base no número de pensões dos próprios sinistrados, excluindo as pensões que ocorram por morte, já que esses sinistros são conhecidos no imediato.

e) Acresce ainda a Provisão para Assistência Vitalícia, calculada recorrendo à tábua de mortalidade TV 88/90 com 4% de encargos e a taxa técnica de juro a 2,70%, sendo acrescentada uma taxa de crescimento de 2% aos custos vitalícios médios para fazer face à inflação futura.

f) A provisão de balanço para sinistros está incrementada da provisão para despesas de gestão com sinistros, onde se aplicam modelos determinísticos aos triângulos de *run off* de montantes pagos com despesas de gestão de sinistros. A repartição dos custos por ano de ocorrência e ano de pagamento é feita através do número de sinistros em gestão no ano.

g) O valor da provisão total para sinistros não declarados (IBNR) foi estimado tomando por base o número de sinistros participados em cada ano e, com base nos mesmos, aplica-se um modelo determinístico para estimar o número total de sinistros esperados, por ano de ocorrência e obtendo assim os sinistros que virão a ser participados referentes a anos de ocorrência já decorridos.

Com base nestes números de situações de IBNR expectáveis e no custo de sinistros total estimado por ano de ocorrência, encontra-se o valor da provisão desejável de IBNR.

h) O valor casuístico da provisão para sinistros declarados no exercício foi incrementado, de forma a fazer face a eventuais insuficiências não previstas casuisticamente (IBNER).

O desenvolvimento da provisão para sinistros de seguro direto relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores a 2018 e dos seus reajustamentos no exercício findo em 31 de dezembro 2018 encontram-se nos quadros da página seguinte:

U:Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2017 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2018 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	0	0	0	0
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	10 960 076	4 526 042	16 517 233	10 083 200
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	589 683	2 003 304	872 061	2 285 682
-RESPONSABILIDADE CIVIL	8 745 613	6 206 034	8 056 621	5 517 042
-OUTRAS COBERTURAS	144 298	1 466 175	234 353	1 556 229
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	451	22 447	4 959	26 955
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	1 046 257	197 760	624 034	-224 462
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	0	0	0	0
ASSISTÊNCIA	2 059	153	1 925	19
DIVERSOS	0	0	0	0
TOTAL	21 488 437	14 421 916	26 311 185	19 244 665
TOTAL GERAL	21 488 437	14 421 916	26 311 185	19 244 665

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano 2017 e anteriores

A provisão para sinistros (não incluindo os custos de gestão) apresenta a decomposição explicitada na página seguinte:

U:Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2018			2017		
	Declarados	Não Declarados	Total Balanço	Declarados	Não Declarados	Total Balanço
Acidentes de Trabalho:						
- Provisão Matemática	5 722 958	9 605 036	15 327 993	5 079 282	6 403 911	11 483 193
- Provisão para Assistência Vitalícia	490 205	75 219	565 425	478 843	86 050	564 893
- Provisão para Outras Prestações	4 231 847	351 142	4 582 990	4 205 653	391 585	4 597 237
	10 445 010	10 031 397	20 476 407	9 763 778	6 881 545	16 645 323
Outros Seguros:						
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	146 045	12 523	158 568	274 434	13 272	287 706
Doença	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Outros Danos	2 371 252	447 876	2 819 128	1 637 702	455 975	2 093 678
Automóvel	13 543 820	876 054	14 419 875	14 701 306	808 830	15 510 136
Marítimo, Aéreo e Transportes	15 000	1 395	16 395	4 828	2 071	6 899
Mercadorias Transportadas	19 372	8 837	28 209	30 709	10 549	41 258
Responsabilidade Civil Geral	540 271	243 056	783 327	819 641	606 074	1 425 715
Crédito e Caução			0			0
Diversos:						
- Protecção Jurídica	0	0	0	0	0	0
- Assistência	84 920	1 925	86 845	149 390	2 059	151 449
	16 720 680	1 591 666	18 312 346	17 618 010	1 898 830	19 516 840
Total	27 165 691	11 623 063	38 788 754	27 381 788	8 780 375	36 162 163

As responsabilidades não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidas dos reembolsos emitidos

A provisão para sinistros de resseguro cedido e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada de seguida:

U:Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Saldo de Balanço		Var. Ganhos e Perdas	
	2018	2017	2018	2017
Acidentes e Doença	8 554 741	5 109 607	3 445 134	2 420 508
Incêndio e Outros Danos	2 235 930	1 689 215	546 715	842 264
Automóvel:				
Resp.Civil	1 753 822	2 013 644	-259 822	554 936
Outras Coberturas	0	0	0	0
Marítimo e Transportes	11 476	4 063	7 413	-1 649
Mercadorias Transportadas	19 746	23 345	-3 599	19 265
Resp.Civil Geral	215 438	142 750	72 688	-33 964
Diversos	3 346	152 735	-149 390	-217 870
Total	12 794 499	9 135 360	3 659 140	3 583 489

Os custos com sinistros de seguro direto, com reporte a 31 de dezembro 2018, apresentam a seguinte decomposição:

U:Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	7 792 698	568 085	4 067 789	12 428 572
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	4 377 705	125 858	711 485	5 215 049
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	12 806 781	752 777	-1 361 638	12 197 919
- OUTRAS COBERTURAS	6 520 735	245 055	246 097	7 011 887
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	149 583	2 027	-29 812	121 798
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	348 036	20 024	-641 229	-273 168
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	3 321	0	0	3 321
ASSISTÊNCIA	1 790 215	206 048	-64 604	1 931 660
DIVERSOS	0	0	0	0
TOTAL	33 789 074	1 919 874	2 928 090	38 637 037
RESSEGURO ACEITE				
	0	0	0	0
TOTAL GERAL	33 789 074	1 919 874	2 928 090	38 637 037

Os custos com sinistros líquidos de resseguro podem ser analisados, da forma que é apresentada no quadro seguinte, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

U:Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2018			2017		
	Sinistros Pagos	Variação da Provisão	Custo Total	Sinistros Pagos	Variação da Provisão	Custo Total
Seguro Directo:						
Acidentes de Trabalho	8 086 975	4 200 002	12 286 977	8 350 709	4 723 125	13 073 834
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	273 808	-132 213	141 595	206 538	1 052	207 590
Doença	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Outros Danos	4 503 564	711 485	5 215 049	2 543 103	584 111	3 127 214
Automóvel	20 325 347	-1 115 541	19 209 806	16 934 082	-1 484 439	15 449 643
Marítimo, Aéreo e Transportes	55 575	9 234	64 809	28 858	-1 080	27 777
Mercadorias Transportadas	96 035	-39 046	56 989	48 646	39 786	88 431
Responsabilidade Civil Geral	368 060	-641 229	-273 168	300 652	-25 809	274 843
Crédito e Caução	0	0	0	0	0	0
Diversos:						
- Protecção Jurídica	3 321	0	3 321	0	0	0
- Assistência	1 996 263	-64 604	1 931 660	1 494 039	-217 870	1 276 169
	35 708 948	2 928 090	38 637 037	29 906 626	3 618 875	33 525 501
Resseguro Cedido:						
Acidentes de Trabalho	-2 277 831	-3 549 328,76	-5 827 159	-2 492 545	-2 415 224,66	-4 907 769
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	-95 000	104 194,50	9 195	0	-5 283,79	-5 284
Doença	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Outros Danos	-3 452 187	-1 153 744	-4 605 931	-1 817 927	-1 569 532	-3 387 460
Automóvel	-333 106	259 822	-73 284	-103 439	-554 936	-658 375
Marítimo, Aéreo e Transportes	-38 653	-14 533	-53 186	-19 773	3 310	-16 463
Mercadorias Transportadas	-65 322	9 555	-55 766	-32 182	-37 339	-69 521
Responsabilidade Civil Geral	0	-72 688	-72 688	0	33 964	33 964
Crédito e Caução	0	0	0	0	0	0
Diversos:						
- Protecção Jurídica	0	0	0	0	0	0
- Assistência	0	149 390	149 390	-1 494 012	217 870	-1 276 142
	-6 262 098	-4 267 333	-10 529 430	-5 959 878	-4 327 172	-10 287 049
Total Líquido	29 446 850	-1 339 243	28 107 607	23 946 748	-708 297	23 238 452

Os custos com sinistros apresentam-se líquidos de reembolsos recebidos/emittidos e incluem os custos de gestão de sinistros imputados.

4.1.2. Provisão para Prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos de seguro direto e de resseguro cedido, apresenta a seguinte decomposição:

U:Euro

Seguro directo:

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Valor de Balanço 2018	Valor de Balanço 2017
Acidentes e Doença	844 501	168 317	676 185	566 307
Incêndio e Outros Danos	2 386 957	551 157	1 835 800	1 690 509
Automóvel:				
Resp.Civil	6 524 776	1 325 818	5 198 958	3 997 398
Outras Coberturas	4 436 964	1 069 154	3 367 810	2 363 570
Marítimo e Transportes	42 231	7 723	34 508	24 917
Mercadorias Transportadas	41 739	11 014	30 725	30 552
Resp.Civil Geral	335 009	71 188	263 821	242 800
Diversos	1 284 208	272 590	1 011 618	687 803
Total Seguro Directo	15 896 385	3 476 960	12 419 425	9 603 855

U:Euro

Resseguro cedido:

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Valor de Balanço 2018	Valor de Balanço 2017
Acidentes e Doença	55 289	2 331	52 958	27 572
Incêndio e Outros Danos	1 797 341	574 812	1 222 529	1 088 066
Automóvel:				
Resp.Civil	0	0	0	0
Outras Coberturas	0	0	0	0
Marítimo e Transportes	29 354	10 099	19 255	13 933
Mercadorias Transportadas	28 982	10 143	18 839	15 143
Resp.Civil Geral	0	0	0	0
Diversos	0	0	0	615 975
Total Resseguro Cedido	1 910 967	597 385	1 313 582	1 760 689

4.1.3. Provisões Técnicas Totais

Nos quadros seguintes podem ser verificadas as evoluções das provisões técnicas do seguro direto e do resseguro cedido da Companhia, nos anos em análise:

U:Euro

Provisões Técnicas do Seguro Directo	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Balanço 2018	Balanço 2017	Varição
Provisão para prémios não adquiridos					
Acidentes e Doença	844 501	168 317	676 185	566 307	
Incêndio e Outros Danos	2 386 957	551 157	1 835 800	1 690 509	
Automóvel:					
Resp.Civil	6 524 776	1 325 818	5 198 958	3 997 398	
Outras Coberturas	4 436 964	1 069 154	3 367 810	2 363 570	
Marítimo e transportes	42 231	7 723	34 508	24 917	
Mercadorias Transportadas	41 739	11 014	30 725	30 552	
Resp.Civil Geral	335 009	71 188	263 821	242 800	
Diversos	1 284 208	272 590	1 011 618	687 803	
Sub-total	15 896 385	3 476 960	12 419 425	9 603 855	2 815 570
Provisão para Desvios Sinistralidade			206 759	180 248	26 512
Provisão para Sinistros					
Acidentes e Doença:					
Provisão Matemática			15 327 993	11 483 193	
Assistência Vitalícia			565 425	564 893	
Outras Prestações			5 086 145	5 185 191	
Incêndio e Outros Danos			2 848 920	2 141 220	
Automóvel:					
Resp.Civil			12 696 745	14 183 045	
Outras Coberturas			1 919 016	1 593 482	
Marítimo e Transportes			16 550	7 316	
Mercadorias Transportadas			32 213	46 555	
Resp.Civil Geral			800 540	1 450 421	
Diversos			86 845	151 449	
Sub-total	0	0	39 380 392	36 806 765	2 573 627
Provisão para Riscos em Curso					
Acidentes e Doença			1 092	49 187	
Incêndio e Outros Danos			0	78 513	
Automóvel:					
Resp.Civil			6 985	624 020	
Outras Coberturas			99 234	669 334	
Marítimo e Transportes			0	0	
Mercadorias Transportadas			19	19	
Resp.Civil Geral			0	0	
Diversos			312 741	0	
Sub-total	0	0	420 072	1 421 072	-1 001 000
Total	15 896 385	3 476 960	52 426 648	48 011 940	4 414 709

U:Euro

Provisões Técnicas do Resseguro Cedido	2018	2017
Provisão para prémios não adquiridos	1 313 582	1 760 689
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	7 640 228	5 768 864
Sinistros não declarados (ibnr)	5 154 272	3 366 495
	12 794 499	9 135 360
Total das provisões técnicas do resseguro cedido	14 108 081	10 896 049

4.2. Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco específico de seguros contempla, entre outros, os riscos de prémios, de provisões e o risco de catástrofes.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- ⇒ Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- ⇒ Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco e que elaboram tarifários;
- ⇒ Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- ⇒ Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- ⇒ Procedimentos de conferências casuísticas.

O nível de provisões para sinistros é acompanhado mensalmente, sendo feitas revisões trimestrais a todos os processos de sinistros, estando implementados modelos de avaliação estocásticos, de forma a colmatar alguma insuficiência de provisões.

A evolução da provisão para sinistros de seguro direto, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, excluindo provisões matemáticas do ramo Acidentes de trabalho e provisão com custos de gestão com sinistros, pode ser analisada de seguida, através dos triângulos de custos com sinistros e respetivos pagamentos dos últimos 10 anos:

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	(milhares de euros)										
Estimativa inicial de custos com sinistros, bruto de resseguro e líquido de reembolsos (*)	23 934	21 691	31 823	26 307	14 091	13 569	14 759	16 900	18 275	24 388	27 887
Pagamentos Acumulados											
Um ano depois	23 039	22 699	27 446	20 896	10 497	10 240	10 593	14 741	16 958	25 599	
Dois anos depois	24 437	24 779	28 887	21 713	11 218	11 227	11 592	15 990	18 106		
Três anos depois	25 528	25 593	30 102	22 469	11 691	11 769	11 889	17 089			
Quatro anos depois	26 336	26 430	31 103	23 043	11 759	12 074	12 043				
Cinco anos depois	27 695	26 844	32 857	23 287	12 158	12 155					
Seis anos depois	27 981	27 556	33 235	23 501	12 178						
Sete anos depois	29 006	27 777	33 384	23 547							
Oito anos depois	29 265	27 993	33 510								
Nove anos depois	29 316	28 112									
Dez anos depois	29 384										
Estimativa final de custos com sinistros											
Um ano depois	27 287	27 545	35 957	24 227	13 179	13 815	14 167	17 801	19 816	27 908	
Dois anos depois	27 956	28 572	36 475	24 027	13 457	13 397	13 391	18 034	19 923		
Três anos depois	29 055	28 864	37 040	23 789	13 375	13 430	13 166	17 877			
Quatro anos depois	29 041	28 791	36 498	23 918	13 019	13 291	13 173				
Cinco anos depois	29 897	28 589	35 059	23 907	12 730	13 244					
Seis anos depois	30 029	28 486	34 502	23 749	12 827						
Sete anos depois	29 993	28 293	34 222	23 607							
Oito anos depois	29 811	28 319	33 986								
Nove anos depois	29 720	28 191									
Dez anos depois	29 700										
	-5 766	-6 499	-2 164	2 700	1 264	325	1 587	-977	-1 649	-3 520	

(*) excluindo provisões matemáticas, provisão para custos de gestão, IBNR e IBNER

A Caravela pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais.

A estrutura de resseguro em 2018 não apresenta alterações face ao ano anterior, tanto ao nível da percentagem de cessão como dos limites, sendo constituída por tratados proporcionais (Quota-parte e Excedente) e por tratados não proporcionais (Excesso de Perdas e Cobertura Catastrófica), conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Acidentes de Trabalho	Excesso de perdas (XL) e Proporcional
Acidentes Pessoais	Excesso de perdas (XL)
Doença	Fronting
IOD	Quota-parte
IOD (Catástrofes Naturais)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Marítimo e Transportes	Quota-parte
Mercadorias Transportadas	Quota-parte
RC - Geral	Excesso de perdas (XL)

4.3. Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

Risco de mercado

O risco de mercado consiste no risco de perda ou de movimentos adversos no valor dos ativos relacionados com variações dos preços de mercado dos instrumentos financeiros.

Neste risco incluem-se o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A política de investimentos define os princípios orientadores para a gestão prudente dos investimentos bem como as atividades de controlo e reporte dos mesmos.

Para assegurar uma adequada gestão do risco foram definidos limites de exposição da carteira com base em 6 critérios específicos:

- ⇒ Classe de ativo;
- ⇒ Tipo de emitente (forma jurídica);
- ⇒ Nível de *rating*;
- ⇒ Sector de atividade;
- ⇒ Zona geográfica;
- ⇒ Concentração por grupo emitente.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco é residual, por força da não autorização de investimento em moeda estrangeira expressa na política de investimento. Indiretamente, por via da transparência dos fundos de investimentos detidos, verifica-se uma pequena exposição a moeda estrangeira, sendo o requisito de capital o seguinte:

Cenários	(milhares de euros)	
	Requisito de capital	
	2018	2017
Choque de +/- 25% às exposições de moeda estrangeira	5	6

Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações encontrando-se expostos a este risco os títulos representativos de capital, nomeadamente, fundos de investimentos total ou parcialmente compostos por estes títulos. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Cenários	(milhares de euros)	
	Requisito de capital	
	2018	2017
Choque em ações Tipo I	279	0
Choque em ações Tipo II	191	31
Tipo I - Ações cotadas na OCDE e UE		
Tipo II - Ações não cotadas ou cotadas fora da OCDE e UE		

Risco de imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços de mercado imobiliário.

A Companhia está exposta a este risco por via da aquisição de um imóvel de rendimento no decorrer de 2016, pelo que o requisito de capital é descrito como segue:

Cenários	(milhares de euros)	
	Requisito de capital	
	2018	2017
Choque de 25% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	308	340

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro decorre de alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Estão expostos ao risco de taxa de juro, os ativos (obrigações e depósitos a prazo) e os passivos (provisões técnicas, principalmente a provisão matemática do ramo de Acidentes de Trabalho).

O cenário de subida de taxas de juro é, no final de 2018, mais prejudicial para a Companhia, relativamente ao final de 2017, como demonstrado nos quadros seguintes:

Ativos	(milhares de euros)	
	Efeito nos ativos	
	2018	2017
Cenários		
Choque de descida na curva de taxa de juro sem risco	242	465
Choque de subida na curva de taxa de juro sem risco	-2 398	-2 714

Passivos	(milhares de euros)	
	Efeito nos passivos	
	2018	2017
Cenários		
Choque de descida na curva de taxa de juro sem risco	497	662
Choque de subida na curva de taxa de juro sem risco	-1 372	-1 801
Ativos Líquidos - choque descida	255	198
Ativos Líquidos - choque subida	1 026	912
Risco taxa de juro	1 026	912

Risco de spread

O risco de *spread* consiste no risco de perdas inesperadas provocadas pela depreciação da qualidade creditícia ou incumprimento de um parceiro de negócio, refletindo a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são principalmente obrigações corporativas e depósitos a prazo.

Os ativos com exposição direta ao risco de *spread* têm o seguinte perfil:

Rating	(milhares de euros)					
	2018			2017		
	% de exposição	Duração	Requisito de capital	% de exposição	Duração	Requisito de capital
AAA	1%	3,6	14	1%	4,6	17
AA	16%	4,8	265	16%	5,9	290
A	47%	4,4	915	47%	4,8	885
BBB	33%	4,3	1 137	32%	4,7	1 092
BB	0%	0,0	0	3%	0,4	36
B	2%	0,5	38	0%	0,0	0
CCC or lower	0%	0,0	0	0%	0,0	0
Unrated	1%	0,5	8	1%	0,5	7
Total	100%	4,3	2 376	100%	4,8	2 328

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas. A distribuição da carteira por sector de atividade é analisada como segue:

(milhares de euros)

Sector de Atividade	2018			2017		
	%	Exposição	Imparidade	%	Exposição	Imparidade
Comunicações	5%	2 386	0	5%	2 427	0
Consumo - Cíclico	13%	7 031	0	10%	5 164	0
Consumo - Não Cíclico	6%	3 347	0	5%	2 605	0
Financeiro	18%	9 598	0	18%	9 566	0
Fundos	4%	1 938	0	10%	5 246	0
Governos	35%	18 318	0	33%	17 485	0
Serviços	16%	8 488	0	16%	8 570	0
Outro	2%	1 234	0	3%	1 346	0
Total	100%	52 340	0	100%	52 408	0

O conjunto dos 10 maiores títulos, por grupo emitente, é essencialmente composto por emitentes públicos.

Analisando o quadro abaixo verifica-se que a exposição à dívida corporativa se encontra bastante dispersa não ultrapassando os 2% para emitentes com *rating* A ou superior.

(milhares de euros)

Grupo Emitente	2018			
	Tipo Activo	Rating	Exposição	Peso
Divida Pública Portuguesa	OBG	BBB	7 959	14,9%
Divida Pública Belga	OBG	AA	2 901	5,4%
Divida Pública Francesa	OBG	AA	2 711	5,1%
Divida Pública Irlandesa	OBG	A	2 407	4,5%
Divida Pública Espanhola	OBG	A	1 165	2,2%
Gdf Suez.	OBG	A	1 066	2,0%
National Australia Bank Limited	OBG	AA	787	1,5%
Bmw Finance Nv	OBG	A	741	1,4%
Credit Agricole Sa	OBG	A	722	1,3%
Bp Capital Markets Plc	OBG	A	629	1,2%
Total			21 089	39%
Total Carteira investimentos			53 591	100%

(milhares de euros)

Grupo Emitente	2017			
	Tipo Activo	Rating	Exposição	Peso
Divida Pública Portuguesa	OBG	BBB	7 573	14,2%
Divida Pública Francesa	OBG	AA	2 692	5,0%
Divida Pública Irlandesa	OBG	A	2 436	4,6%
Divida Pública Belga	OBG	AA	2 400	4,5%
Divida Pública Espanhola	OBG	BBB	1 198	2,2%
Gdf Suez.	OBG	A	1 117	2,1%
Banco Popular Capital Sa	CPZ	BB	800	1,5%
National Australia Bank Limited	OBG	AA	792	1,5%
Credit Agricole Sa	OBG	A	738	1,4%
Bp Capital Markets Plc	OBG	A	643	1,2%
Total			20 390	38%
Total Carteira investimentos			53 449	100%

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face a obrigações assumidas perante tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Para efeitos de mitigação deste risco, salienta-se que a Companhia dispõe de um plano mensal de tesouraria, revisto semanalmente e analisado diariamente.

O plano de tesouraria visa ainda a aplicação financeira dos excedentes de capital, nomeadamente em depósitos de curto e médio prazo, com a salvaguarda de mobilização antecipada.

Sempre que existam fortes fluxos de saída, a Direção Financeira, em articulação com a gestão de investimentos, prevê a necessidade de liquidez.

Risco de crédito

O Risco de crédito consiste no risco de perda por incumprimento ou deterioração dos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido consideradas no risco de *spread*.

A Companhia dispõe de procedimentos de controlo para a mitigação deste risco relativo a clientes e agentes, nomeadamente, a monitorização sistemática da evolução dos montantes e da antiguidade dos recibos por cobrar.

No que se refere aos resseguradores, estes são criteriosamente selecionados, não só em função da sua solidez económica e financeira, como também da sua capacidade técnica. É efetuada periodicamente uma análise à evolução dos *ratings* dos resseguradores.

Risco operacional

O Risco operacional corresponde ao risco de perdas significativas resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos.

No ponto seguinte que visa o sistema de controlo interno enquadram-se os riscos operacionais com grau de granularidade superior.

A gestão do risco operacional visa identificar e conhecer os riscos que a Companhia enfrenta e monitorizar os mesmos, de acordo com as tolerâncias definidas.

A abordagem metodológica utilizada segue as 3 etapas seguintes:

1. Identificação e classificação de riscos

A identificação dos riscos é realizada através da realização de entrevistas com os responsáveis das principais áreas da Companhia.

Nestas entrevistas serão identificados os principais riscos *top-down* da área e categorizados de acordo com as orientações emitidas pela ASF.

Para além da categoria e subcategoria de risco, a Companhia define o risco a que se encontra exposta, bem como as causas e consequências.

2. Avaliação dos controlos e da sua efetividade

Esta avaliação reveste-se de grande importância para a correta identificação do risco inerente e do risco residual de cada um dos respetivos riscos, sendo este fundamental para a definição das ações de mitigação/controlos adicionais a realizar.

Para calcular o impacto e a probabilidade (inerente e residual), é necessário recorrer a um conjunto de métodos como: dados de perdas internos; dados de perdas externos; experiência e intuição dos *risk owners*.

3. Identificação dos KRI¹ e planos de ação

O *KRI* encontra-se relacionado com um risco específico e serve de alerta para a eventual alteração da probabilidade e impacto do evento de risco ocorrer.

Identificados e classificados os principais riscos *top-down* da Companhia, são identificados quais os riscos que serão sujeitos a testes de stress no âmbito do processo de autoavaliação prospetiva dos riscos.

Estes devem refletir os riscos de alto impacto e média/baixa probabilidade para que seja possível utilizar variáveis de orçamento para testar o seu impacto.

Sistema de controlo interno

O sistema de controlo interno compreende um conjunto de meios, de comportamentos, de procedimentos e ações adaptado às suas características próprias e destina-se a fornecer uma segurança razoável quanto à realização dos objetivos da Companhia.

Os principais efeitos esperados de um sistema de controlo interno e de gestão de riscos operacionais eficaz são:

¹ *Key Risk Indicator*

⇒ Identificar os eventos potenciais suscetíveis de afetar a realização dos objetivos da Companhia, assegurar o tratamento em caso de ocorrência do risco e prever as ações a serem tomadas,

⇒ Definir um sistema de controlo proporcional aos riscos que a organização está disposta a aceitar para aumentar o seu valor;

⇒ Permitir à gestão a tomada de decisão de forma elucidada.

A Companhia segue a definição e as matrizes de *COSO Report*².

A Companhia entende o termo “controlo interno” como um meio de:

⇒ Controlar os seus processos;

⇒ Otimizar as suas atividades;

⇒ Reforçar a sua competitividade.

O controlo interno é obviamente uma obrigação de todos os colaboradores da companhia: qualquer pessoa que exerça uma atividade na organização deve gerir os seus riscos e os seus controlos no domínio da sua atividade.

Partindo deste princípio são formalizados os riscos identificados para cada atividade da Companhia (macro processos) através de um mapeamento de riscos.

⇒ Cada compilação inclui as atividades da Companhia em processos e subprocessos;

⇒ Para cada subprocesso são identificados os eventos de risco;

⇒ Para cada evento de risco é associado um objetivo de controlo;

⇒ Para cada objetivo de controlo, um ou mais exemplos de atividades de controlo são descritos a fim de esclarecer a compreensão do objetivo de controlo, se necessário.

Para cada objetivo de controlo, os processos devem:

⇒ Descrever o controlo implementado, para fornecer uma garantia razoável relativamente à ocorrência (frequência) e à gravidade (custo) do evento de risco identificado;

⇒ E autoavaliar a eficácia do controlo através de um questionário.

A autoavaliação do sistema de controlo interno desenrola-se em várias fases:

⇒ Campanha de autoavaliação;

² *Committee of Sponsoring Organization of the Treatway Commission*

- ⇒ Descrição das atividades de controlo;
- ⇒ Autoavaliação das atividades de controlo;
- ⇒ Planos de ação, se necessário;
- ⇒ Testes independentes;
- ⇒ Teste de eficácia dos controlos (conceção e operacional);
- ⇒ Recomendação, se necessária.

4.4. Perdas por imparidade reconhecidas e revertidas relativamente a ativos de resseguro

Durante o período não foi necessário proceder ao reconhecimento de novas perdas por imparidade, pelo que o saldo acumulado de exercícios anteriores, à data das demonstrações financeiras, somente respeita ao seguinte ressegurador:

- ⇒ Folksam International Insurance 39.444 euros (anos de 2004 a 2009)

4.5. Informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e das provisões

São periodicamente desenvolvidas análises aos rácios de sinistralidade e rentabilidade da carteira, segmentada por diversas variáveis, bem como outros estudos atuariais com vista a avaliar a adequação das tarifas praticadas.

É calculado, designadamente, o rácio agregado (divisão de todos os custos constantes da Conta Técnica pela totalidade das receitas detalhadas na mesma), relativamente a cada ramo. A suficiência ou insuficiência tarifária é aferida consoante este rácio seja inferior ou superior a 100%, completando-se o critério pela análise da constituição da Provisão para Riscos em.

São igualmente desenvolvidas análises de sensibilidade à tarifa, bem como estudos comparativos com as práticas do mercado.

A análise de adequação das provisões técnicas é periodicamente efetuada, através de métodos determinísticos e estocásticos, para além de auditorias periódicas, designadamente pela análise casuística de processos de sinistro.

4.6. Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos), calculados sem redução do resseguro cedido

O rácio de sinistralidade global da Companhia em 2018, calculado sobre os prémios brutos emitidos e antes de imputação de custos, era de 62% (foi de 65% em 2017) e 65% após imputações (em 2017 foi de 70%).

A provisão para sinistros de balanço no final do exercício é de 39.380.392 euros que se comparam com 36.806.765 euros em 2017:

Rácio de Sinistralidade (por ramo)	2018	2017
Acidentes Trabalho	71,8%	96,7%
Acidentes Pessoais	19,3%	33,6%
Doença	0,0%	0,0%
Acidentes / Doença	67,8%	91,4%
Incêndio / Outros Danos	75,1%	50,2%
Automóvel	65,2%	66,1%
Restantes Ramos	34,0%	39,4%
Rácio de Sinistralidade (1)	64,9%	69,9%

(1) - Incluindo Custos Imputados à função Sinistros

O rácio combinado, líquido de resseguro, apresentava a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Análise aos resultados	2018	2017
Custos e gastos de exploração / Prémios adquiridos	28,3%	33,4%
Custos com sinistros / Prémios adquiridos	67,7%	68,8%
Rácio Combinado	96,0%	102,2%

4.7. Montantes recuperáveis relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados)

O valor referente a reembolsos de sinistros apresentava a seguinte decomposição:

U:Euro

Tipo de reembolso	Valor a recuperar ano 2018	Valor a recuperar ano 2017
Inventários/Salvados	0	0
Out.Tomadores/Reembolsos de Sinistros	1 797 410	2 151 873
Out.Dev.Credores/Reembolsos de Sinistros	0	0

A Companhia considera que os valores de reembolsos são recuperáveis, pelo que concluiu não existir imparidade neste exercício, não tendo sido registada nenhuma perda.

5. Instrumentos financeiros (não inclui contratos de investimento)

Inventário de participações e instrumentos financeiros em 31.12.2018

 U: Euro
 Anexo 1

Código	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
							Unitário *	Total *
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS								
	total	0				0,00		0,00
2 - OUTROS								
2.1 - Títulos Nacionais								
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.1.1.1 - Acções								
	MOBILITY 24	3 571	3 571,00	100,00%	1,00	3 571,00	1,00	3 571,00
	sub-total	3 571	3 571,00			3 571,00		3 571,00
2.1.1.2 - Títulos de participação								
	sub-total	0				0,00		0,00
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
PTAPPAIM0000	EAST WEST VC - FUNDO CAP.RISCO	75	75 000,00	100,00%	1,00	75 000,00	1,00	75 000,00
	sub-total	75	75 000,00			75 000,00		75 000,00
2.1.2 - Títulos de dívida								
2.1.2.1 - De dívida pública								
PTOTEKOE0011	PORTUGAL GOVT 2.875% /15-10-2025	1 000	1 000 000,00	110,18%	1,10	1 101 825,00	1,12	1 119 565,07
PTOTEYOE0007	PORTUGAL GOVT 3.85% /15-04-2021	400	400 000,00	112,38%	1,12	449 528,00	1,12	448 129,86
PTOTEAOE0021	PORTUGAL GOVT 4.95% /25-10-2023	1 820	1 820 000,00	119,42%	1,19	2 173 494,33	1,22	2 226 199,07
PTOTVLOE0001	ETAT PORTUGAL EUR6M+110 2022/12/05	2 000	2 000 000,00	103,34%	1,03	2 066 800,00	1,03	2 052 967,12
PTOTVIOE0006	ETAT PORTUGAL EUR6M+200 2021/11/30	1 000	1 000 000,00	105,40%	1,05	1 054 000,00	1,05	1 052 922,22
PTOTVHOE0007	ETAT PORTUGAL EUR6M+205 2021/08/12	1 000	1 000 000,00	105,65%	1,06	1 056 500,00	1,06	1 059 229,17
	sub-total	7 220	7 220 000,00			7 902 147,33		7 959 012,51
2.1.2.2 - De outros emissores públicos								
	sub-total	0				0,00		0,00
2.1.2.3 - De outros emissores								
PTBSSJOM0014	BRISA 2%/ 22-03-2023	100	100 000,00	99,77%	1,00	99 774,00	1 078,66	105 416,16
XS1558083652	EDP FINANCE 1.875%/ 29-09-2023	100	100 000,00	99,66%	1,00	99 657,00	1 069,18	103 887,74
XS1222590488	EDP FINANCE 2%/ 22-04-2025	200	200 000,00	103,98%	1,04	207 950,00	1 070,96	205 932,60
	sub-total	400	400 000,00			407 381,00		415 236,50
	total	7 698	7 698 571,00			8 388 099,33		8 452 820,01
2.2 - Títulos estrangeiros								
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.1.1 - Acções								
	sub-total	0				0,00		0,00
2.2.1.2 - Títulos de participação								
	sub-total	0				0,00		0,00
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
IE0030487957	PRODIS THEMA FUND	4 382	4 382		66,63	291 963,83	0,00	0,00
FR0007054358	Lyxor ETF DJ Euro Stoxx 50	16 000	16 000		32,77	524 307,83	29,37	469 920,00
LU1274528147	SSP M - (PNI) EURO EQUITY CLASS O	21	21		11 355,22	238 459,62	9 648,62	202 621,02
FR0000971160	OFI RS EURO EQUITY C FCP	2 000	2 000		123,71	247 420,00	107,54	215 080,00
FR0000011066	OFI BOND ALLOCATION PART I	125	125		3 975,72	495 962,72	3 782,45	471 852,69
FR0011381227	OFI RS MONETAIRE IC	5	5		100 781,14	503 905,69	100 647,53	503 237,65
	sub-total	22 512	22 533			2 302 019,69		1 862 711,36
2.2.1.4 - Outros								
	sub-total	0				0,00		0,00
2.2.2 - Títulos de dívida								
2.2.2.1 - De dívida pública								
BE0000337460	BELGIUM GOVT 1%/ 22-06-2026	900	900 000,00	105,03%	1,05	945 310,00	1 043,56	939 204,25
BE0000318270	BELGIUM GOVT 3.75% /28-09-2020	400	400 000,00	117,61%	1,18	470 420,00	1 085,26	434 103,01
BE0000342510	ETAT BELGIQUE 0.5%/ 22-10-2024	1 000	1 000 000,00	101,29%	1,01	1 012 880,00	1 018,86	1 018 858,90
BE0000341504	ETAT BELGIQUE 0.8%/ 22-06-2027	500	500 000,00	99,88%	1,00	499 385,00	1 017,81	508 904,11
ES00000123X3	ETAT ESPAGNE 4.4%/ 31/10/2023	130	130 000,00	126,81%	1,27	164 853,00	1 197,95	155 733,95
FR0013200813	ETAT FRANCE 0.25%/ 25-11-2026	1 200	1 200 000,00	96,85%	0,97	1 162 208,00	986,05	1 183 255,89
IE00B8V8C9418	ETAT IRLANDE 1%/ 15-05-2026	1 000	1 000 000,00	102,52%	1,03	1 025 150,00	1 036,30	1 036 301,37
IE0004TV0D44	ETAT IRLANDE 5.4%/ 13-03-2025	130	130 000,00	142,40%	1,42	185 120,00	1 350,25	175 532,23
FR0013131877	FRANCE GOVT 0.5%/ 25-05-2026	500	500 000,00	102,87%	1,03	514 351,00	1 013,71	506 856,85
FR0012517027	FRTR 0.5% /25-05-2025	1 000	1 000 000,00	101,17%	1,01	1 011 714,55	1 020,94	1 020 943,69
IE00B6X95T99	IRISH TSY 3.4% /18-03-2024	1 000	1 000 000,00	120,50%	1,20	1 204 970,00	1 195,33	1 195 327,40
DE000A1K0UG6	KFW 2.5% /17-01-2022	300	300 000,00	113,52%	1,14	340 545,00	1 109,64	332 890,68
ES00000123U9	SPGB 5.4%/ 29-01-2023	800	800 000,00	127,62%	1,28	1 020 938,14	1 261,00	1 008 799,67
FR0013128584	UNEDIC 0,625% /03-03-2026	300	300 000,00	98,97%	0,99	296 916,00	1 015,89	304 766,51
	sub-total	9 160	9 160 000			9 854 761		9 821 479

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
Código	Designação						Unitário *	Total *
2.2.2.2 - De outros emissores públicos								
XS1623360028	DEXIA CREDIT LOCAL FRANCE 0.25%/ 02-06-2022	100	100 000,00	99,69%	1,00	99 688,00	1 009,65	100 965,21
FR0013183167	ILE DE FRANCE 0.5%/ 14-06-2025	200	200 000,00	97,54%	0,98	195 086,00	1 006,24	201 247,94
FR0011512193	ILE DE FRANCE 2.25% / 10-06-2023	200	200 000,00	110,91%	1,11	221 810,00	1 110,10	222 020,00
ES0000101693	MADRID 1.189%/ 08-05-2022	110	110 000,00	104,05%	1,04	114 455,00	1 040,52	114 457,24
sub-total		610	610 000			631 039		638 690
2.2.2.3 - De outros emissores								
ES0200002022	ADIF AV 0.8%/ 05-07-2023	200	200 000,00	99,74%	1,00	199 488,00	1 013,72	202 744,66
ES0200002014	ADIF AV 1.875% /22-09-2022	100	100 000,00	103,35%	1,03	103 350,00	1 060,24	106 023,70
XS1529854793	AEGON 1% 08-12-2023	200	200 000,00	100,45%	1,00	200 900,00	1 013,73	202 746,03
XS0936339208	AGENCE FRANÇAISE AGFRNC 2.25% / 27-05-2025	200	200 000,00	110,69%	1,11	221 370,00	1 123,64	224 727,67
DE000A1AKHH8	ALLIANZ FINANCE ALVGR 4.75% /22-07-2019	500	500 000,00	115,39%	1,15	576 925,00	1 048,08	524 041,10
XS1878191052	AMADEUS IT 0.875% / 18-09-2023	400	400 000,00	99,90%	1,00	399 592,00	996,69	398 677,26
XS1288342659	AMERICAN HONDA FIN 1.375%/ 10-11-2022	400	400 000,00	104,30%	1,04	417 200,00	1 035,32	414 128,49
BE6257983286	APETRA 3.125% /25-09-2023	300	300 000,00	116,20%	1,16	348 610,00	1 136,50	340 951,44
XS1292384960	APPLE 1.375% /17-01-2024	500	500 000,00	104,10%	1,04	520 524,00	1 058,01	529 004,80
XS1877836079	ARCHER DAN MID 1%/ 12-09-2025	500	500 000,00	99,52%	1,00	497 620,00	994,11	497 056,85
XS1875331636	ARGENTUM NETHLD 1.125%/ 17-09-2025	300	300 000,00	99,63%	1,00	298 899,00	1 009,44	302 830,89
FR0013251170	ASF 1.125%/20-04-2026	100	100 000,00	99,71%	1,00	99 711,00	1 008,76	100 875,96
XS1907118894	AT AND T 1.05%/ 05-09-2023	300	300 000,00	99,75%	1,00	299 250,40	1 001,89	300 568,36
FR0013378445	ATOS 0.75% 07/05/2022	200	200 000,00	99,75%	1,00	199 508,00	1 001,01	200 201,92
FR0011372622	AUCHAN 2.375%/ 12-12-2022	300	300 000,00	109,65%	1,10	328 950,00	1 023,24	306 970,89
XS1557268221	BANCO SANTANDER 1.375%/ 09-02-2022	100	100 000,00	100,88%	1,01	100 880,00	1 024,54	102 454,31
XS1107731702	BANK OF AMERICA 1.375%/ 10-09-2021	300	300 000,00	103,82%	1,04	311 445,00	1 030,62	309 185,75
XS1079726334	BANK OF AMERICA 2.375%/ 19-06-2024	100	100 000,00	109,03%	1,09	109 030,00	1 076,79	107 678,84
XS1678372472	BBVA 0.75% /11-09-2022	400	400 000,00	99,42%	0,99	397 680,00	986,98	394 792,33
XS1069549761	BFCM 3%/ 21-05-2024	400	400 000,00	109,76%	1,10	439 024,00	1 072,21	428 884,39
XS0821096418	BK NED GEMEENTEN BNG 2.25% / 30-08-2022	200	200 000,00	111,48%	1,11	222 950,00	1 093,98	218 796,44
XS1589881785	BMW FIN 0.875%/ 03-04-2025	150	150 000,00	99,48%	0,99	149 217,00	988,12	148 218,08
XS1910245676	BMW FIN 1% 14-11-2024	200	200 000,00	99,28%	0,99	198 568,00	994,79	198 957,53
XS1873143645	BMW FINANCE 1%/ 29-08-2025	400	400 000,00	99,86%	1,00	399 436,00	985,20	394 078,90
XS1190632999	BNP PARIBAS 2.375%/ 17-02-2025	400	400 000,00	105,55%	1,06	422 200,00	1 031,13	412 450,68
XS1114473579	BP CAPITAL MARKETS PLC 2.213%/ 25-09-2026	200	200 000,00	110,35%	1,10	220 700,00	1 063,58	212 716,22
XS1114477133	BP CAPITAL MARKETS 1.526%/ 26-09-2022	400	400 000,00	105,47%	1,05	421 880,00	1 041,21	416 485,44
FR0013204476	BPCE 0.375%/ 05-10-2023	100	100 000,00	96,10%	0,96	96 102,00	986,49	98 649,38
FR0011781764	BPCCEP 2.125% /17-03-2021	100	100 000,00	105,79%	1,06	105 785,00	1 061,23	106 122,53
FR0013244415	BPIFRANCE 0.75%/ 25-11-2024	400	400 000,00	102,90%	1,03	411 600,00	1 020,44	408 175,89
FR0013256369	BPIFRANCE 1%/ 25-05-2027	100	100 000,00	99,51%	1,00	99 508,00	1 021,23	102 122,74
XS1377681272	BRITISH TELECOM 1.125%/10-03-2023	300	300 000,00	101,69%	1,02	305 059,00	1 010,52	303 156,99
FR0012821932	CAP GEMINI SA 1.75%/ 01-07-2020	100	100 000,00	99,85%	1,00	99 853,00	1 028,37	102 837,40
XS1401331753	CARREFOUR 0.75%/ 26-04-2024	100	100 000,00	99,21%	0,99	99 214,00	975,72	97 571,64
FR0013256427	CFF 0.2%/ 16-06-2022	200	200 000,00	99,86%	1,00	199 714,00	1 004,28	200 856,16
FR0013213832	CNP ASSURANCES 1.875%/ 20-10-2022	100	100 000,00	101,43%	1,01	101 430,00	1 019,40	101 939,86
XS1112678989	COCA-COLA 1.875% /22-09-2026	350	350 000,00	107,92%	1,08	377 720,00	1 070,34	374 617,95
ES0224261042	CORES 1.5%/ 27-11-2022	100	100 000,00	101,40%	1,01	101 400,00	1 046,40	104 639,73
FR0011625482	CREDIT AGRICOLE 3.15%/ 23-12-2023	400	400 000,00	114,65%	1,15	458 600,00	1 113,40	445 360,00
FR0011659366	CREDIT AGRICOLE SA 3.030 / 21-02-2024	250	250 000,00	114,12%	1,14	285 300,00	1 108,42	277 105,14
DE000A1MLXN3	DAIMLER AG 2.625% /02-04-2019	500	500 000,00	106,98%	1,07	534 875,00	1 026,53	513 266,78
DE000A194DD9	DAIMLER FIN 0.875%/ 09/04/2024	300	300 000,00	99,52%	1,00	298 554,00	990,75	297 225,62
XS1309518998	DEUTSCHE BAHN FIN 1.25% /23-10-2025	100	100 000,00	99,00%	0,99	98 996,00	1 051,56	105 156,30
XS1505884723	EASYJET 1.125%/ 18-10-2023	100	100 000,00	99,38%	0,99	99 384,00	990,08	99 008,08
XS1684269332	ENI 1%/ 14-03-2025	100	100 000,00	99,67%	1,00	99 671,00	986,70	98 670,00
XS0521000975	ENI 4% /29-06-2020	300	300 000,00	113,62%	1,14	340 845,00	1 078,97	323 692,19
XS1382385471	FLUOR 1.75%/ 21-03-2023	500	500 000,00	104,50%	1,05	522 510,00	1 043,96	521 982,19
XS1378895954	FOMENTO ECONOMICO 1.75% /20/03/2023	135	135 000,00	105,25%	1,05	142 087,50	1 034,01	139 591,66
FR0012346856	FONCIERE LYONNAISE 1.875 %/ 26-11-2021	100	100 000,00	107,80%	1,08	107 800,00	1 036,80	103 679,79
XS0500397905	FRANCE TELECOM 3.875%/ 09-04-2020	500	500 000,00	113,22%	1,13	566 075,00	1 077,64	538 819,86
FR0011147305	G.D.F. SUEZ 3.125% /21-01-2020	500	500 000,00	110,65%	1,11	553 225,00	1 064,45	532 226,02
FR0010678185	G.D.F. SUEZ 6.875% /24-01-2019	500	500 000,00	120,08%	1,20	600 375,00	1 068,33	534 164,73
XS1396767854	GAS NATURAL FIN 1.25%/ 19-04-2026	300	300 000,00	100,90%	1,01	302 700,00	990,97	297 290,14
XS1529684695	GAS NETWORKS 1.375%/ 05-12-2026	300	300 000,00	103,35%	1,03	310 050,00	1 017,18	305 153,84
FR0012790327	GENCINA 2% /17-06-2024	100	100 000,00	101,15%	1,01	101 150,00	1 059,39	105 939,45
XS1612542669	GENERAL ELECTRIC 0.375%/ 17-05-2022	200	200 000,00	99,54%	1,00	199 082,00	945,34	189 068,49
XS1612542826	GENERAL ELECTRIC 0.875%/ 17-05-2025	400	400 000,00	100,10%	1,00	400 400,00	905,47	362 186,30

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
Código	Designação						Unitário *	Total *
XS1147605791	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL 1.375% /02-12-2024	200	200 000,00	104,35%	1,04	208 700,00	1 030,79	206 158,49
XS1488494987	HEMSO 1% / 09-09-2026	200	200 000,00	96,96%	0,97	193 920,00	937,10	187 419,18
XS1366026679	HONEYWELL INTL 1.3% / 22-02-2023	400	400 000,00	104,40%	1,04	417 600,00	1 045,71	418 284,94
XS0494868630	IBERDROLA 4.125% /23-03-2020	100	100 000,00	114,39%	1,14	114 385,00	1 083,38	108 338,29
XS1617845083	IBM 0.95% / 23-05-2025	500	500 000,00	100,06%	1,00	500 300,00	1 000,28	500 139,04
FR0013218393	ICADE 1.125% / 17-11-2025	200	200 000,00	100,10%	1,00	200 200,00	953,96	190 791,23
FR0011637024	IMERYS 2.5% / 26-11-2020	100	100 000,00	109,25%	1,09	109 250,00	1 041,90	104 189,73
XS1882544627	ING GROUP 1% / 20/09/2023	200	200 000,00	99,32%	0,99	198 647,00	997,39	199 478,90
XS1319817323	INTL FLAVOR FRAGRANCES 1.75% / 14-03-2024	100	100 000,00	99,82%	1,00	99 822,00	1 045,40	104 540,00
XS1578294081	ITALGAS 1.125% / 14-03-2024	100	100 000,00	99,71%	1,00	99 706,00	990,30	99 030,00
XS1683495136	JOHN DEERE CASH MANAG. 0.5% / 15-09-2023	400	400 000,00	99,86%	1,00	399 434,00	1 005,37	402 146,30
XS1110449458	JP MORGAN 1.375% / 16-09-2021	200	200 000,00	103,95%	1,04	207 900,00	1 031,89	206 378,63
XS1402921412	JP MORGAN 1.5% / 29-10-2026	100	100 000,00	99,30%	0,99	99 301,00	1 012,39	101 238,90
XS0856977144	JPMORGAN CHASE 1.875% / 11-21-2019	250	250 000,00	99,29%	0,99	248 220,00	1 019,45	254 863,70
FR0012758985	LA POSTE 1.125%/04-06-2025	200	200 000,00	101,75%	1,02	203 500,00	1 026,37	205 274,52
FR0013286846	LEGRAND 0.5% / 09-10-2023	200	200 000,00	99,47%	0,99	198 942,00	1 000,94	200 187,40
FR0013266830	LEGRAND 0.75% / 06-07-2024	200	200 000,00	99,59%	1,00	199 186,00	1 003,76	200 751,51
XS0257022714	LEHMAN 0% / 12-06-2013	100	100 000,00	92,45%	0,92	92 450,61	0,10	10,00
XS1403264374	MCDONALDS 1% / 15-11-2023	300	300 000,00	100,94%	1,01	302 822,00	1 007,66	302 298,08
FR0012332203	MERCIALYS 1.78% / 31-03-2023	100	100 000,00	103,30%	1,03	103 300,00	996,26	99 626,37
XS1398336351	MERLIN PROP. 2.225% / 25-04-2023	400	400 000,00	105,16%	1,05	420 630,00	1 043,54	417 415,89
XS1675764945	MITSUBISHI UFJ FIN GR 0.872% / 07-09-2024	400	400 000,00	100,00%	1,00	400 000,00	989,65	395 858,96
XS1685481332	NATIONAL AUSTRALIA BK 0.625% / 18-09-2024	800	800 000,00	99,50%	1,00	796 024,00	983,28	786 624,66
XS1640493372	NORDEA BANK 0.3% / 30-06-2022	200	200 000,00	99,89%	1,00	199 772,00	1 000,71	200 142,47
XS1691349796	NORTEGAS 0.918% / 28-09-2022	300	300 000,00	100,00%	1,00	300 000,00	996,16	298 849,25
XS1405769487	PPG INDUSTRIES 0.875% / 03-11-2025	500	500 000,00	99,36%	0,99	496 805,00	974,79	487 395,21
XS1577747782	PRICELINE 0.8% / 10-03-2022	200	200 000,00	100,61%	1,01	201 226,00	1 016,49	203 297,53
XS1325825211	PRICELINE 2.15% / 25-11-2022	100	100 000,00	100,06%	1,00	100 060,00	1 058,52	105 852,05
XS1382784509	RABOBANK 1.250% / 23-03-2026	100	100 000,00	103,67%	1,04	103 672,00	1 035,39	103 539,18
XS0826634874	RABOBANK 4.125% / 14-09-2022	300	300 000,00	117,14%	1,17	351 414,00	1 126,01	337 801,64
FR0013183431	RATP 0.375% 15-06-2024	500	500 000,00	100,55%	1,01	502 740,00	1 005,54	502 772,26
FR0013241361	RCI BANQUE 1.375% 08-03-2024	40	40 000,00	99,78%	1,00	39 910,00	995,73	39 829,04
XS1613140489	REPSOL INTL FIN 0.5% / 23-05-2022	300	300 000,00	100,02%	1,00	300 072,00	1 005,60	301 680,00
FR0012199065	RESEAU DE TRANSPORT 1.625% /08-10-2024	200	200 000,00	106,20%	1,06	212 400,00	1 048,74	209 747,94
FR0013214137	SAGESS 0.625% / 20-10-2028	100	100 000,00	98,65%	0,99	98 650,00	976,93	97 693,29
FR0013053329	SANEF 1.875% / 16-03-2026	100	100 000,00	102,12%	1,02	102 120,00	1 057,30	105 729,73
FR0013324340	SANOFI 1% / 21-03-2026	400	400 000,00	99,62%	1,00	398 472,00	1 021,51	408 603,29
XS1690133811	SANTANDER CONS FIN 0.5%/04-10-2021	100	100 000,00	99,90%	1,00	99 897,00	1 001,01	100 100,55
XS1232098001	SIMON INTL FIN 1.375% / 18-11-2022	400	400 000,00	103,67%	1,04	414 680,00	1 028,22	411 287,95
XS1318709497	SNAM 1.375% / 19-11-2023	200	200 000,00	103,41%	1,03	206 820,00	1 017,68	203 536,44
XS0867612466	SOCIETE GENERALE 4% / 07-06-2023	300	300 000,00	114,95%	1,15	344 850,00	1 120,88	336 265,48
XS0969574325	STATOIL ASA 2% / 10-09-2020	370	370 000,00	105,89%	1,06	391 793,00	1 041,44	385 331,68
XS1705553250	STEDIN HOLDING 0.875% / 24-10-2025	600	600 000,00	99,85%	1,00	599 124,00	991,13	594 678,08
XS0903136736	TELSTRA CORP 2.5% / 15-09-2023	500	500 000,00	111,39%	1,11	556 930,00	1 093,13	546 564,38
XS1178105851	TERNA 0.875% / 02-02-2022	200	200 000,00	102,03%	1,02	204 058,00	1 013,26	202 651,78
FR0013311347	THALES 0.75% / 23-01-2025	200	200 000,00	98,09%	0,98	196 180,00	993,23	198 645,48
FR0011075043	TOTAL INFR.GAZ 4.339% /07-07-2021	100	100 000,00	115,90%	1,16	115 900,00	1 119,84	111 984,12
XS1107890763	TOYOTA MOTOR CR 1% / 10-09-2021	300	300 000,00	103,07%	1,03	309 210,00	1 025,17	307 550,55
FR0013332988	UNIBAIL-RODAMCO 1.125% / 15-09-2025	300	300 000,00	99,77%	1,00	299 313,00	999,60	299 879,38
XS1405767275	VERIZON 0.5% 02-06-2022	300	300 000,00	99,07%	0,99	297 222,00	1 001,00	300 301,23
XS1492446460	VF CORP 0.625% / 20-09-2023	400	400 000,00	99,28%	0,99	397 100,00	1 000,75	400 298,63
FR0013367620	VINCI 1% / 26-09-2025	200	200 000,00	99,48%	0,99	198 954,00	998,73	199 746,03
FR0013282571	VIVENDI 0.875% / 18-09-2024	400	400 000,00	99,37%	0,99	397 468,00	991,69	396 677,26
XS1893631330	VOLKSWAGEN FIN SERV 1.375% / 16-10-2023	200	200 000,00	99,91%	1,00	199 828,00	992,16	198 432,60
XS1642590480	VOLKSWAGEN LEASING 1.375% / 20-01-2025	200	200 000,00	98,95%	0,99	197 896,00	975,60	195 119,31
DE000A19X8A4	VONOVIA FINANCE 1.5% 22-03-2026	300	300 000,00	99,19%	0,99	297 564,00	982,37	294 711,37
XS1054534422	WAL-MART STORES 2.55% /08-04-2026	300	300 000,00	116,00%	1,16	348 000,00	1 130,45	339 136,03
XS1130067140	WELLS FARGO 1.125% / 29-10-2021	400	400 000,00	103,67%	1,04	414 676,00	1 023,14	409 256,71
		30 645	30 645 000			31 832 988		31 312 658
	sub-total	40 438	40 437 533			44 620 807		43 635 539
2.3 - Derivados de negociação								
	sub-total	0				0,00		0,00
2.4 - Derivados de cobertura								
	sub-total	0				0,00		0,00
	total	48 061				53 008 906		52 088 359
3 - TOTAL GERAL		48 061				53 008 906,22		52 088 358,69

* Inclui o valor dos juros decorridos

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Todos os instrumentos financeiros detidos pela Caravela são admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados e encontram-se mensurados ao seu justo valor, com exceção dos títulos Prodis Thama Fund e Lehman, que se encontram mensurados por 0,00€ e 10,00€, respetivamente.

Para estes ativos foram reconhecidas imparidades por incumprimento dos emitentes, nos anos de 2010 e 2011, tendo no presente exercício sido revertido o montante de 300.967 euros, respeitante ao recebimento de duas tranches do Prodis Thama Fund (em 2017 foi revertido o valor de 107.006 euros).

No momento da aquisição, os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos ao seu justo valor (preço de aquisição) adicionado dos custos de transação.

Nas mensurações subsequentes esses ativos continuam a ser registados ao seu justo valor sendo as respetivas variações reconhecidas no capital próprio, em “reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda”.

No exercício de 2018 a Companhia reconheceu em capital próprio uma variação negativa acumulada de -18.789 euros (em 2017 o valor foi positivo de 663.156 euros) no justo valor das carteiras de investimentos, a qual se encontra registada na reserva de reavaliação.

Segmentação por classes

A política de investimentos da Companhia, detalhada no ponto 4. do presente Anexo, tem em conta o cumprimento das regras e dos limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e a diversificação prudencial dos investimentos, visando a sua adequação às responsabilidades da Caravela, numa ótica de otimização do binómio risco/rentabilidade.

A estratégia e os critérios para gestão dos investimentos são anualmente estabelecidos pela Administração, procedendo-se à monitorização mensal do seu cumprimento bem como da *performance* assim alcançada, com vista à adequação, a cada momento, da carteira de investimentos aos objetivos definidos.

As ações desenvolvidas durante o ano de 2018 adequaram a carteira de ativos financeiros à estrutura de reforçada prudência, em cumprimento do objetivo previamente delineado.

A composição dos instrumentos financeiros por classes é a que se segue:

U:Euro

Instrumento financeiro	Justo Valor 2018	%	Justo Valor 2017	%
Participações em filiais e associadas	0	0%	0	0%
Acções, unidades participação e fundos investimento	1 941 282	4%	5 248 968	6%
Títulos de rendimento fixo	45 981 958	86%	46 907 826	93%
Títulos de rendimento variável	4 165 119	8%	0	93%
Instrumentos derivados	0	0%	0	0%
Depósitos em instituições de crédito	1 250 826	2%	1 040 963	1%
Outros empréstimos	251 562	0%	251 562	0%
Total	53 590 747	100%	53 449 318	100%

O mapa seguinte apresenta a decomposição da carteira de títulos da Caravela, por espécie:

U:Euro

Carteira títulos	Justo Valor 2018	%	Justo Valor 2017	%
Títulos nacionais	8 704 382	17%	8 265 914	16%
Dívida pública	7 959 013	15%	7 572 876	14%
Outros emissores	415 237	1%	428 977	0%
Acções	3 571	0%	2 500	0%
Unidades participação fundos invest.mobiliário	75 000	0%	10 000	0%
Outros empréstimos	251 562	0%	251 562	0%
Títulos estrangeiros	43 635 539	83%	44 142 442	84%
Dívida pública	10 460 169	20%	10 012 787	19%
Outros emissores	31 312 658	60%	28 893 187	55%
Acções	0	0%	0	0%
Unidades participação fundos invest.mobiliário	1 862 711	4%	5 236 468	10%
Total	52 339 920	100%	52 408 355	100%

O risco de liquidez em que a Companhia pode incorrer pelo facto de poder não dispor de todos os seus ativos financeiros no momento em que tenha de satisfazer os seus compromissos decorrentes dos contratos de seguro, é indicado nos quadros seguintes, referentes aos 2 últimos anos e relativos a investimentos no mercado obrigacionista:

U:Euro

Activo financeiro	Maturidade em 31.12.2018					Total
	< 6 meses	< 1 ano	< 3 anos	< 5 anos	> 5 anos	
Dívida pública	0	0	2 994 384	6 214 033	9 210 764	18 419 181
Obrigações a taxa fixa	1 047 442	254 864	3 749 694	12 105 497	14 570 399	31 727 895
Obrigações a taxa variável	0	0	0	0	0	0
Total	1 047 442	254 864	6 744 078	18 319 530	23 781 163	50 147 076

U:Euro

Activo financeiro	Maturidade em 31.12.2017					Total
	< 6 meses	< 1 ano	< 3 anos	< 5 anos	> 5 anos	
Dívida pública	0	0	450 143	2 104 504	15 031 016	17 585 662
Obrigações a taxa fixa	1 094 355	244 359	4 164 729	6 790 497	17 028 223	29 322 163
Obrigações a taxa variável	0	0	0	0	0	0
Total	1 094 355	244 359	4 614 872	8 895 001	32 059 239	46 907 826

O quadro seguinte evidencia a qualidade creditícia dos emitentes das obrigações, de acordo com os *ratings* definidos por entidades externas à data desta análise:

U:Euro

Obrigações por notação de rating	2018	%	2017	%
AAA	752 543	2%	763 653	2%
AA +	529 005	1%	532 055	1%
AA	5 218 875	10%	5 214 377	11%
AA -	6 058 820	12%	5 182 208	11%
A +	4 450 271	9%	5 184 215	11%
A	7 437 786	15%	6 749 035	14%
A -	6 683 258	13%	4 754 746	10%
BBB +	6 199 447	12%	6 689 698	14%
BBB	4 144 841	8%	3 019 260	6%
BB	0	0%	0	0%
BB +	0	0%	0	0%
BBB -	8 672 222	17%	8 818 569	19%
BB -	0	0%	0	0%
B +	0	0%	0	0%
CC	0	0%	0	0%
CCC	0	0%	0	0%
Não Cotados	10	0%	10	0%
Total	50 147 076	100%	46 907 826	100%

A Companhia não efetuou operações em contratos de derivados nem utilizou operações de reporte nem de empréstimo de valores durante o ano.

O critério seguido pela Companhia para reconhecer títulos em imparidade, enunciado na nota 3.2.1., manteve-se o mesmo durante o presente exercício, sendo o seguinte:

⇒ Para **instrumentos de capital** a Companhia considera uma desvalorização continuada quando esta se verificar por mais de 180 dias, ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 30% na respetiva cotação à data de balanço;

⇒ Para **instrumentos de dívida** a Companhia reconhece imparidade quando existe significativa dificuldade financeira do emitente tornando-se provável um processo de falência ou uma quebra de contrato por incumprimento nos pagamentos de juro ou de capital.

No exercício de 2018, e conforme já referido anteriormente neste Anexo, a Companhia reverteu parte da imparidade em investimentos financeiros (Prodis Thema Fund), pelo que a segregação pelas respetivas categorias apresentou-se como segue:

 2018
 U:Euro

Activo financeiro	Valor Aquisição	Justo Valor	Reversão em Res.Reavaliação	Imparidade Acum. (Liq. de Reversão)
Dívida pública				0
Obrigações a taxa fixa	92 451	10	0	-92 441
Obrigações a taxa variável				0
Acções				0
Unidades Partic. Fundos Inv.	699 937		-407 973	-291 964
Total	792 387	10	-407 973	-384 404

 2017
 U:Euro

Activo financeiro	Valor Aquisição	Justo Valor	Reversão em Res.Reavaliação	Imparidade Acum. (Liq. de Reversão)
Dívida pública				0
Obrigações a taxa fixa	92 451	10	0	-92 441
Obrigações a taxa variável				0
Acções				0
Unidades Partic. Fundos Inv.	699 937		-107 006	-592 931
Total	792 387	10	-107 006	-685 372

Os ativos financeiros disponíveis para venda tinham a seguinte composição no final de cada um dos anos em comparação:

2018
 U: Euro

Activo financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
De emissores nacionais	7 777 716	44 891	7 822 607		7 822 607		136 406	7 959 012,61
De emissores estrangeiros								
Espanha	1 228 390	41 573	1 269 962		1 269 962		9 028	1 278 990,86
França	3 395 544	9 421	3 404 965		3 404 965		34 126	3 439 090,88
Alemanha	320 441	7 151	327 592		327 592		5 299	332 890,68
Bélgica	2 972 550	11 805	2 984 355		2 984 355		17 680	3 002 035,48
Irlanda	2 350 625	38 764	2 389 389		2 389 389		17 772	2 407 161,00
De outros emissores públicos								
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0
De emissores estrangeiros	0	0	0		0		0	0
De outros emissores								
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0
De emissores estrangeiros	31 662 502	249 588	31 912 091	-92 441	31 819 650		-91 755	31 727 895
Total	49 707 769	403 193	50 110 962	-92 441	50 018 521	0	128 555	50 147 076
Instrumentos de capital								
De emissores nacionais	3 571	0	3 571		3 571			3 571
De emissores estrangeiros			0		0			0
Total	3 571	0	3 571	0	3 571	0	0	3 571
Outros instrumentos								
Unidades de participação								
De residentes	75 000	0	75 000		75 000			75 000
De não residentes	2 302 020	0	2 302 020	-291 964	2 010 056	0	-147 345	1 862 711
Total	2 377 020	0	2 377 020	-291 964	2 085 056	0	-147 345	1 937 711
Total	52 088 359	403 193	52 491 552	-384 404	52 107 148	0	-18 789	52 088 359

*- Inclui juros a receber

 2017
 U: Euro

Activo financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
De emissores nacionais	7 153 266	56 036	7 209 301		7 209 301		363 574	7 572 875,70
De emissores estrangeiros								
Espanha	1 273 291	41 573	1 314 864		1 314 864		-2 222	1 312 641,86
França	3 396 574	9 421	3 405 994		3 405 994		17 456	3 423 450,88
Alemanha	327 118	7 151	334 268		334 268		5 552	339 820,68
Bélgica	2 478 806	9 175	2 487 982		2 487 982		12 994	2 500 975,34
Irlanda	2 390 014	38 764	2 428 778		2 428 778		7 120	2 435 898,00
De outros emissores públicos								
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0,00
De emissores estrangeiros	0	0	0		0		0	0
De outros emissores								
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0
De emissores estrangeiros	28 906 532	247 222	29 153 754	-92 441	29 061 313		260 850	29 322 163
Total	45 925 601	409 341	46 334 942	-92 441	46 242 501	0	665 324	46 907 826
Instrumentos de capital								
De emissores nacionais	2 500	0	2 500		2 500			2 500
De emissores estrangeiros			0		0			0
Total	2 500	0	2 500	0	2 500	0	0	2 500
Outros instrumentos								
Unidades de participação								
De residentes	10 000	0	10 000		10 000			10 000
De não residentes	5 831 567	0	5 831 567	-592 931	5 238 636	0	-2 168	5 236 468
Total	5 841 567	0	5 841 567	-592 931	5 248 636	0	-2 168	5 246 468
Total	51 769 668	409 341	52 179 009	-685 372	51 493 638	0	663 156	52 156 794

*- Inclui juros a receber

6. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

Os valores em Caixa e em Depósitos à Ordem registados no balanço são em moeda corrente de euro e destinam-se a fazer face a pagamentos de tesouraria de curto prazo.

Todos os saldos de Caixa e seus equivalentes, bem como os Depósitos à Ordem em instituições de crédito estão disponíveis para uso da Companhia.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica do balanço apresenta a seguinte composição:

	U:Euro	
	2018	2017
Caixa e seus equivalentes		
Sede	200	200
Dependências	600	600
	800	800
Depósitos à ordem	2 094 216	1 336 916
	2 095 016	1 337 716

A reconciliação das quantias incluídas na demonstração de fluxos de caixa com os itens equivalentes relatados no balanço apresenta a seguinte configuração:

	U:Euro	
Anexo à demonstração dos fluxos de caixa	2018	2017
Numerário	800	800
Depósitos bancários imediatos mobilizáveis	2 094 216	1 336 916
Outros depósitos bancários imediatos mobilizáveis *	1 674 818	1 415 951
	3 769 834	2 753 667

* Depósitos bancários incluídos na rubrica do balanço "Empréstimos e contas a receber/o.depósitos" que inclui juros decorridos

7. Terrenos e edifícios

Conforme descrito na nota 3.3.1., a Companhia adquiriu dois imóveis no ano de 2016, tendo sido ambos classificados como propriedades de rendimento, valorizados ao justo valor, nos termos da IAS 40, tendo sido alienado um deles neste exercício, como referido.

	Un: EUR				
Imóvel	Valor Aquisição	Ano aquisição	Ano Venda	Valor Venda	Valor Líquido de Balanço
De rendimento					
Lumiar - Av. José Galhardo	129 293	2016	2018	105 000	0
Campo Vinha Braga	1 231 882	2016			1 231 882
Total	1 361 175			105 000	1 231 882

8. Outros ativos fixos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)

Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo histórico de aquisição deduzido das depreciações acumuladas.

Os custos de reparação e manutenção não são capitalizados, sendo reconhecidos diretamente em resultados, quando incorridos.

As depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes com base nas taxas anuais fiscalmente aceites e que refletem a vida útil estimada dos bens.

Os movimentos registados nos exercícios de 2018 e 2017 foram os seguintes:

2018
U:Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Depreciações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Activos Tangíveis									
Equipamento administrativo	242 736	242 736	5 552	0	3 995	0	5 552,42	3 995	0
Máquinas e ferramentas	210 253	200 528	17 102	0	146	0	9 864,97	146	16 963
Equipamento informático	352 762	253 700	28 757	0	16 844	0	43 818,21	16 844	84 000
Instalações interiores	13 179	13 179	0	0	13 179	0	0,00	13 179	0
Material de transporte	0	0	208 282	0	0	0	43 656,11	0	164 626
Equipamento hospitalar	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0
Outro Equipamento	73 346	24 638	6 874	0	0	0	9 274,98	0	46 307
Imobilizações em curso	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0
Adiantamentos por conta	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0
TOTAL	892 276	734 780	266 567	0	34 164	0	112 167	34 164	311 896

2017
U:Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Depreciações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Activos Tangíveis									
Equipamento administrativo	245 269	242 860	7 584	0	10 117	0	9 993	10 117	0
Máquinas e ferramentas	227 113	216 495	5 436	0	22 295	0	4 215	20 182	9 726
Equipamento informático	315 210	297 065	134 412	0	96 860	0	53 495	96 860	99 061
Instalações interiores	13 179	12 774	0	0	0	0	404	0	0
Material de transporte	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Equipamento hospitalar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outro Equipamento	62 656	19 954	24 844	0	14 154	0	8 222	3 538	48 708
Imobilizações em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adiantamentos por conta	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	863 426	789 149	172 276	0	143 426	0	76 329	130 697	157 496

9. Afetação dos investimentos e outros ativos

A Companhia afetou os seus investimentos pelo total das provisões técnicas em 2018 e 2017 da forma que segue:

2018	
U:Euro	
INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS	Total
Caixa e equivalentes	2 095 016
Terrenos e edifícios	1 231 882
Invest. em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	
Activos financeiros detidos para negociação	
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	
Derivados de cobertura	
Activos financeiros disponíveis para venda	52 088 359
Empréstimos e contas a receber	1 926 380
Investimentos a deter até à maturidade	
Outros activos tangíveis	311 896
Outros activos intangíveis	1 422 761
TOTAL	59 076 294

2017	
U:Euro	
INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS	Total
Caixa e equivalentes	1 337 716
Terrenos e edifícios	1 361 175
Invest. em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	
Activos financeiros detidos para negociação	
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	
Derivados de cobertura	
Activos financeiros disponíveis para venda	52 156 794
Empréstimos e contas a receber	1 667 513
Investimentos a deter até à maturidade	
Outros activos tangíveis	157 496
Outros activos intangíveis	369 821
TOTAL	57 050 514

10. Ativos Intangíveis

Esta rubrica integra o investimento em *software*, que é amortizado em 3 anos pelo método das quotas constantes, bem como os direitos de concessão por 10 anos das marcas nacionais “Netagentes”,

“Protegemos o Seu Futuro”, “Caravela Seguros” e “Caravela”, no valor global de 4.414 euros, incluído nas rubricas Outros.

Para as aquisições de *software* ocorridas a partir do exercício de 2015, foi estabelecida a utilização do método de amortização pelo período máximo de vida útil de 6 anos.

Estes ativos estão valorizados ao custo de aquisição líquido das amortizações acumuladas e dentro dos limites das taxas em vigor, sendo que os custos incorridos com a manutenção posterior do *software* são reconhecidos em resultados, não sendo por isso capitalizados.

Os movimentos registados foram os seguintes:

2018
U:Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Activos Intangíveis									
Despesas de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesas com aplic. informáticas	1 319 456	1 156 637	7 804	0	0	0	41 189	0	129 435
Activos Intangíveis em curso	204 304	0	1 086 211	0	0	0	0	0	1 290 515
Outros	3 909	1 212	505	0	0	0	391	0	2 812
TOTAL	1 527 669	1 157 848	1 094 520	0	0	0	41 580	0	1 422 761

2017
U:Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Activos Intangíveis									
Despesas de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesas com aplic. informáticas	1 173 993	1 118 843	146 969	0	1 506	0	39 301	1 506	162 820
Activos Intangíveis em curso	42 980	0	204 304	0	42 980	0	0	0	204 304
Outros	3 909	871	0	0	0	0	340	0	2 698
TOTAL	1 220 882	1 119 714	351 273	0	44 486	0	39 641	1 506	369 821

A rubrica de “ativos intangíveis em curso”, no montante de 1.290.515 euros, é referente a pagamentos efetuados com a continuação do desenvolvimento em 2018 do “Projeto Digital 2020”, no valor de 1.046.912 euros, e ao início da implementação do módulo de “Gestão de Pagamentos”, no valor de 39.299 euros (a entrar em funcionamento em 2019).

O Projeto Digital 2020 visa dotar a Companhia dos mais avançados meios de funcionamento digital, nomeadamente com desenvolvimentos nas áreas descritas abaixo:

- ⇒ Nova plataforma de comunicação com mediadores - B2B;
- ⇒ Nova imagem corporativa da Caravela;
- ⇒ Nova plataforma B2C para clientes, criando uma carteira pessoal com conselheiro digital;
- ⇒ Lançamento de plataforma para parcerias B2B2C;

⇒ Criação de novos produtos, tais como ciberseguro e produtos *bundle*;

⇒ Novo aplicativo de gestão documental, com a reformulação de todo o processo de impressão de documentos.

O período de implementação deste projeto global, que irá transformar a Caravela numa seguradora totalmente digital, irá decorrer até ao ano de 2020, data a partir da qual se espera que a Companhia comece a usufruir dos respetivos benefícios.

11. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo

Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões pelas respetivas sub-contas

U:Euro

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
<u>Ajustamentos de Recibos por Cobrar</u>				
Outros Tomadores de seguros				
- Acidentes de Trabalho	27 195	59 932	41 256	45 871
- Acid.Pessoais e P.Transportadas	20 266	24 000	21 215	23 051
- Incêndio e Outros Danos	4 137	25 109	26 643	2 603
- Automóvel	53 441	58 002	75 979	35 464
- Marítimo e Transportes	40	302	342	0
- Mercadorias Transportadas	1 017	7 014	6 072	1 959
- Responsabilidade Civil Geral	2 446	28 647	29 006	2 087
- Protecção Jurídica	57	429	300	186
- Assistência	1 919	8 531	6 195	4 255
Sub-total	110 518	211 967	207 008	115 476
<u>Ajustam. de Créditos de Cobr Duvidosa</u>				
Mediadores de Seguros	141 069	14 462	17 751	137 779
Resseguradores	39 444	0	0	39 444
Outros Devedores	69 917	0	0	69 917
Sub-total	250 430	14 462	17 751	247 141
<u>Outras Provisões</u>	0	0	0	0
Sub-total	0	0	0	0
Total	360 948	226 428	224 759	362 617

12. Prémios de contratos de seguro

A composição dos prémios reconhecidos no exercício resultantes de contratos de seguro, e de outros valores, é a apresentada na página seguinte:

U:Euro

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO NÃO VIDA					
Acidentes e Doença	18 335 225	18 198 605	12 428 572	3 235 498	-352 437
Incêndio e Outros Danos	6 943 809	6 669 987	5 215 049	1 935 760	915 649
Automóvel:					
Responsabilidade Civil	17 673 654	16 145 626	12 197 919	4 417 462	-854 273
Outras Coberturas	11 805 291	10 322 789	7 011 887	3 390 005	-212 075
Marítimo e Transportes	295 491	284 406	64 809	70 089	-125 887
Mercadorias Transportadas	245 196	241 647	56 989	75 903	-49 982
Resp.Civil Geral	1 079 594	1 048 057	-273 168	295 282	9 455
Protecção Jurídica	128 487	114 833	3 321	19 002	-30 460
Assistência	2 988 632	2 575 701	1 931 660	429 650	-734 904
TOTAL	59 495 379	55 601 651	38 637 037	13 868 653	-1 434 915

(*) Sem dedução da parte dos resseguradores

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

U:Euro

	2018	2017	Variação 2018/2017
Prémios brutos emitidos	59 495 379	47 972 617	24,02%
Prémios de resseguro cedido	-13 725 025	-13 144 065	
Variação da provisão para prémios não adquiridos brutos	-3 893 728	-1 189 920	
Variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro	378 517	145 490	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	42 255 143	33 784 123	25,07%

13. Rendimentos/réditos de investimentos

O rendimento das ações é contabilizado na rubrica de “rendimentos de investimentos” no momento do recebimento dos dividendos atribuídos.

Relativamente aos juros das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, são igualmente reconhecidos nas rubricas de “rendimentos de investimentos”, procedendo-se à sua especialização no final do exercício com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período correspondente (juro decorrido).

Os rendimentos reconhecidos no ano e no ano anterior, por categoria de investimentos, foram os seguintes:

U:Euro

Categoria de Investimento	Rendimentos em 2018		Rendimentos em 2017	
		%		%
Participações em filiais e associadas	0	0%	0	0%
Activos financeiros disponíveis para venda:				
Acções e outros títulos de rendimento variável	10 580	2%	15 752	3%
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	389 955	80%	474 275	82%
Terrenos e Edifícios (de rendimento)	77 400	16%	83 400	14%
Empréstimos concedidos	7 500	2%	1 562	0%
Depósitos a prazo em instituições de crédito	3 852	1%	3 638	1%
Depósitos à ordem em instituições de crédito	11	0%	43	0%
Total dos rendimentos	489 298	100%	578 669	100%

14. Ganhos e perdas em investimentos

O resultado dos ganhos e perdas financeiras reconhecidos no exercício e no exercício anterior foram os seguintes:

2018
U:Euro

Categoria de investimento	Ganhos em Investimentos	Perdas em Investimentos	Total Líquido
Acções e outros títulos de rendimento variável	37 116	-7 280	29 837
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	294 673	-885	293 788
Total	331 790	-8 165	323 625

2017
U:Euro

Categoria de investimento	Ganhos em Investimentos	Perdas em Investimentos	Total Líquido
Acções e outros títulos de rendimento variável	236 158	-70 615	165 544
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	751 698	-10 974	740 724
Total	987 856	-81 588	906 268

15. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Tal como descrito anteriormente, a Companhia registou no presente exercício uma reversão de imparidade no montante total de 300.967 euros, respeitante às 2ª e 3ª tranches do reembolso do Prodis Thema Fund.

16. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio

Não foi reconhecido qualquer ganho ou perda de valor significativo em 2018 dado que os investimentos financeiros da Companhia são expressos em moeda “euro”, na sua totalidade.

17. Gastos diversos por função e natureza

A Companhia suportou nos anos de 2018 e 2017 os seguintes custos e gastos de exploração para aquisição de contratos de seguro:

U: Euro

Custos e Gastos de Exploração	Remunerações de mediação		Imputação		Total		Var.Total 2018/2017	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	Valor	%
Custos de aquisição	7 173 567	6 141 498	5 357 017	4 743 296	12 530 584	10 884 794	1 645 790	15,12%
Gastos administrativos	823 127	741 483	1 593 100	1 823 670	2 416 227	2 565 153	-148 926	-5,81%
Variação dos custos de aquisição diferidos	-1 078 158	-237 795			-1 078 158	-237 795	-840 364	353,40%
Total	6 918 536	6 645 186	6 950 117	6 566 966	13 868 653	13 212 152	656 500	4,97%

Os gastos são inicialmente registados por natureza e, posteriormente, imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, de acordo com o plano de contas e os critérios de imputação em vigor na Companhia, respetivamente em função do número de sinistros, do montante dos prémios brutos respeitantes à nova produção registada no ano, dos prémios brutos emitidos líquidos de anulações e estornos e dos custos com investimentos afetos às provisões técnicas, bem como das pessoas afetas a cada função.

Os custos e gastos por natureza imputados nos exercícios de 2018 e 2017 às diversas funções foram os seguintes:

2018
U: Euro

Custos e gastos por natureza a imputar	Imputados a custos com sinistros	Imputados a custos de aquisição	Imputados a gastos administrativos	Imputados a gastos de investimentos	Total imputado	
Gastos com pessoal	5 243 700	1 033 009	3 209 144	954 353	47 193	5 243 700
Fornecimentos e serviços externos	2 993 351	589 690	1 831 931	544 790	26 940	2 993 351
Impostos e taxas	528 798	261 139	203 994	60 665	3 000	528 798
Depreciações e amortizações do exercício	153 747	30 288	94 093	27 982	1 384	153 747
Outras provisões	0	0	0	0	0	0
Juros suportados	3 100	611	1 897	564	28	3 100
Comissões	163 424	5 137	15 958	4 746	137 584	163 424
Total	9 086 119	1 919 874	5 357 017	1 593 100	216 129	9 086 119
		21%	59%	18%	2%	100%

2017
 U:Euro

Custos e gastos por natureza a imputar	Imputados a custos com sinistros	Imputados a custos de aquisição	Imputados a gastos administrativos	Imputados a gastos de investimentos	Total imputado	
Gastos com pessoal	5 149 714	1 251 381	2 785 995	1 071 141	41 198	5 149 714
Fornecimentos e serviços externos	3 077 192	747 758	1 664 761	640 056	24 618	3 077 192
Impostos e taxas	374 192	166 200	148 644	57 150	2 198	374 192
Depreciações e amortizações do exercício	115 970	28 181	62 740	24 122	928	115 970
Outras provisões	0	0	0	0	0	0
Juros suportados	1 569	381	849	326	13	1 569
Comissões	278 127	36 071	80 307	30 876	130 873	278 127
Total	8 996 764	2 229 971	4 743 296	1 823 670	199 826	8 996 764
		25%	53%	20%	2%	100%

A variação, da rubrica “Fornecimentos e serviços externos” é discriminada como segue:

U:Euro

Rubrica	2018	%	2017	%	2018/ 2017
Electricidade	29 725	1,0%	33 437	1,1%	-11,1%
Combustíveis	89 637	3,0%	79 549	2,6%	12,7%
Água	4 153	0,1%	4 282	0,1%	-3,0%
Impressos	47 103	1,6%	33 724	1,1%	39,7%
Material de escritório	28 445	1,0%	27 109	0,9%	4,9%
Livros e documentação técnica	2 449	0,1%	1 853	0,1%	32,2%
Artigos para oferta	8 559	0,3%	11 478	0,4%	-25,4%
Conservação e reparação	65 408	2,2%	73 613	2,4%	-11,1%
Rendas e alugueres	525 601	17,6%	585 833	19,0%	-10,3%
Despesas de representação	93 855	3,1%	91 367	3,0%	2,7%
Comunicação	467 857	15,6%	352 859	11,5%	32,6%
Deslocações e estadas	117 746	3,9%	120 612	3,9%	-2,4%
Seguros	43 064	1,4%	23 586	0,8%	82,6%
Gastos com trabalho independente	165 053	5,5%	127 828	4,2%	29,1%
Publicidade e propaganda	120 775	4,0%	165 630	5,4%	-27,1%
Limpeza, higiene e conforto	32 322	1,1%	35 357	1,1%	-8,6%
Contencioso e notariado	4 922	0,2%	2 231	0,1%	120,7%
Trabalhos especializados	914 606	30,6%	1 149 600	37,4%	-20,4%
Quotizações (da actividade)	45 924	1,5%	57 687	1,9%	-20,4%
Refeições no local de trabalho	5 934	0,2%	5 717	0,2%	3,8%
Gastos com cobrança de prémios	102 357	3,4%	78 634	2,6%	30,2%
Outros fornecimentos e serviços	77 856	2,6%	15 208	0,5%	412,0%
Total	2 993 351	100%	3 077 192	100%	-2,7%

De salientar a rubrica “seguros” com um aumento de 82,6% em relação ao ano anterior, especialmente resultante do prémio de seguro contratado à seguradora Chubb European Group Limited (seguro de responsabilidade civil profissional para os Administradores e Diretores de 1ª linha, especializado no exercício em 23.976 euros comparado com 5.900 euros do exercício anterior, referente a três meses).

A rubrica “outros fornecimentos e serviços” regista um aumento de 412% correspondente à adjudicação externa de serviços de impressão e envelopagem de documentos técnicos (avisos de pagamento, recibos de prémio e cartas verdes), no montante de 37.682 euros, e de outras prestações e fornecimento de serviços diversos.

18. Gastos com pessoal

Número médio de trabalhadores por categoria profissional

O número médio de Colaboradores, por categoria profissional, ao serviço da Caravela durante o exercício de 2018 foi de 108, que compara com 104 em 2017, sendo de 112 o número absoluto em 31 de dezembro de 2018, mais oito Colaboradores do que no ano de 2017, que eram 104.

MÉDIA ANO		MÉDIA ANO	
CCT de 2008		ACT de 2016	
Director de Serviços	1	Diretor	1
Chefe de secção	0	Gestor Técnico	9
Subchefesecção	1	Gestor Comercial	5
Escriturário X		Gestor Operacional	0
Escriturário IX	14	Técnico	7
Técnico comercial	1	Coordenador Operacional	19
Assistente Comercial	0	Especialista Operacional	49
Encarregado de Arquivo Sectorial	0	Auxiliar Geral	2
TOTAL	17		92
MÉDIA ANO		108	

TOTAL ANO		TOTAL ANO	
CCT de 2008		ACT de 2016	
Director de Serviços	1	Diretor	1
Chefe de secção	0	Gestor Técnico	10
Subchefesecção	0	Gestor Comercial	5
Escriturário X		Gestor Operacional	0
Escriturário IX	7	Técnico	9
Técnico comercial	1	Coordenador Operacional	19
Assistente Comercial	0	Especialista Operacional	58
Encarregado de Arquivo Sectorial	0	Auxiliar Geral	1
	9		103
TOTAL ANO EM 31/12/2018		112	

Despesas com o pessoal referentes ao exercício

Os custos com pessoal totalizaram 5.243.700 euros no exercício, que se comparam com 5.149.714 euros em 2017, correspondendo a um aumento de 1,8% em relação ao ano anterior e incluem a contabilização no exercício do montante de 13.488 euros, correspondente ao encargo com o pagamento do prémio de permanência, nos termos enunciados na nota 3.6.

De referir a contribuição adicional do exercício, efetuada para o Plano Individual de Reforma (P.I.R.), foi no montante de 51.306 euros, que em 2017 havia sido de 44.492 euros, conforme mencionado na nota seguinte.

Estas despesas apresentaram a seguinte composição:

U:Euro

Contas	Rubricas	2018	2017	2018/2017
	Gastos com Pessoal			
6800	Remunerações dos órgãos sociais	628 361	516 361	21,69%
6801	Remunerações do pessoal	3 379 608	3 367 299	0,37%
6802	Encargos sobre remunerações	880 954	919 713	-4,21%
6803	Benefícios pós-emprego	51 306	44 492	15,31%
6804	Outros benefícios a longo prazo dos empregados	13 488	25 555	-47,22%
6805	Benefícios de cessação de emprego	0	0	0,00%
6806	Seguros obrigatórios	122 560	115 592	6,03%
6807	Gastos de acção social	80 809	76 930	5,04%
6808	Outros gastos com o pessoal	86 614	83 772	3,39%
	dos quais:			
68088	Rescisões por acordo	0	50 442	
	TOTAL	5 243 700	5 149 714	1,83%

Em complemento da Política de Remunerações dos Órgãos Sociais e de Fiscalização, não se registam quaisquer outros compromissos em matéria de pensões de reforma para os antigos membros dos órgãos supracitados, para além de um ex-administrador que está abrangido pelo “Plano de Pensões Aberto Zurich Vida Empresas/Plano de Pensões de Benefício Definido” referido na nota seguinte.

19. Obrigações com benefícios dos empregados

Plano de Pensões de Benefício Definido

É um plano associado à quota-parte de financiamento das responsabilidades abrangidas pelo disposto no CCT de 2008, e que é independente do regime público da Segurança Social, abrangendo os trabalhadores sindicalizados admitidos na atividade até 22 de junho de 1995 e que não aderiram a outra das soluções propostas.

A pensão a atribuir é definida de acordo com o estipulado no CCT 2008, sendo este benefício garantido aos trabalhadores que se reformarem na atividade seguradora.

Os pressupostos e a metodologia do Relatório de Avaliação Atuarial do “Plano de Pensões Aberto Zurich Vida Empresas/Plano Pensões de Benefício Definido” em 31 de dezembro de 2018 são os seguintes:

PRESSUPOSTOS	
Taxa de desconto	2.33%
Taxa de crescimento dos salários	3,0%
Taxa de crescimento das pensões	1,0%
Taxa de crescimento dos salários para efeitos do cálculo da pensão dedutível	3,0%
Tábua de mortalidade	TV 88/90
Decrementos na vida activa	Por morte
Idade normal da reforma	66 anos e 4 meses

METODOLOGIA	
Custo do serviço corrente e do valor das responsabilidades por serviços prestados dos participantes	unit credit projected
Pensões em pagamento	rendas vitalícias imediatas

Através do método *unit credit* projetado são calculadas responsabilidades em função dos benefícios projetados para a reforma, repartidos pelo tempo de serviço passado:

POPULAÇÃO ATIVA	
Número de participantes	3
Idade Média	51
Salário Médio Anual	36 828
Antiguidade Média	26,7

POPULAÇÃO REFORMADA	
Número de beneficiários	1
Idade Média	73
Pensão/ Prestação Média Anual	3.763

O nível de financiamento do Plano de Pensões de Benefício Definido é o seguinte:

RESULTADOS		U:Euro
Valor das Responsabilidades	108.181	
Valor do Fundo em 31.12.2018	136.111	
Nível de Financiamento	125,8%	

Plano de Pensões de Contribuição Definida (PIR)

É um plano associado à quota-parte de financiamento do Plano Individual de Reforma (PIR) com início em 1 de janeiro de 2012.

As contribuições para este plano são de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela constante do ACT 2016, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador.

O valor das contribuições está garantido à data da liquidação do benefício.

PRESSUPOSTOS	
Tábua de mortalidade	GRF95
Taxa Técnica	1,5%

POPULAÇÃO ATIVA	
Número de participantes	84
Idade Média	42,6
Salário Médio Anual	19 342
Antiguidade Média	14,0

U:Euro

RESULTADOS	
Valor das Responsabilidades	172.566
Valor do Fundo em 31.12.2018	176.025
Nível de Financiamento	102,0%

20. Imposto sobre o rendimento

Imposto corrente

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é determinado com base em declarações de autoliquidação da Companhia, elaboradas em conformidade com as normas fiscais vigentes, ficando sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pela Administração Tributária durante o período de quatro anos aplicável aos exercícios de 2010 e 2011, de cinco anos aos exercícios de 2012 e 2013, de doze anos aos exercícios de 2014 a 2016 e a cinco anos desde o exercício de 2017.

As contas da Companhia dos exercícios de 2012 e 2013 foram sujeitas a inspeção pela Autoridade Tributária, no exercício anterior, tendo sido concluídas as inspeções sem que se tenha registado pagamento adicional significativo de imposto.

A Autoridade Tributária terminou neste exercício a inspeção às contas do exercício de 2014, da qual resultou um pagamento adicional de imposto no valor de 1.224 euros.

Imposto diferido

Os impostos diferidos foram calculados tendo por base as diferenças temporárias que existem entre alguns valores ativos e passivos e a respetiva base fiscal.

A Companhia estimou resultados fiscais negativos nos exercícios de 2013 e 2014, tendo efetuado o apuramento de imposto diferido ativo no exercício de 2014, dada a elevada probabilidade que foi estimada pela Administração, e que se mantém nesta data, da sua recuperabilidade dentro do prazo fiscal permitido.

No presente exercício foi ajustado o imposto diferido ativo no montante de -300.967 euros, relativo ao registo de uma reversão de imparidade em investimento financeiro, respeitante ao ano de 2011, como já foi descrito anteriormente neste Anexo.

Apresentam-se de seguida os ativos e passivos por impostos correntes e diferidos, reconhecidos em 31 de dezembro nos últimos dois exercícios:

	U:Euro	
	2018	2017
Activos por impostos correntes		
Imposto sobre o Rendimento (entregas e retenções)	312 203	164 977
	312 203	164 977
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o Rendimento a Pagar	-404 974	-63 626
Retenção de Impostos na Fonte	-95 253	-93 111
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-9 634	-7 452
Imposto de Selo	-487 038	-369 706
Taxa para a Autoridade Nacional para Protecção Civil	-41 027	-42 216
Taxa para o Instituto Nacional de Emergência Médica	-136 069	-99 172
Taxa para o Fundo de Acidentes Trabalho	-603 551	-444 494
Taxa para o Instituto de Seguros Portugal	-75 606	-58 388
Taxa para o Fundo de Garantia Automóvel	-141 611	-103 753
Cartas Verdes	-16 320	-11 896
Contribuições para a Segurança Social	-87 663	-102 039
Tributos das Autarquias	-2 417	-2 667
	-2 101 162	-1 398 520
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Activos Disponíveis para Venda	90 719	154 209
Por prejuízos fiscais	1 077 605	1 077 605
	1 168 324	1 231 814
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Activos Disponíveis para Venda	0	-149 210
	0	-149 210
Total	-620 635	-150 939

Nos termos do artigo 21º do DL nº. 441/1991 e do DL nº. 534/1980, a Companhia apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira.

21. Capital

O capital social da Caravela é atualmente de 19.566.101,96 euros, e está representado por 41.109.472 ações, sem valor nominal, encontrando-se disperso por diversos acionistas, pessoas singulares e coletivas.

Tal com mencionado na nota 1, a Sociedade AAA, SGPS, S.A., anterior acionista da Companhia, e que detinha a totalidade do capital, transmitiu todas as ações de que era detentora a diversos acionistas, em 26 de junho de 2017, tendo, em simultâneo, nesse ano, decorrido uma operação de aumento de capital, no montante de 6.000.101,96 euros.

A composição do capital social, que se encontra totalmente subscrito e realizado, está discriminada no quadro seguinte:

Acionistas	Beneficiário Último	Nº. de ações 2018	% do capital social 2018	Nº. de ações 2017	% do capital social 2017
ANCORAS DE JUPITER UNIPessoal, LDA	Luís Filipe Sampaio Cervantes	3 288 760	8,00%	3 288 760	8,00%
IBG - HOLDING, LTD	Isabel Maria Araujo Rodrigues de Sá	3 288 760	8,00%	3 288 760	8,00%
INTERNATIONAL TRADE WINDS HOLDING LTD	Mário Nuno dos Santos Ferreira	3 288 760	8,00%	3 288 760	8,00%
MONSEUL UNIPessoal LDA	Francisco Miguel Cubelo Faria Vasconcelos Machado	3 288 760	8,00%	3 288 760	8,00%
NELSON QUINTAS PATRIMÓNIO LDA	Jorge Nelson Ferreira de Aguiar Quintas	3 288 760	8,00%	3 288 760	8,00%
SUSTENTÁVELEXITO, UNIPessoal, LDA	Fernando José Lopes de Araújo	3 288 760	8,00%	3 288 760	8,00%
TLCI II - SOLUÇÕES INTEGRADAS DE TELECOMUNICAÇÕES, S.A.	José Manuel Capa Pereira António Jorge Pereira Martins João Pedro de Freitas Pereira Martins Guilherme Pereira Martins	3 288 760	8,00%	3 288 760	8,00%
VIOLAS SGPS SA	Manuel Soares de Oliveira Violas Rita Celeste Soares Violas e Sá	3 288 760	8,00%	3 288 760	8,00%
DAXA PARTICIPAÇÕES, SGPS, UNIPessoal LDA	António Ferreira da Silva	2 055 475	5,00%	1 644 380	4,00%
GOL HEALTH, LDA	Antonio Miguel Gouveia de Brito Pinheiro Pereira Carlos Manuel Ribeiro de Sousa Carlos Alberto Fernandes Barbosa	2 055 475	5,00%	2 055 475	5,00%
Manuel Salgueiro Rodrigues	Manuel Salgueiro Rodrigues	1 644 380	4,00%	1 644 380	4,00%
IMPACTO MAGNÉTICO, UNIPessoal, LDA	Inácio da Silva Sousa	1 644 352	4,00%	1 644 352	4,00%
BLUE WAVE SGPS SA	António Manuel Nestor Ribeiro	1 541 606	3,75%	1 233 285	3,00%
FEMACOSA, UNIPessoal LDA	Fernando Manuel Fernandes da Costa Santos	1 541 606	3,75%	1 233 285	3,00%
DIVAD LDA	Maria Filomena de Brito Vargas Lopes David Mário Henrique de Almeida Santos David	1 233 285	3,00%	1 233 285	3,00%
Gilberto Almeida Romeiro	Gilberto Almeida Romeiro	1 027 738	2,50%	822 190	2,00%
Carlos Alberto da Cunha Oliveira	Carlos Alberto da Cunha Oliveira	411 095	1,00%	411 095	1,00%
Francisco José Pereira Gonçalves	Francisco José Pereira Gonçalves	411 095	1,00%	411 095	1,00%
Jorge Filipe Araújo Pontes	Jorge Filipe Araújo Pontes	411 095	1,00%	822 190	2,00%
José António Carvalho Pereira	José António Carvalho Pereira	411 095	1,00%	411 095	1,00%
Luís Afonso Cortez Rodrigues Queiró	Luís Afonso Cortez Rodrigues Queiró	411 095	1,00%	411 095	1,00%
HESCORPOR - CONTROLO DA CORROÇÃO, LDA	António Manuel Leitão Jerónimo Ana Maria Mota Valente Baião Jerónimo			822 190	2,00%
TOTAL		41 109 472	100,00%	41 109 472	100,00%

A composição do capital próprio da Caravela no final dos exercícios em análise era a seguinte:

U: Euro

Capital Próprio	2018	2017
Capital Social	19 566 102	19 566 102
Reservas de Reavaliação	-18 789	663 156
Reserva por impostos diferidos	4 227	-149 210
Outras Reservas		
Reserva Legal	1 293 200	1 147 829
Reservas Livres	1 370 635	1 370 635
Resultados Transitados	-5 843 616	-7 151 955
Resultado do Exercício	3 063 529	1 453 710
	19 435 288	16 900 267

A rubrica de “Resultados transitados” pode ser analisada nos quadros seguintes:

		2018 U: Euro	
Resultados Transitados	Débito	Crédito	
Balço em 31-12-2017	7 151 955		
Parte do Resultado Líquido do Exercício de 2017		1 308 339	
	7 151 955	1 308 339	
Balço em 31-12-2018		5 843 616	

		2017 U: Euro	
Resultados Transitados	Débito	Crédito	
Balço em 31-12-2016	7 424 195		
Parte do Resultado Líquido do Exercício de 2016		272 240	
	7 424 195	272 240	
Balço em 31-12-2017		7 151 955	

22. Reservas

Os movimentos das diversas reservas registadas no capital próprio, em 2018, foram os que se apresentam na seguinte Demonstração de Variações no Capital Próprio:

		2018 U: Euro							
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital	Reserva de reavaliação por ajustam. justo valor activos financeiros disponíveis venda	Reserva de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Balço a 31-12-2017	19 566 102	663 156		-149 210	1 147 829	1 370 635	-7 151 955	1 453 710	16 900 267
Correcções de erros (IAS 8)									0
Alterações políticas contabilísticas									0
Balço de abertura alterado	19 566 102	663 156		-149 210	1 147 829	1 370 635	-7 151 955	1 453 710	16 900 267
Aumentos/reduções de capital									0
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		-681 945							-681 945
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio									0
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				153 438					153 438
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					145 371			-145 371	0
Cobertura de Prejuízos									0
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio									0
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							1 308 339	-1 308 339	0
Total das variações do capital próprio	0	-681 945	0	153 438	145 371	0	1 308 339	-1 453 710	-528 508
Resultado líquido do período								3 063 529	3 063 529
Distribuição antecipada de lucros									0
Balço em 31-12-2018	19 566 102	-18 789		4 228	1 293 200	1 370 635	-5 843 616	3 063 529	19 435 288

Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação/justo valor destina-se a registar os ajustamentos no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquida da imparidade reconhecida no exercício e/ou em exercícios anteriores, não tendo relevância em ganhos e perdas até ao momento da alienação dos bens, em que o respetivo saldo é reconhecido em resultados, ou diretamente em capital próprio.

A composição da reserva de reavaliação no final dos exercícios de 2018 e 2017 era a que se segue:

	2018			
	U: Euro			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Activos disponíveis para venda	-149 210	153 438	0	4 228
	-149 210	153 438	0	4 228

	2017			
	U: Euro			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Activos disponíveis para venda	-38 301	-110 909	0	-149 210
	-38 301	-110 909	0	-149 210

Reserva legal

De acordo com o artigo 62º da Lei n.º 145/2015, de 9 de setembro, uma percentagem não inferior a dez por cento dos lucros líquidos anuais é transferida para esta conta até à concorrência do capital social.

Deve ser utilizada unicamente para aumento do capital social ou na cobertura de prejuízos, não podendo ser distribuída.

O saldo desta rubrica registou um aumento de 145.371 euros no exercício, correspondente à percentagem de 10% do lucro líquido do exercício anterior, que transitou para Reserva Legal.

Reservas livres

São reservas que resultam da parte excedente de resultados positivos não necessária para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados.

O seu saldo remonta ao exercício de 2008 por transferência da parte do lucro de 2007 não afeto à reserva legal.

Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos diretamente em resultados quando relacionam as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos ativos e passivos e as respetivas bases fiscais, exceto se estão relacionados com rubricas de capitais próprios, caso em que são reconhecidos diretamente em capitais próprios.

Analisa-se de seguida a variação desta reserva:

2018				
U: Euro				
	Valor de aquisição/ Custo amortizado	Imparidade (líq.reversão)	Justo valor (líq.deprec.)	Reserva de reavaliação
Activos disponíveis para venda	52 088 359	-384 404	51 685 166	-18 789
				-18 789

2017				
U: Euro				
	Valor de aquisição/ Custo amortizado	Imparidade (líq.reversão)	Justo valor (líq.deprec.)	Reserva de reavaliação
Activos disponíveis para venda	51 769 668	-685 372	51 747 453	663 156
				663 156

23. Transações entre partes relacionadas

No exercício de 2018 foram faturados pela SROC Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., os honorários seguintes:

U: Euro	
Descrição dos Honorários MAZARS	Valor
Solvência II	18 450
Revisão Oficial Contas	58 425
TOTAL	76 875

24. Demonstração de fluxos de caixa

Esta demonstração foi elaborada pelo método direto e é apresentada no Relatório e Contas, conjuntamente com as restantes Demonstrações Financeiras.

25. Compromissos

A Caravela detém contratos de locação operacional e de locação financeira referentes a equipamento de transporte.

O detalhe em 31 de dezembro de 2018, por anos de vencimento dos contratos de locação operacional e informação dos pagamentos mínimos, conforme disposto no §35 da IAS 17, é o referido no quadro seguinte:

U: Euro

Termo do Contrato	Nº de Viaturas	Valor máximo a pagar
2019	14	52 882
2020	2	10 776
2021	19	199 939
2022	1	23 545
Total	36	287 142

O detalhe em 31 de dezembro de 2018 relativo a contratos de locação financeira, nos termos do §20 da IAS 17, é como segue:

U: Euro

Termo do Contrato	Nº de Viaturas	Nº de Contrato	Valor a pagar Juros	Valor a pagar Capital
2023	1	1860027000	1 995	59 158
2023	1	1860023400	2 062	58 972
Total			4 057	118 130

26. Passivos contingentes

A Companhia não considerou necessário a constituição de “outras provisões” para fazer face a pagamentos futuros, na medida em que não considera provável que tal venha a acontecer.

Não existem passivos contingentes a divulgar, à data das Demonstrações Financeiras.

27. Acontecimentos após a data do Balanço não descritos em pontos anteriores

Não se verificaram acontecimentos relevantes a registar após a data do Balanço.

Lisboa, 4 de março de 2019

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

António Nestor Ribeiro

Mário Ferreira

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

RELATÓRIO E CONTAS

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Senhores Acionistas da
CARAVELA - Companhia de Seguros, S.A.

1. RELATÓRIO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da CARAVELA - Companhia de Seguros, S.A., apresenta o relatório sobre a ação fiscalizadora realizada, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2018 e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Companhia, a evolução da sua atividade, tendo registado com muito agrado o desenvolvimento da sua atividade bem como a continuação da implementação do projeto DIGITAL 2020. Registou, ainda, o bom desempenho da Companhia no presente exercício.

O Conselho Fiscal promoveu com regularidade reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas. Estas reuniões contaram, tendo em conta as matérias em análise, com a presença dos responsáveis da área financeira e Conselho de Administração. Mantivemos igualmente contacto com o Revisor Oficial de Contas que nos manteve informados da natureza e conclusões das auditorias realizadas. No cumprimento destas funções o Conselho Fiscal sempre obteve da Administração, dos diversos serviços da Companhia e do Revisor Oficial de Contas, todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

Acompanhou ainda o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão aos documentos de prestação de contas da Companhia, tendo recebido do Revisor Oficial de Contas todas as informações e esclarecimentos solicitados. Adicionalmente, no âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e demais documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e os correspondentes anexos elaborados em conformidade com as normas contabilísticas e legais aplicáveis.

Procedeu ainda à apreciação do relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, e a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as contas, emitidos pelo revisor oficial de contas, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração, dos serviços da empresa e do Revisor Oficial de Contas.

2. PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

- a) o Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE


Em cumprimento do estabelecido no n.º 6 do art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, e na alínea c) do n.º 1 do art.º 245.º do Código dos Valores Imobiliários, os membros do Conselho Fiscal declararam que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo e do Passivo, da situação financeira e dos Resultados da empresa.

Declaram ainda que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Companhia, contendo o referido relatório menção aos riscos e incertezas da atividade.

Lisboa, 21 de Março de 2019

O Conselho Fiscal

Presidente:




(Manuel Augusto Lopes de Lemos)

Vogal:



(Humberto Manuel Martins Carneiro)

Vogal:



(Armando Luís Vieira de Magalhães)



CARAVELA
COMPANHIA DE SEGUROS

RELATÓRIO E CONTAS

Certificação Legal de Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Caravela – Companhia de Seguros, S.A.** (doravante também designada por Companhia), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 80 203 642 euros e um total de capital próprio de 19 435 288 euros, incluindo um resultado líquido de 3 063 529 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Caravela – Companhia de Seguros, S.A.**, em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Ativos por Impostos Diferidos

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A rubrica Ativos por Impostos Diferidos exige julgamento profissional sobre a análise da capacidade de recuperação dos mesmos, uma vez que a realização deste ativo está sempre dependente de lucros tributáveis futuros e há incertezas inerentes envolvidas na previsão destes resultados, que são sempre a base da avaliação de recuperação.</p> <p>O assunto acima referido está divulgado na Nota 20 anexa às Demonstrações Financeiras.</p>	<p>Nesta área, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação crítica dos principais pressupostos, nomeadamente no que respeita às taxas de crescimento, margens e projeções futuras.</p> <p>Os nossos procedimentos de auditoria sobre as projeções futuras incluíram a comparação da taxa de crescimento esperada para o <i>business plan</i> aprovado pela Companhia, avaliando o rigor desse processo de previsão, no passado, e considerando se as margens projetadas são realizáveis com referência ao recente desempenho do negócio e ao nosso próprio conhecimento do setor.</p> <p>Avaliamos a razoabilidade do apuramento dos impostos diferidos, tendo em consideração os lucros tributáveis futuros. Avaliámos, ainda, a adequação das divulgações em relação aos pressupostos de apoio à valorização de Ativos por impostos diferidos e o seu reconhecimento.</p>

Provisões Técnicas

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A avaliação do Órgão de gestão sobre as Provisões para a regularização dos sinistros futuros envolve julgamentos complexos e subjetivos sobre eventos futuros, internos e externos à Companhia, e pequenas alterações nos pressupostos considerados podem resultar em impactos materiais na valorização destas responsabilidades.</p> <p>A Provisão para sinistros, a qual integra a Provisão de prestações, IBNR, IBNER e o Custo de Gestão de Sinistros, representa o custo estimado do total das obrigações pendentes da seguradora resultante dos sinistros ocorridos em data anterior à data de encerramento do exercício. Esta é uma área complexa e sujeita a julgamento profissional em resultado da incerteza inerente ao cálculo da estimativa das provisões para sinistros. No cálculo destas provisões são utilizados métodos estatísticos tanto estocásticos como determinísticos, sendo ambos os métodos complexos com inúmeras hipóteses sujeitas a validação/revisão.</p> <p>Especificamente no que respeita a linha de negócios de acidentes do trabalho, o normativo Português regula as tábuas de mortalidade e as taxas de desconto. Contudo, as mesmas poderão não ser as mais indicadas à carteira da Companhia, pelo que carecem de revisão detalhada.</p> <p>Uma das incertezas mais significativas está relacionada com o cálculo de gastos a incorrer com sinistros graves que envolvam acidentes pessoais corporais [decorrentes da linha de negócio do Auto] e a determinação do valor atual das rendas que venham a ser definidas, assim como a eventual insuficiência das provisões para cobrir os riscos associados aos sinistros futuros.</p> <p>O assunto acima referido está divulgado nas Notas 3.7, 4.1, 4.2, 4.5 e 4.6 anexas às Demonstrações Financeiras.</p>	<p>A nossa equipa de auditoria integra especialistas em atuariado.</p> <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o teste dos controlos-chave relacionados com o registo de apólices e o circuito do reporte de sinistros, bem como a execução de procedimentos substantivos para validar a coerência face à ocorrência e potencial valor dos sinistros, procedendo ainda à validação do nível de provisões registado para fazer face aos sinistros incorridos.</p> <p>Procedemos ainda à avaliação da competência, conhecimentos e objetividade do Atuário responsável, e revimos as metodologias utilizadas, incluindo os triângulos de sinistros pagos e ocorridos e o custo médio por sinistro, validando pontos críticos de julgamento como, por exemplo, frequência de ocorrência, fatores de desenvolvimento, a incorporação de melhorias nas tendências na projeção das provisões, e <i>benchmarking</i> dos critérios-chave nas estimativas face ao conhecimento do setor.</p>

Valorização de Instrumentos Financeiros

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>Dada a volatilidade do mercado e a incerteza macroeconómica, a valorização de investimentos continua a ser uma área de risco inerente. O risco não é uniforme para todos os tipos de investimentos mas é maior para os investimentos que não apresentam preços de mercado disponíveis.</p> <p>O assunto acima referido está divulgado nas Notas 4.3, 5, 9, 13, 14, e 15 anexas às Demonstrações Financeiras.</p>	<p>Na valorização dos investimentos, avaliamos tanto a metodologia e pressupostos utilizados pelo Órgão de gestão na valorização com referência a 31 de dezembro de 2018, como os procedimentos de controlo que a Companhia apresenta para monitorizar estes processos.</p> <p>Os testes incluíram a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliar a metodologia e os pressupostos utilizados no processo de valorização;• Comparar os preços utilizados com os valores de mercado, quando disponíveis, analisando quaisquer eventuais diferenças significativas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

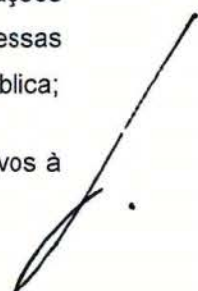
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- Declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à



independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Companhia pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2014 para um mandato compreendido entre 2013 e 2016, tendo este sido renovado em 20 de outubro de 2017 para o quadriénio 2017-2020.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia em 19 de março de 2019.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

Lisboa, 19 de março de 2019



MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)